

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

LUCIANO MÁRCIO FREITAS DE OLIVEIRA

CIRCULAÇÃO E FIXAÇÃO: o *dispositivo* de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população

São Carlos, novembro de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

LUCIANO MÁRCIO FREITAS DE OLIVEIRA

CIRCULAÇÃO E FIXAÇÃO: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

Bolsa: CAPES/CEM

São Carlos, novembro de 2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

O48cf

Oliveira, Luciano Marcio Freitas de.

Circulação e fixação : o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população / Luciano Marcio Freitas de Oliveira. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
147 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Sociologia. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Interior paulista. 4. Assistência social. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Luciano Márcio Freitas de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 06 de novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Orientador e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Profª. Dra. Cibele Saliba Rizek
Universidade de São Paulo

Profª. Dra. Taniele Cristina Rui
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 35.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 19/12/12

Profª. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS

*A meus pais,
Luiz Roberto Ferreira de Oliveira e Maria do Socorro Freitas Ribeiro, e irmã
Luciana Freitas Oliveira, fortalezas em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho o resultado da colaboração de diversas pessoas, dentre elas gostaria de agradecer:

Aos moradores de rua de São Carlos e trecheiros que conheci ao longo desta pesquisa. Agradeço pela dedicação e carinho que recebi nas bancas, sem vocês este trabalho não existiria. Especialmente agradeço aos que partiram. Fica a lembrança dos nossos encontros no Centro Pop e nas ruas. É um pedacinho de vocês registrado em minhas memórias.

Ao professor Gabriel de Santis Feltran, intelectual ímpar. Orientou esta pesquisa com determinação, rigor e humanidade. Esta pesquisa tem sua marca, o respeito e compromisso com os sujeitos que pesquisamos. Tornou-se um grande amigo. Nenhuma palavra será suficiente para demonstrar meu respeito, admiração e gratidão.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade concedida para o desenvolvimento desta pesquisa. Às professoras Cibele Rizek e Jacqueline Sinhoretto pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

À Ana Maria Suficiel Bertolo pela dedicação, respeito e carinho a todos os alunos no Programa de Pós Graduação em Sociologia.

Ao Centro de Estudos da Metrópole pelo apoio financeiro a pesquisa.

Aos membros do grupo de pesquisa Namargem - núcleo de pesquisas urbanas: Aline Ramos Barbosa, Adalton Marques, Daniel Ramos, Deborah From, Domila Pazzini, Douglas Santos, Evelyn Postigo, Filipe Moreno Horta, Giordano Bertelli, Henrique Takahashi, Leilane Latorre, Liniker Giamarin Batista, Luiz Fernando Pereira, Mariana Medina Martinez, Marcos Vinícios G. Silva, Roselene Breda. Especialmente ao “grupo da rua”, agradeço pelos debates qualificados, as incursões no campo que realizamos em conjunto, influenciaram diretamente em todos os momentos dessa. Aline Ramos Barbosa, Domila Pazzini, Luiz Fernando Pereira e Mariana Medina Martinez foi uma honra trabalhar com vocês.

Agradeço aos colegas da turma de 2010 do PPGS pela amizade e contribuições intelectuais proporcionadas ao longo dessa trajetória, especialmente a Ângelo Martins Júnior.

À Aline Pedro, companheira de “república”, obrigado pela amizade e apoio durante o tempo que vivi em São Carlos.

Aos parceiros de trabalho e amigos do Centro Pop de São Carlos, foi com vocês aprendi o significado da palavra equipe. Muito obrigado pela dedicação, respeito e união que marcou minha passagem pelo Centro Pop. A primeira equipe (velha guarda) Vivian Fernandes, Patrícia Russo, Ana Laura Herrera, Natália Guimarães, Katia Fukushima, Ana Maria, Ezequiel e Osvaldo. Também agradeço a Tatiana Messina, Siliane Martinelli, Adriano Silva, Rodrigo Simoni, Sara Almeida, Natália Melo e Graziela. Por último: Marina Faber, Ana Delapina, Gerusa Lourenço e Fernando Oliveira.

Aos interlocutores que me receberam em suas residências, através das trajetórias profissionais, foram essenciais para o desenvolvimento dos argumentos dessa pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social da Prefeitura de São Carlos especialmente a Roselene Mendes, Tânica Castilho, Raquel Hosana.

Aos funcionários da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Ourinhos, especialmente Belkis Fernandes, Maria Aparecida Finotti e Eliana Nunes Chiaradia.

Finalmente, em nome de todos os amigos que a vida me presenteou no percurso dessa pesquisa, quero agradecer especialmente a três grandes parceiros e irmãos: Leandro Renato Simon de Camargo (gaúcho), Luiz Fernando De Paula Pereira e Ângelo Martins Júnior.

RESUMO

OLIVEIRA, Luciano M. F. (2012). **CIRCULAÇÃO E FIXAÇÃO**: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população. São Carlos, 2012. 148p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

O objetivo desta dissertação é apresentar como têm sido produzidos e gerenciados, em contexto contemporâneo, os moradores de rua. Pretende-se demonstrar que as mudanças ocorridas nas práticas de atendimento aos moradores de rua influenciam diretamente no seu cotidiano, especificamente nas maneiras como se organizam na cidade. Destacamos as *bancas*, termo que designa em São Carlos e outras cidades do interior paulista, agrupamentos de moradores de rua que se formam em determinados lugares de cidade. A escolha das *bancas* como lugar *locus* de análise deve a maneira mais comum de viver nas ruas entre os moradores de rua no município pesquisado, além da visibilidade que tais agrupamentos provocam no espaço urbano, ensejando formas de gerenciamento público do problema que representam. Para a consecução da pesquisa destacamos o método etnográfico, realizado em instituição de Assistência Social (Centro POP) e nas ruas, entrevistas com técnicos e trajetória profissional do gestor-pesquisador. O recurso à etnografia possibilitou a elaboração de constructos analíticos *Circulação* e *Fixação*, que permitem conduzir as investigações sobre as transformações nas práticas de atendimento dessa população, originando o dispositivo contemporâneo de gestão pública da questão dos moradores de rua.

Palavras-chave: Morador de Rua; Assistência Social; Interior Paulista

ABSTRACT

OLIVEIRA, Luciano M. F. (2012). **CIRCULATION AND SETTLEMENT**: the device management of the homeless São Carlos and the emergence of a population. São Carlos. 2012. 148p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

The aim of this dissertation is to present how homeless people have been “produced” and managed in a contemporary context. It also intends to show how changes in the practices of care to the homeless influence directly in their daily lives, specifically in the ways they organize themselves in the city. We highlight “bancas” - a term which defines, in Carlos and in other cities of São Paulo’s State, groups of homeless people which are designed in certain places of the city. We have chosen the “bancas” as the locus of analysis here due to the fact that it is the most common way of living on the streets among the homeless in the researched city. Also, it gives a visibility to these groups in the urban space, obligating the creation of new forms of public management to this situation. As a mythological approach, we developed an ethnography on Social Care Institutions and on the streets. Also, we performed in-depth interviews with care workers. The use of ethnography allowed us to develop analytical constructs such as “Circulation and Settlement”, which permitted us to conduct investigations about the changes in care practices in this population, giving the contemporary device of public management on the issue of the homeless.

Palavras-chave: Homeless; Social Care; São Paulo countryside

ÍNDICE DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

Centro Pop – Centro de Referência Especializado Atendimento à População em Situação de Rua

CETREM – Centro de Triagem do migrante, itinerante e morador de rua

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

DRADS – Divisões Regionais da Assistência Social

FEPASA – Ferrovia Paulista Sociedade Anônima

FERROBAN – Ferrovia Bandeirantes Sociedade Anônima

HIV – Vírus da Imuno Deficiência Humana

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB – Norma Operacional Básica

OAF – Organização do Auxílio Fraternal

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SEADS – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

SOS – Serviço de Obras Sociais

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

USE – União das Sociedades Espíritas de São Carlos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (MAPAS, FOTOGRAFIAS E TABELAS)

Figura 1: Localização da cidade de São Carlos	52
Figura 2: Distribuição das <i>banças</i> na cidade de São Carlos	57
Figura 3: Mapa do território da <i>banca da estação</i>	58
Figura 4: Cobertura externa Estação Ferroviária de São Carlos	59
Figura 5: Cobertura externa Estação Ferroviária de São Carlos	60
Figura 6: Território <i>banca da Vila Prado</i>	60
Figura 7: Praça Santo Antônio	62
Figura 8: Praça Santo Antônio	62
Figura 9: Território <i>banca do Tangará ou escritório</i>	63
Figura 10: <i>Banca</i> do Tangará ou escritório	64
Figura 11: Albergue Noturno de São Carlos	77
Figura 12: Mapa malha ferroviária do Estado de São Paulo	81
Figura 13: Percurso de atendimento com passagens para <i>migrantes/itinerantes</i>	88
Figura 14: Território <i>banca do mercadão</i>	95
Figura 15: Praça Voluntários da Pátria	96
Figura 16: Tabela alimentação <i>banca do mercadão</i>	101
Figura 17: Centro Pop São Carlos	111
Figura 18: Mapa do território <i>banca da dona Sônia</i>	124
Figura 19: “terra do nunca”	125

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	15
Morador de rua: <i>migrante, desempregado e excluído</i>	15
Transformações na Assistência Social	27
<i>Migrantes, desempregados e excluídos</i> no interior paulista	31
A etnografia como método	40
São Carlos e as <i>bancas</i>	51
CAPÍTULO 1 A CIRCULAÇÃO	70
1.1 Entrelaçando trajetórias	71
1.1.1 É preciso acolher e embarcar: eles estão pelas ruas	71
1.1.2 Caminhando até a Estação	78
1.1.3 Reorganizando a <i>circulação</i>	82
1.2 A gestão por <i>circulação</i>	88
1.3 A gestão por <i>circulação</i> na <i>banca do mercadão/banca de baixo</i>	90
1.3.1 A <i>banca do mercadão/banca de baixo</i>	92
CAPÍTULO 2 A FIXAÇÃO	104
2.1 Construindo o morador de rua de São Carlos	104
2.2 Reorganizando a <i>fixação</i>	112
2.3 A gestão por <i>fixação</i>	118
2.4 A gestão por <i>fixação</i> na <i>banca da dona Sônia</i>	120
2.4.1 A <i>banca da dona Sônia</i>	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

APRESENTAÇÃO

Sábado, 26 de fevereiro de 2011, último dia na *banca da dona Sônia*. Combinamos, no dia anterior, encerrar a pesquisa de campo com um churrasco na “terra do nunca”, assim aproveitaríamos para comemorar o aniversário de Marta. Levei carne e linguiça para contribuir com o churrasco. Desci no ponto de ônibus em frente à APAE por volta das 13 horas, atravessei a rua, fui até o local onde se concentram os membros na *banca* e lá encontrei Sandro, Jonas (novo namorado de Luciene) e Joaquim. Esperamos um pouco e logo vieram os outros, Índio, Reginaldo, Tiago e Marta traziam sacolas com carnes, refrigerantes e *pinga*. Disseram que hoje compraram as coisas com o dinheiro obtido através do *mangueio*, durante a manhã. Nos dirigimos à “terra do nunca”, Pit limpava o local com as mãos; pegamos os papelões trazidos por Tiago e organizamos os alimentos. Joaquim acendeu o fogo, abriram o corote de *pinga* e iniciamos o churrasco. Pouco tempo depois, Marta, deitada no sofá que eles encontraram abandonado na rua, acorda e pede: “família, podem cantar um hino da igreja? alguém da família acha ruim cantar o hino da igreja?”. Todos cantam. Não terminam a música e logo mudam o ritmo para um pagode. Sai carne, acaba-se o corote de *pinga* e trazem outro, a festa continua. Júnior e Pedro chegam atrasados, foram *manguear* dinheiro para *pedra* e, junto com Reginaldo, se afastam do grupo para fumá-la. Mais um tempo e, passa um *trecheiro* caminhando pela rodovia Washington Luis, nas proximidades da *banca*. Vi quando o chamaram para participar do churrasco, ele permaneceu na *banca* até a hora em que pôde adentrar no albergue noturno da cidade. Depois de duas horas no local, levantei-me e fui ao albergue tomar uma água e conversar com uma funcionária. Ela disse estar surpresa, não havia quase ninguém na instituição, o churrasco levou todos...(Diário de campo, 26/02/2011).

Esta dissertação trata de um modo específico de como têm sido produzidos e gerenciados, em contexto contemporâneo, os *moradores de rua*¹ nas cidades brasileiras. Nosso objetivo é apresentar os mecanismos que possibilitaram a existência da cena acima citada, e dos cotidianos que a contextualizam, a partir da etnografia de um determinado lugar, determinados sujeitos e políticas da cidade de São Carlos. Para compreendermos essa produção, esta pesquisa esteve ancorada em três perguntas norteadoras:

¹ Pesquisar sobre as pessoas que vivem nas ruas, a primeira dificuldade que o pesquisador encontra para definir seus sujeitos ou objetos de pesquisa é a quantidade de termos utilizados para representar a questão. Devido a uma gama de áreas que discutem o tema, definir o termo torna-se uma disputa. É refletindo sobre esse campo conflituoso da produção dos termos que se originou uma quantidade de expressões que tentam classificar, dar sentido, como os exemplos: *mendigos*, *povo de rua*, *morador de rua*, *população de rua* e *população em situação de rua*. Imerso em tantas classificações e na falta de outro termo mais apropriado para os objetivos que nos propomos nesta pesquisa, utilizaremos a expressão *morador de rua*, um termo descritivo que permite fugir, em partes, dos termos vigentes. O termo *morador de rua* será aqui apresentado como um termo geral, relacionado às diversas formas de viver na rua e como produção do dispositivo de gestão. No primeiro capítulo o termo em destaque será o *trecheiro/itinerante* e no segundo capítulo utilizaremos o termo *morador de rua* de São Carlos.

- 1) Como a temática dos *moradores de rua* aparece publicamente enquanto uma questão social no Brasil?
- 2) De que forma essa temática é traduzida em política de gestão pública? A pergunta é investigada a partir de um território situado, a cidade de São Carlos, embora os achados indiquem inferência mais ampla.
- 3) Como os efeitos dessas práticas de gestão são sentidos na vida cotidiana do segmento citado, como a condicionam?

A hipótese que pretendemos demonstrar, nas páginas que se seguem, sugere que as mudanças ocorridas nas práticas de atendimento aos *moradores de rua* influenciam diretamente no seu cotidiano e nas maneiras como se organizam na cidade. É precisamente nas relações entre essas práticas de gestão e as formas de viver nas ruas que este trabalho de pesquisa se fundamenta. Nesse sentido, destacamos as *bancas*, termo que designa, em São Carlos e outras cidades do interior paulista, agrupamentos de *moradores de rua* que se formam em determinados lugares de cidade. A escolha das *bancas* como lócus de análise se deve a tática² mais comum de vida na rua no município pesquisado, além da visibilidade que tais agrupamentos provocam no espaço urbano, ensejando formas de gerenciamento público do problema que representam.

Para a consecução dos objetivos aqui propostos na pesquisa partimos de um exercício etnográfico, realizado em uma instituição de Assistência Social e nas ruas da cidade. O recurso à etnografia possibilitou a elaboração dos constructos analíticos que intitulam a dissertação, e compõem seu argumento principal: a *Circulação* e a *Fixação*, que permitem conduzir as investigações sobre as transformações nas práticas de atendimentos e administração dessas populações, originando o *dispositivo* contemporâneo de gestão pública da questão dos *moradores de rua*.

Na bibliografia específica, as primeiras análises acerca dessa questão, que datam dos anos de 1970 no Brasil, relacionam a existência dos *moradores de rua* à *migração* e ao *desemprego*. Em seguida, passou-se a traduzir o problema na chave da *exclusão social*, do problema do *excluído* socialmente (Escorel, 1999; Nascimento 2000). Para alargar essa compreensão e trazer novas questões para o debate, ao refletirmos sobre o gerenciamento de grupos considerados “marginais” na contemporaneidade, o percurso teórico que pretendemos seguir parte das discussões elaboradas por Das & Poole (2008) e por Michel Foucault (2008),

² Ao falarmos em *táticas* de vida na rua recorremos a De Certeau (1998) que destaca “a tática depende do tempo, vigiando para ‘capar vôo’, possibilidade de ganho. O que ele ganha não o guarda, tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em ocasiões” (DE CERTEAU, 1998, p.47).

que também as influencia diretamente. O caminho que tentaremos apresentar aqui indica que o Estado produz suas margens como mecanismo necessário e fundamental ao seu funcionamento. É preciso construir e justificar diariamente, desde a perspectiva estatal, a vida na rua como o lugar exclusivo do abandono e do sofrimento, para que assim se elaborem práticas e aparelhos que têm em seus objetivos oficiais a “salvação” dessas vidas e sua “inclusão social”, de um lado, e de outro, também sua dimensão extraoficial: o interdito, o controle, a contenção, a violência física, e no limite, a eliminação.

No contexto em que a pesquisa foi realizada existem diferentes formas de experienciar a vida na rua enquanto circulação e/ou permanência nas cidades. Termos como *trecheiros* e *pardais*³ exprimem essa diferença, e permitem que a bibliografia se sofisticue. Contudo, o que a presente pesquisa se propõe a analisar são os modos e como essas situações foram traduzidas enquanto políticas de atendimento, que por classificarem seus públicos-alvo, produziram (e produzem) um tipo urbano específico, conhecido atualmente como *morador de rua*.

O texto está organizado em três partes: uma longa Introdução e dois capítulos, para além das notas conclusivas. Na Introdução destacamos e contextualizamos o argumento central desse texto – a construção que faz coexistirem *circulação* e *fixação* como modos, por excelência, de gerenciar os *moradores de rua*, contemporaneamente – situando o debate teórico e analítico que articula as questões em pauta e historiciza a presente abordagem. Em seguida, ainda na Introdução, apresentamos o percurso metodológico que norteou a estruturação da pesquisa e o processo de elaboração desse argumento, expondo a posição de pesquisador/gestor das políticas de atendimento. Finalmente apresentamos algumas características do município estudado e as diferentes formas de viver nas ruas da cidade, a partir das principais *bancas de moradores de rua*, caracterizadas uma a uma.

³ Di Flora (1987), Brognoli (1996) e Vieira (1997) apresentam os termos *trecheiro* (pessoa que percorrem o *trecho* a pé pelas estradas do país ou pela doação de passagens interurbanas pelos serviços de assistência social) e o *pardal* (as pessoas que se fixam nas ruas das cidades por um determinado tempo). Para Brognoli (1996), a diferença se dá pelo deslocamento espacial que separa os *trecheiros* e *pardais*, segundo o trajeto percorrido. O primeiro trabalho que conhecemos e ressalta as diferentes formas de viver na rua, no início do século XX na cidade de Chicago, foi apresentado por Anderson (2011). Atenta para como situações de desemprego, problemas da vida privada ou inadaptação ao trabalho, levam as pessoas a deixarem seus lugares de origem e tornarem-se *hobo*, um homem que viaja a procura de um trabalho, não tem laços com a terra onde viveu e atravessa o país a procura de emprego e profissão. Apresentam-se cinco diferentes tipos de *sans-abri* (tradução francesa), a partir da relação com as maneiras de sobreviver, o trabalho e a circulação pelas cidades: o trabalhador temporário ou ocasional (elite dos hobos), os *hobos*, o vagabundo (especialista da *viração*, trabalha quando lhe é conveniente). Como sedentários, que permanecem nas cidades destaca-se o *casanier* (*homeguard*), caseiro, vive na cidade de Chicago por muitos anos, recebe ajuda dos familiares, o trabalho é ocasional, apenas de um dia; e o *clocard* (*bum*) mendigo que é pouco disposto a trabalhar, vivendo de esmolas, caridade e de pequenos crimes.

O primeiro capítulo trata da gestão por *Circulação*, fundada em período de políticas de gestão pública do problema da “cura” pela dispersão de pessoas entre diversas cidades do interior paulista, financiada pelos governos municipais. O capítulo está organizado em duas seções: na primeira apresenta-se o processo de constituição da rede institucional de gerenciamento dos *trecheiros/itinerantes* na cidade de São Carlos, entre os anos de 1980 e 1990, quando tem início a preocupação governamental com a questão. A pesquisa deste período teve por base entrevistas com profissionais que atuaram na administração municipal no período destacado. Na segunda seção procura-se observar a operacionalização e os efeitos dessas práticas de atendimento, na contemporaneidade, a partir da etnografia do gerenciamento dos *moradores de rua* na *banca do mercado* (composta em sua maioria por *trecheiros*) no centro da cidade de São Carlos.

No segundo capítulo, a gestão por *fixação*, é entendida como uma prática de governo que tem como objetivo fixar determinados *moradores de rua* à cidade, a partir de critérios territoriais, procurando vinculá-los a um registro de atendimento bastante específico, que procuramos descrever. Este capítulo divide-se em duas seções: na primeira se compreende o debate da segunda metade dos anos 2000, um novo sujeito nas ruas, o *morador de rua* nascido em São Carlos, portanto “cidadão local”. Para elucidar esse momento, recorreremos às trajetórias de uma assistente social e do próprio pesquisador, também gestor da política de atendimento aos *moradores de rua* de São Carlos. Na segunda seção procura-se observar os efeitos dessas transformações a partir do cotidiano da *banca da dona Sônia* (majoritariamente formada por *moradores de rua* da cidade), que circula pela cidade a partir de um território específico, o entorno do Albergue Noturno.

Nas considerações finais analisamos as principais questões que articulam os argumentos desenvolvidos na dissertação e que nos permite formular a coexistência entre *circulação* e *fixação* como fundamental para compreender a administração contemporânea dos *moradores de rua* no Estado de São Paulo e, seguramente, em outras regiões do país.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas observamos o surgimento de um fenômeno novo, ao menos em sua proporção, caracterizado progressivamente como uma das principais questões urbanas: a existência de pessoas e grupos vivendo nas ruas das cidades, em situação considerada degradante, indigna e, por vezes, ameaçadora. O fenômeno ensejou a elaboração de um conjunto de “saberes” que visam explicá-lo, fomentando pesquisas em diversas áreas do conhecimento, mas sobretudo reduzi-lo, pela criação de políticas públicas para atendimento ao segmento populacional em questão. Esta pesquisa procura trazer elementos para compreensão do dispositivo de gestão contemporânea dos *moradores de rua*, a partir da análise do histórico de atendimentos a essa população.

Morador de rua: migrante, desempregado e excluído

Ao refletir sobre os *moradores de rua*, constata-se que uma considerável produção acadêmica referente à temática concentra-se na análise da questão nas metrópoles do país, relacionando-a a industrialização, *migração* e à crescente pobreza, que acompanhou o desenvolvimento dos grandes centros no Brasil⁴.

Os anos 1960 e 1970, em relação aos estudos urbanos no Brasil, têm como marca a discussão sobre o conceito de *marginalidade*⁵, em que, de acordo com Pereira (1978), toda a problemática das várias definições sobre a *marginalidade* estava centrada nas questões “falta de integração em” e “falta de participação em”. Para o autor, um instrumental aportado na concepção marxista do trabalho nas formas capitalistas, seria bem aproveitada para as análises do período. Assim, define como *população marginal* “um contingente constituído pelas populações que estão na *margem* ou nas fimbrias das necessidades de consumos, das forças de trabalho” (PEREIRA, 1978, p. 153).

Segundo Giorgetti (2010), na década de 1970 a questão do *lumpemproletariado* vem à tona, sendo que os mendigos, indigentes e prostitutas foram assentados nessa classificação, indicando a não inserção no mundo do trabalho de forma lícita e regular. Para a autora, as análises sociológicas do período, ao proporem um esquema de análises que incorporasse as

⁴ Para traçarmos a questão dos *moradores de rua* no interior paulista e, nesse caso, na cidade de São Carlos, é necessário discorrer sobre o debate produzido na cidade de São Paulo, pois é na capital paulista onde se constituiu um saber sobre essa população através da produção das primeiras pesquisas acadêmicas no país, bem como o início das práticas de gestão municipal.

⁵ Referente ao conceito de *marginalidade*, ver também Berlink (1977) e Perlman (1977).

classes marginalizadas, não escaparam do dualismo característico do pensamento sociológico nos anos citados.

Os *moradores de rua* (denominados pelos acadêmicos de mendigo) eram incluídos automaticamente na categoria de *lumpen*, que encobria a diversidade dessa população. Essa nomenclatura foi considerada durante anos apropriada, pois continha o potencial de revelar por si o grau de miséria em que se encontravam as pessoas às quais ela se aplicava, dispensando informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população. Todos esses fatores explicam o número reduzido de pesquisas sobre esse fenômeno urbano (GIORGETTI, 2010, p. 42).

É nesse debate, acima mencionado, que estudos sobre as periferias das grandes cidades começam a ter relevância acadêmica nas pesquisas urbanas no Brasil. Um dos primeiros trabalhos a discutir a questão urbana na cidade de São Paulo foi intitulado *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. O livro tem como objetivo investigar as “tendências atuais do desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo, do ponto de vista das condições concretas de vida dos seus habitantes” (CAMARGO et al., 1975, p. 13). Os autores, ao destacarem a superioridade econômica da cidade de São Paulo em relação às outras regiões do Brasil, que se revela na infraestrutura e nos índices de crescimento econômico, ao mesmo tempo também observaram e preocuparam-se em contrastar esse cenário com as condições de vida dos habitantes da metrópole.

Nesse momento, CAMARGO et al (1975) apontam que os problemas vividos na metrópole paulistana chamando atenção para a peculiaridade dos problemas apresentados que não decorriam da *migração*, mas sim do agravamento entre acumulação e pobreza, “diferenciam-se segundo as classes sociais e, portanto, resultam de formas de organização da produção e distribuição da riqueza, que não são peculiares a São Paulo” (CAMARGO et al., 1975, p.19).

A ampla oferta de empregos industriais nas grandes cidades da região Sudeste do Brasil, — principalmente na cidade de São Paulo —, durante o processo de modernização e industrialização, atraiu milhões de *migrantes* de toda parte do país para servirem de mão de obra em tal processo. E ao quantificar a situação supracitada, Cunha (1997) demonstra que nos anos 1970, a média anual de *migrantes* para o Estado de São Paulo atingia 305 mil pessoas.

Em relação à migração para a capital paulista, uma das primeiras pesquisas a apresentar o tema é desenvolvida por Durham (1973), referente ao processo de integração dos

milhares de migrantes que chegavam anualmente na cidade. Para a autora, a *migração* é vista como um processo de integração de um contingente populacional a um sistema capitalista industrial, e não como um fenômeno da urbanização. É um conjunto de transformações que afetam a cidade e o campo, sendo, por sua vez, uma resposta à situação de crise em que se encontravam as comunidades rurais.

Para Durham (1973), o trabalho era o aspecto central do processo de integração dos *migrantes* rurais a uma sociedade urbana industrial, em que a família e o grupo de parentes era o ponto de apoio no processo de passagem para a vida urbana. A unidade doméstica e as relações primárias ofereciam ao indivíduo um tipo de apoio incondicional necessário para esse processo de mudança. A *migração*, aliada ao projeto de ascensão social, tem como elemento motivador os empreendimentos familiares, por isso que a *família* se mantém e se fortalece nas condições urbanas de vida, apesar dos conflitos internos que são gerados, ou seja, “constituem o grupo assistencial para segurança econômica dos membros” (DURHAM, 1973, p.190).

No entanto, os *migrantes* que não contaram com o trabalho registrado e a proteção que o mesmo garantia, ficaram presos a um salário reduzido, possibilitando apenas sua sobrevivência individual e não oferecendo condições para prover uma família. As dificuldades financeiras pelos baixos salários e a impossibilidade da manutenção do papel de provedor, provocaram a desagregação do grupo doméstico. Com a falência do projeto integrador baseado no trabalho formal e na família, a mendicância aparecia como uma alternativa de sobrevivência (DURHAM, 1973).

Segundo Feltran (2011), o perfil que ocupou as periferias das grandes cidades até o final da década de 1980 passou a ser, majoritariamente, o migrante, o qual se caracterizou por ser centrado na *família* extensa, e ter como expectativa a melhoria de vida na cidade. A coesão social dessa população baseava-se nos valores católicos e o projeto de mobilidade social ascendente que o trabalho nas indústrias proporcionava. Nas periferias de São Paulo, de acordo com Feltran (2011), o arranjo familiar estava estruturado em torno de três elementos: um projeto de ascensão social pelo trabalho, a religiosidade cristã e um código moral de coesão entre os membros. Os papéis de cada um da família eram bem estabelecidos, com destaque para as relações de gênero e respeito aos mais velhos. Os filhos deveriam estudar e a família se desdobrar para garantir o estudo e um futuro melhor (FELTRAN, 2011).

Como destacado anteriormente, a sociologia urbana, teve como foco a cidade de São Paulo, priorizou os estudos sobre a periferia da metrópole, caracterizando o período de maior

expansão urbana. De acordo com Feltran (2011), o aparecimento das periferias urbanas como “sujeitos legítimos do espaço público”, foi possível através da leitura política dos movimentos populares do período, contexto responsável que expôs as periferias urbanas em cena, visando construção da democracia. “Estudar as periferias urbanas era também estudar a cena política brasileira” (FELTRAN, 2011, p. 27).

Nesse contexto, os “personagens” do centro, aqueles que se perderam no meio do caminho para a cidade, como as prostitutas, *moradores de rua*, bêbados e loucos, não eram representantes legítimos do processo de mudança que se colocava enquanto projeto político para a nação. Nesse momento surgem duas pesquisas na área das Ciências Sociais que deslocam suas análises para os mendigos que viviam no centro da cidade, como ressalta De Lucca (2007), “a periferia do centro”. A primeira pesquisa, presente em Stoffels (1977) foi na cidade de São Paulo, e a segunda, com a autoria de Neves (1983), no Rio de Janeiro⁶.

Stoffels (1977), ao realizar sua pesquisa de campo entre os anos de 1973 a 1976, amparada por uma etnografia executada nas instituições e nas ruas, e aportada pelo debate marxista do período, ressaltou que a categoria dos mendigos de São Paulo não pode estar limitada à subcategoria do *lumpemproletariado*. O objetivo da autora foi analisar a “essência” dos mendigos considerando as práticas e seus significados, tendo em vista os efeitos macroestruturais que sofriam. E atentando para uma diversidade de situações encontradas nas ruas, a autora elaborou uma tipologia dos mendigos e o critério elencado foi a relação da prática do pedido e a sobrevivência. Apresentou a categoria dos *mendigos profissionais*, aqueles que pedem para a poupança, e a categoria dos *mendigos vadios e ocasionais*, em que a prática do pedido é para mera subsistência.

Neves (1983) situa a questão da mendicância a partir das formas de reprodução social da classe trabalhadora, os mendigos faziam parte da heterogeneidade desta classe. Ao realizar sua pesquisa através de entrevistas nas ruas e nas instituições, a autora apresentou uma tipificação para o segmento, este constituído de *ex-trabalhadores*, *filhos de trabalhadores* e *migrantes*.

Os *ex-trabalhadores* são aqueles que não contaram com o apoio da família e que, a partir do trabalho, não conseguiram desempenhar o papel de membro produtivo. Os *filhos de trabalhadores* são aqueles que tiveram relação com a rua desde criança e quando adultos buscaram complementar a renda por meio da esmola, readaptando ou recriando os

⁶ Outra pesquisa etnográfica de fôlego no período que desloca o olhar para o centro da cidade é Perlongher (1987), na década de oitenta, pesquisando a prostituição viril no centro da cidade de São Paulo.

mecanismos utilizados na infância. Já os *migrantes* recorreram ao pedido devido à falta de apoio familiar ou um período prolongado de *desemprego*. O trabalho e a mendicância, para Neves (1983), foram recursos que asseguraram a sobrevivência a uma ampla camada da população.

No debate com bibliografia sobre a organização familiar, especificamente a questão do papel do homem como trabalhador e provedor, Neves (1983) apontou que a incapacidade da função de membro produtivo em “exercer os papéis padronizados” é um dos motivos para a situação de mendicância, justificando com isso a grande presença de mendigos do sexo masculino.

As duas pesquisas supracitadas, ao utilizarem o termo mendigo, referem-se às pessoas que garantiram sua sobrevivência através da prática do pedido, seja para a complementação de renda ou para a sobrevivência nas ruas. O que as autoras trouxeram para o debate, em relação à construção de um campo de saber que se inicia, foi deslocar o olhar e com isso chamar atenção para a pobreza e para a heterogeneidade de situações que encontraram na região central das cidades estudadas. Além disso, tais pesquisas introduziram no debate a relação da mendicância com o *desemprego*, a *migração* e os conflitos familiares.

A mendicância como estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora, denunciou a “falência” do projeto baseado na família e no emprego, em que se visava integrar os *migrantes* na cidade, principalmente quanto à questão do homem trabalhador/provedor que, desempregado ou informalmente integrado ao mercado de trabalho, foi obrigado a encontrar nas ruas sua sobrevivência.

Em meio à diversidade da produção acadêmica, especificamente a europeia, referente aos temas como questão social, *exclusão*, *pobreza*, *desigualdade* e *vulnerabilidade*, que marcou o debate no início dos anos 1990, destacamos três pesquisadores expoentes da área como Santos (1995), Castel (1998; 2006) e Paugam (2003), que em suas análises e conceitos formulados, influenciaram a produção acadêmica e políticas públicas sobre a existência de pessoas vivendo nas ruas no Brasil.

Santos (1995), ao discutir sobre os conceitos de desigualdade e exclusão, destaca que a modernidade se caracterizou pelos princípios de cidadania, liberdade e igualdade, cujo objetivo principal era emancipação do homem, uma promessa de futuro baseada na ciência e no progresso. Entretanto, segundo o autor, essa promessa não se concretizou, e quando o paradigma da modernidade reduziu-se ao paradigma capitalista, viveu-se a contradição entre os princípios de emancipação e os princípios da regulação que passaram a gerir os processos

de desigualdades e exclusão,⁷ produzidos estes pelo desenvolvimento capitalista. Esses processos, que seriam exceções no projeto de modernidade, deveriam ser combatidos através de políticas sociais. A chave para a compreensão do processo contraditório em que vivemos, segundo o autor, é vista pela centralidade que o trabalho teve como princípio de regulação e emancipação da sociedade moderna.

Em relação às formas de regulação e hierarquização na modernidade, Santos (1995) elabora, enquanto categoria analítica, o sistema de desigualdade e o *sistema de exclusão*. O sistema de desigualdade é o que se estabelece a partir da transformação do papel do Estado no combate à desigualdade, de modo que a integração passa a ser subordinada via trabalho. A correção, protagonizada pelo Estado, promoveu o pleno emprego, como as políticas redistributivas do Estado Providência.

O *sistema de exclusão* tem por base a produção dos discursos de verdade, originando dispositivos de normalização, na qual a *exclusão* é justificada pela periculosidade pessoal, a gestão é mediada pelo controle da periculosidade, seja em formas de correção feita pelos programas de redução, devolução para a comunidade, ou por situações mais radicais pelo confinamento (SANTOS, 1995).

Para Santos (1995), os dois sistemas de integração estão se esfacelando com a crise do Estado Providência, e sua tese é que o sistema de desigualdade está se transformando em sistema de exclusão, jogando milhares de trabalhadores na inutilidade social, constituindo assim a nova questão social.

Castel (1998), ao discorrer sobre as transformações no mundo do trabalho, este entendido como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, e sobre a questão social no presente, realiza uma análise sócio-histórica do trabalho, buscando compreender especificamente, no caso francês, os processos que possibilitam a existência, cada vez maior, de indivíduos assentados em “situação de flutuação na estrutura social” em que não encontram um lugar definido, os chamados *desfiliados*.

Castel (1998) aponta que a utilização do termo questão social deu-se pela primeira vez por volta de 1830, quando a ameaça de fratura social era representada pelos proletários das primeiras concentrações industriais. A questão social era o pauperismo e a saída foi integrar a classe operária às políticas sociais baseadas na regulação através do trabalho. Segundo o autor, o processo de transformação do trabalho em emprego, este protegido ou em emprego

⁷ Para Santos (1996), ao discorrer sobre o sistema de desigualdade, o mesmo recorre a Marx, a partir da relação capital/trabalho como princípio da integração social. Em relação ao sistema de exclusão, a discussão teórica está aportada por Foucault a partir da construção de discursos de verdade emergindo nos dispositivos de normatização.

com status, foi a grande inovação que se desenvolveu a partir do fim do século XIX. Com o desenvolvimento da industrialização, o salariado se instala e passa a ser um estado permanente. Tem-se a constituição de uma sociedade salarial em que a maioria dos indivíduos tem sua inserção relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, “não somente sua renda, mas também seu status, sua proteção, sua identidade” (CASTEL, 1998, p. 235).

Ao discutir sobre a questão social, Castel (1998) destaca como hipótese de pesquisa que o equilíbrio entre as zonas de coesão social: integração – vulnerabilidade – desfiliação é um indicador privilegiado para compreender a coesão social. Segundo o autor, a área de integração é a zona do trabalho estável, caracterizada por uma inserção relacional sólida que “cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência” (CASTEL, 1998, p. 24).

A vulnerabilidade social tem como particularidade a relação instável e intermediária, que associa a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Em relação à *desfiliação*, a particularidade está pela ausência de partes ou qualquer atividade produtiva que leva o indivíduo ao isolamento social. Sua preocupação é ver os processos em que o indivíduo passa de uma zona para outra. E o núcleo da questão social contemporânea para o autor é a existência dos “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998, p. 24), destacando assim o uso do termo *desfiliação* em contraposição ao termo de *exclusão social*.

Paugam (2003), que em suas reflexões questiona a fixidez do conceito de pobreza como uma unidade categórica, contribui para o debate sobre a vulnerabilidade social. Segundo o autor, é necessário entender a pobreza como um processo, em razão de que ao invés de se falar em *pobres*, o autor os define como “populações reconhecidas em situação econômica e social precária” (PAUGAM, 2003, p. 56).

Paugam (2003) apresenta o conceito de *desqualificação social*, um processo marcado pela expulsão do mercado de trabalho, pela propagação de empregos instáveis e ao *desemprego* de longa data, além de promover o enfraquecimento das relações sociais, tendo como decurso o rompimento familiar. Seguindo a esse processo, a *desqualificação social* também se caracteriza pelas experiências de vida dos indivíduos em relação à dependência da assistência social. Sua pergunta é em que medida a modalidade de intervenção determina o tipo de experiência vivida?

Destacando os mecanismos de assistência social como aparelhos que visam reparar e garantir a coesão, o eixo de sua pesquisa é buscar compreender o status social das populações

que ocupam os últimos graus da hierarquia social, e como este posicionamento na hierarquia vai definindo o processo de desqualificação social⁸.

Uma das grandes contribuições dos autores é apresentar os processos de transformações estruturais nas últimas décadas em relação à função do Estado, ao *desemprego estrutural* e a relação de dependência, cada vez maior, de milhares de trabalhadores aos serviços da Assistência Social, assim influenciando teoricamente pesquisas e as políticas públicas no Brasil.

É neste contexto de inchaço das grandes cidades por processos migratórios, o desemprego da década de 1990 e a influência do debate internacional, acima citado que passa a emergir no meio urbano a discussão sobre os *homens de rua*, sempre relacionando tais homens à questão da *migração*, às transformações no mundo do trabalho e, especificamente aos cortes nos postos de trabalho que absorviam a vasta mão de obra que chegara às grandes cidades.

Com a crise econômica brasileira no período após o “milagre” econômico, na década de 1980 intensificou-se o debate sobre o aumento das pessoas vivendo nas ruas. A equação relacionando a diminuição dos postos de trabalho, a rotatividade intensa da reinserção dos trabalhadores na produção (seja ela formal ou não) e a baixa qualificação da mão de obra, acabou por gerar o *desemprego* em massa, e com isto o “sair para a rua” (BARROS, 2004; VIEIRA, 1997).

Como exemplo na reportagem abaixo:

Prefeitos da macrorregião de Campinas, que engloba 22 municípios, pretendem formar um consórcio intermunicipal de migração para atender ao crescente fluxo de famílias carentes vindas de outras partes do Estado [...]. Um estudo da entidade mostrou que em apenas um ano dobrou o número de *migrantes* atendidos por albergues e casas de triagem da região. [...] A maior parte (69,55%) é originária do próprio Estado de São Paulo, principalmente das regiões Norte e Oeste. Os *migrantes* vindos de Minas Gerais estão em segundo lugar (7%) e os do Paraná em terceiro (5%). O estudo apontou que o agravamento da crise econômica é a principal causa do deslocamento dessas pessoas. [...] Elas chegam em busca de melhores condições, mas acabam ficando pelas ruas porque não encontram emprego. (Jornal o Estado de São Paulo, *Consórcio vai dar atendimento aos migrantes*. 04/03/1993).

A relação *migração*, *desemprego* e a existência das pessoas vivendo nas ruas é bem ilustrada, a partir dos relatos do Primeiro Encontro Nacional intitulado *População de Rua*

⁸ Ao discorrer sobre o processo de desqualificação social, Paugam (2003) elaborou a tipologia das intervenções apresentando uma hierarquia dos beneficiários em relação à dependência com a assistência social: os *fragilizados* (desemprego, perda da moradia e dificuldade de inserção); *assistidos* (passa do status de trabalhar para assistido) e *marginalizados* (fase da acumulação das deficiências e fracassos).

Brasil e Canadá. Neste seminário, Neves (1995) apontou para a transformação no “virar mendigo”, transformação esta que não resultava de uma escolha ou condição que era inata a esse ou aquele homem, mas sim “ao trabalhador em situação prolongada de *desemprego* que tinha dilapidado seu fundo de consumo” (NEVES, 1995, p.64). Segundo a pesquisadora, a situação prolongada de desemprego implicou em um processo de desqualificação social para o trabalhador, que até então era considerado o provedor da família, garantindo-lhe atributos de respeito, autoestima e dignidade pessoal.

Seguindo essa mesma linha, Barros (2004) aponta que estar na rua nesse período é uma consequência direta do *desemprego* e da desarticulação real e simbólica dos trabalhadores que se tornaram, no processo de perdas, homens e mulheres de rua. A rua nesse momento era o símbolo que denunciava a falência de tal projeto. Como exemplo a cidade de São Paulo, as igrejas e entidades assistenciais se encarregaram de “amparar” e atender esse segmento. Como exemplo, destacamos a cidade de São Paulo que, de acordo com Barros (2004), a experiência de trabalho nesta cidade iniciou-se com a Organização do Auxílio Fraternal,⁹ na década de 1950. No início de suas atividades, a OAF dedicava-se aos “abandonados” da cidade, tendo como público alvo os mendigos e as prostitutas que viviam no centro da capital paulista. E a partir da atuação desta entidade ligada à igreja católica, aparece uma nova forma para denominar, de mendigo passou-se a chamar povo de rua (BARROS, 2004).

De acordo com Barros (2004), em relação às novas maneiras de gerenciamento dos *moradores de rua* na cidade de São Paulo nesse período, apresenta-se como exemplo o Governo da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), em que foram desenvolvidos vários projetos com o objetivo de alocar essa população no mercado de trabalho, como o “Mutirão da Cidade”, que consistia em limpar as ruas, tapar buracos, além da produção de blocos e vassouras. Aliado a isso, houve a ampliação de vagas em albergues e a criação das Casas de Convivência¹⁰, sendo que tais serviços continuaram a existir após o término da gestão petista na cidade de São Paulo.

Para Simões Júnior (1992) a situação piorou na cidade de São Paulo após a promulgação do primeiro Plano Econômico do governo Collor, em 1990. O reflexo mais imediato foi percebido no setor da construção civil devido à paralisação dos investimentos e a

⁹ A Organização do Auxílio Fraternal é uma instituição que tem inspiração no trabalho missionário da Igreja Católica, se dedicando aos *moradores de rua* da capital paulista desde os anos 1950. Referente à OAF, ver De Lucca (2007), Barros (2006) e Vieira e Rosa (1997).

¹⁰ As Casas de Convivências são serviços criados no governo Luiza Erundina que tinham como objetivo oferecer um espaço de acolhida para os *moradores de rua* no período diurno.

dispensa de grande parcela dos trabalhadores. Para o autor, a maior parte desses operários, *migrantes* vivendo sozinhos e sem família e morando nos alojamentos dos canteiros de obras, passaram com a situação de desemprego a engrossar o contingente dos sem-teto na cidade de São Paulo.

E no início dos anos 1990, o levantamento realizado pela Secretaria do Bem Estar Social encontrou 3.392 pessoas vivendo nas ruas ou em albergues na região central da cidade de São Paulo¹¹. Vieira e Rosa (1997), a partir da diversidade de trajetórias de vida que encontraram nas ruas, destacaram a população de rua¹² como um segmento da classe trabalhadora, situação esta que denunciava o desemprego como uma das principais causas da situação apresentada. Aportadas nas trajetórias, as autoras elaboraram uma tipologia¹³ das situações encontradas nas ruas que se tornou referência para pesquisas posteriores e intervenções no campo das políticas públicas.

Vieira e Rosa (1997) demonstraram aqueles que alternam entre pensões, alojamentos de trabalho (construção civil), albergues da rede pública ou privada e ao perderem rede, a rua pode torna-se lugar de abrigo. As autoras ressaltam que esse processo está relacionado desde questões conjunturais que restringem o emprego e moradia além das condições individuais como a história de vida pessoal, condições físicas e mentais.

Portanto, o mote explicativo, baseado na relação *migração*, *desemprego* e rua, construiu um discurso baseado na questão das “perdas, carência e falta” para essa população, marcando as pesquisas e políticas públicas do período que será detalhado no tópico transformações na assistência social e no primeiro capítulo, a *Circulação*.

No final dos anos de 1990 e início dos 2000, o debate sobre a existência dos *moradores de rua* estava ancorado nos processos que produzem os novos *excluídos*. Nessa chave explicativa destacamos, no período citado, três pesquisas, em campos distintos de atuação como Serviço Social, Sociologia e Política Social, contudo complementares, que

¹¹ Levantamento de 1991 que ainda aponta que 90% eram do sexo masculino, 65% possuíam menos de 40 anos de idade, a maioria com primeiro grau incompleto, e 50% dos entrevistados nasceram na região sudeste, do total analisado 90% possuíam familiares. Um dado interessante em relação ao alcoolismo: grande parte não o considerava uma doença. Em relação à questão pesquisas recentes avançam nessa análise a partir da relação com o auto-cuidado como Martinez (2011)

¹² A partir desse momento *população de rua* destacou-se como termo utilizado nas pesquisas posteriores e nas ações das políticas de atendimento para o segmento, ver De Luca (2007).

¹³ Para as autoras, “*ficar na rua*” reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em albergue. Pode ser fruto do desemprego, especialmente na construção civil, quando junto com trabalho, se perde a moradia no alojamento da obra. Há também os que, recentes na cidade, não conseguem emprego e não têm para onde ir. *Estão na rua* aqueles que adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Começam a estabelecer novas alternativas de sobrevivência. [...] *Ser da rua* nesse contexto a rua ganha cada vez mais importância. É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte [...]. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva” (VIEIRA, et al., 1997).

influenciaram novos debates em diferentes contextos, temos Rosa (2005) na cidade de São Paulo, Escorel (1999) no Rio de Janeiro e Bursztyń (2000) em Brasília.

Rosa¹⁴ (2005), ao retomar argumentos apresentados no início dos anos 1990, o qual relaciona o *desemprego* e a população de rua, e influenciada pelos trabalhos de Castel (1998) e Paugam (2003), por meio da análise de trajetórias de vida de alguns *moradores de rua* na cidade de São Paulo, aponta a relação da vida nas ruas com as transformações no mundo do trabalho e no Estado. A autora atenta que as condições de crescimento no Brasil nos anos 1970, assim como suas consequências nos anos 1990, possibilitou o crescimento cada vez maior de trabalhadores que, alijados do mercado de trabalho formal, com baixa remuneração, sem residência fixa, procuravam alternar a moradia entre pensões, albergues e ruas da cidade, bem como a dependência cada vez maior dos recursos assistenciais para a sobrevivência, produziu os novos *excluídos*, os *desfiliados*, no caso a população de rua.

O estudo de Escorel (1999)¹⁵ está inserido no campo do debate sobre a pobreza urbana, procurando expor os condicionantes macroestruturais que se configuraram no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1980, até o início dos anos 1990. A autora parte do conceito de exclusão social e de como os elementos constitutivos da exclusão perpassavam o cotidiano das pessoas que viviam nas ruas da capital fluminense.

Tendo como principal referência teórica Arendt, e seguindo a análise de Robert Castel, a autora aborda que, para a utilização do conceito de *exclusão social*, deve-se o mesmo estar relacionado aos processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos sociais nas esferas “econômico-ocupacional”, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana” (ESCOREL, 1999, p. 17).

Através das trajetórias de vida anteriores à “situação de rua”, a autora elencou categorias para a observação das situações de *exclusão* no cotidiano dos *moradores de rua* como: família (desvinculação familiar e construção de outros vínculos, tipo familiar, no espaço urbano); *trabalho* (transformações contemporâneas), *rua* e *movimento* (a circulação pelas ruas, a sobrevivência diária).

Após essa organização, a autora define a condição de exclusão como “que está sem lugar no mundo”, desvinculado ou com vínculos frágeis que não conseguem constituir uma unidade social de pertencimento. Para Escorel (1999), a exclusão social não é apenas

¹⁴ A autora tornou-se referência inicial para o debate sobre a população de rua, bem como consultora para políticas públicas no Governo Federal.

¹⁵ Consideramos esta tese uma das melhores pesquisas que discutem a questão dos *moradores de rua* e a exclusão social, principalmente pela problematização que a autora faz do termo, influenciando diversos trabalhos pela riqueza conceitual e analítica apresentada em sua pesquisa.

caracterizada pela privação material, uma vez que ela “desqualifica”, retirando a qualidade de “sujeito de direito” portador de desejos, “a exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular diária” (ESCOREL, 1999, p.81).

Como exemplo relevante referente à influência da teoria dos novos *excluídos* sociais destacamos o conjunto de pesquisas desenvolvidas na Universidade de Brasília, sob a organização de Burnsztyn (2000) ¹⁶. Para os autores, a questão das pessoas vivendo nas ruas do Brasil no limiar do século XXI é a emergência dos inimpregáveis como consequências do sistema econômico e globalizado.

Tais autores se voltam para uma questão global, na qual se juntam aos “antigos mendigos” todos os que foram empurrados para fora do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, as investigações apresentadas buscam mostrar quem são os *moradores de rua* da atualidade, o que os diferenciam dos “velhos miseráveis” e em que medidas podem ser considerados como *excluídos* sociais.

Para responder a essas perguntas, Burnsztyn (2000) aponta que para a compreensão da questão, é preciso entendê-la como a radicalização das desigualdades sociais, na medida em que um processo é desencadeado pela pobreza, passa pela miséria e no limite a exclusão, a produção do *excluído*, sendo este último definido por Nascimento (2000) como um grupo economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, portanto, fisicamente eliminado.

Outro eixo que articula os trabalhos coordenados por Burnsztyn (2000) é a necessidade do Estado em “combater” os processos que levam à exclusão contando com políticas de inclusão, como a transferência de renda para as famílias *migrantes* defendidas por Araújo (2000), ou pela inserção no mundo do trabalho e interação familiar, como destaca Nascimento (2000).

Faz-se preciso reconhecer a contribuição desses pesquisadores que trouxeram elementos importantes para a produção acadêmica e nas políticas públicas, influenciando na produção de discursos e intervenções sociais. Utilizando-se de metodologias de pesquisa variadas como o estudo de casos, trajetórias de vida, etnografias, esses autores lançaram questões que hoje auxiliam os novos pesquisadores e gestores a avançarem na compreensão e

¹⁶ A escolha deste texto se deu pelo fato de que estes autores trazem para o debate a exclusão para a Sociologia, a partir da linha de pesquisa Ambiente Urbano e Exclusão do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, que apontam alguns caminhos para a intervenção pública.

na qualificação do debate sobre a questão complexa que é a existência de pessoas que utilizam das ruas como uma *forma de vida*.

Transformações na Assistência Social

O que caracterizou as décadas de 1990 e 2000 foi a reorientação das políticas sociais na focalização sobre os segmentos mais pobres¹⁷, evidenciando a luta contra a pobreza que se inicia a partir das orientações dos organismos internacionais como Organização das Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Segundo Maranhão (2009), entre os anos 1980 e 1990 destacou-se as reformas liberalizantes implementadas na América Latina e África subsaariana. Na América Latina, as privatizações, desregulamentações e liberalização do comércio avançaram rapidamente. Como ressalta a autora, essa agenda política se notabilizou através da imposição para concessões de empréstimos oferecidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial à reestruturação das economias em crise a partir da década de 1980. E foram as experiências nacionais responsáveis pela difusão desse ideário por meio da influência na implementação de políticas públicas.

A crise econômica dos anos de 1970 é apresentada como uma crise de “gestão” do Estado e não mais como resultado das contradições internas do capitalismo. O Estado moderno “burocrático-keynsiano” de intervenção precisava ser reformulado e adaptado as novas condições do capitalismo globalizado. Uma das estratégias foi a transferência das atividades do setor público para o setor privado de modo a estimular o comportamento racional e a criação de mecanismos de fiscalização e monitoramento (MARANHÃO, 2009).

A preocupação do combate à pobreza tão destacada pelos organismos internacionais e presentes nas ações das políticas sociais no Brasil, segundo Maranhão (2009) tornaram-se pauta do Banco Mundial a partir de 1968. O foco da pobreza era aumentar a capacidade produtiva dos pobres por meio de investimentos em educação e saúde, por exemplo. Essa reorientação, segundo Maranhão (2009), foi estratégia de “segurança política uma vez que tratava de gerir, por meio de empréstimos para aspectos sociais básicos, os potenciais conflitos decorrentes do agravamento da situação de pobreza” (MARANHÃO, 2009, p. 36).

¹⁷ Sobre a construção da representação da pobreza do Brasil, a culpabilização dos pobres pela sua situação e a relação com a repressão, principalmente aqueles que vagavam pelo Brasil, os “homens pobres e livres” que desbravavam os sertões a procura de trabalho ou expulsos de suas propriedades pelo avanço dos latifúndios, formando uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo dos séculos. Ver Franco (1997), Kowarick (1987) e Souza (2009).

Na perspectiva da gestão da pobreza destaca-se a doutrina da boa governança¹⁸ (*good governance*) um novo consenso – consenso das oportunidades. A construção das capacidades, que nesse momento era entendida como garantia de maior produtividade por meio do aumento da produtividade das pessoas, como população treinada e com saúde. É ao longo da década de 1990 que a ideia das capacidades sofre uma “virada teórica” e adquire destaque na doutrina da governança. A partir das argumentações de Amartya Sen (2001)¹⁹ que deslocou o homem para o centro desse processo. Segundo o autor a capacidade humana é a expressão da liberdade, as pessoas têm potencial para decidirem sobre a vida e o que querem ter. O potencial é trabalhado para valorizar suas escolhas. Os pobres transformam-se em sujeitos ativos, protagonistas da mudança social, envolvendo o desenvolvimento de suas capacidades estratégicas. Nessa perspectiva, desenvolvem-se também as ideias de participação e empoderamento dos pobres (beneficiários), bem como a exigência de resultados, mensuração de impactos e a profissionalização das relações com os atores envolvidos e o fortalecimento da sociedade civil (MARANHÃO, 2009; IVO, 2008).

Como ressalta Ivo (2008), a pobreza encaminhada pelo Banco Mundial, a mobilização do potencial dos pobres, aproveitar as capacidades existentes nas comunidades para resolver os problemas matérias da pobreza, da participação e integração social através da inserção no mercado de trabalho traz as responsabilidades dos próprios pobres resolverem suas condições de vulnerabilidade social.

No campo das transformações da política de assistência social, Ivo (2008) aponta que a Constituição de 1988 apresentou bases institucionais da cidadania social, no momento em que o modelo de bem-estar social começa a ser questionado nos países de capitalismo avançado. Nesse momento, a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, formam o tripé da Seguridade Social no Brasil. Para a autora, é a primeira vez que aparece a noção de direitos universais como condição da cidadania²⁰. Como exemplo, temos no início dos anos 90, por pressão dos movimentos sociais e entidades ligadas à questão dos direitos das crianças e dos adolescentes, a instituição da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, criando o

¹⁸ Segundo Maranhão (2009) o termo *governance* remonta à modernização gerencial a partir dos anos 1970 no mundo anglo-saxão, sendo incorporada ao discurso do Banco Mundial apenas no início dos anos 1990. A doutrina da governança é composta por três grandes estratégias, a construção institucional, boa governança e redução da pobreza.

¹⁹ Em relação à teoria do Desenvolvimento Humano, Sen (2001) apresenta discussões sobre desigualdade e pobreza. Em relação à desigualdade, destacam-se a desigualdade econômica (bens, condições) e a de capacidades (potencialidades ligadas às características pessoais). Em relação à pobreza, destacam-se a pobreza de renda e a de capacidades. Para o autor, é preciso considerar as capacidades individuais para se conduzir a vida onde as necessidades básicas possam ser supridas.

²⁰ Em outubro de 1988 a Assistência Social tem o reconhecimento de direito à seguridade social pelos artigos 203 e 204 da Constituição. Ver mais em Sposatti (2003).

Estatuto da Criança e do Adolescente. Também foi criada a Lei 8.080, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Saúde e a Lei 8.142, que institui o Sistema Único de Saúde – SUS (ARRETHE, 2000; SPOSATI, 2003).

Avançando na organização da Assistência Social, destaca-se em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que inaugurava esta política sob a ótica dos direitos. Como ressalta Ivo (2008), a Assistência Social, no campo da seguridade social, altera o arranjo político institucional controlado por oligarquias locais e entidades filantrópicas, buscando uma ruptura com as práticas assistencialistas que vigoravam. Pois não havia um interesse do Governo Federal sobre a questão nas décadas de 1970 e 1980, Estados e municípios implantavam seus próprios programas, independentemente da União. Os programas de Assistência Social, em sua maioria, eram coordenados pelas primeiras damas, ou seja, o assistencialismo marcava o caráter dessa política (ARRETCHÉ, 2000).

Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Assistência Social iniciou o processo de descentralização das políticas sociais, direcionando para a municipalização dos serviços, como a construção de um conselho, um fundo e um plano municipal para regularizar os repasses entre o Governo Federal, os municípios e as entidades sociais (ARRETCHÉ, 2000). No entanto, essas primeiras transformações no campo assistencial estavam inseridas numa tensão, como destaca Ivo (2008), de um lado estava o regime democrático nascente, tendendo a ampliar a cidadania e incluir politicamente, e de outro estava a dinâmica de uma economia que historicamente produziu as maiores taxas de desigualdades econômicas. No meio dessa tensão, o arranjo adotado pelo Estado brasileiro foi a adesão às orientações dos organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, voltado para a desconcentração do Estado, significando descentralizar as políticas, especificamente as sociais, privatizou e flexibilizou grandes empresas estatais e, posteriormente, a focalização das políticas sobre os mais pobres:

(...) através de uma mobilização de princípios de caráter moral em defesa dos mais pobres, desvincula-se a pobreza dos seus determinantes estruturais e separam-se indivíduos submetidos a essa condição dos seus lugares efetivos no sistema produtivo. Por conseguinte, a assistência passa a se constituir no centro das ações de política social e um atributo individual daqueles que ‘moralmente’ têm direito ou potencialidade para desenvolverem-se (IVO, 2008, p. 151).

De acordo com Palotti e Costa (2011), a redemocratização não foi conduzida apenas pelas liberdades democráticas, visto que se procurou romper com o Estado unitário,

estabelecendo um sistema político federalista com maior autonomia para Estados e municípios. Para as autoras, na década de 1990 a Assistência Social em sua consolidação institucional não foi conduzida como as outras políticas sociais, como no caso da Saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS). No governo de Fernando Henrique Cardoso houve a realização de algumas normativas para a assistência, como a discussão da representação popular por meio do Conselho Nacional e do Fundo Nacional de Assistência Social, assim como pela ampliação dos conselhos, fundos e planos municipais até o ano de 2001.

Em 2003, com o início do governo Lula pelo Partido dos Trabalhadores (PT), se acentuam as mudanças na política de assistência social, desvinculando essa política da Previdência Social ao se criar um Ministério próprio, ou seja, primeiro o Ministério da Assistência Social e depois o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dessa forma, em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social, e em 2005 ocorre a normatização da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), em que participaram técnicos e especialistas em fóruns de debates e articulação da política, no entanto, a grande mudança que passa a assistência é o enfrentamento da pobreza e das desigualdades (COSTA; PAROLI, 2011).

Mauriel (2010) aponta que nos últimos anos, entre 1990 e 2000, observou-se o debate sobre o combate à pobreza e às desigualdades, influenciando os direcionamentos das ações da política de assistência social, reduzindo assim o princípio universalista ao se voltarem as ações para os pobres e *excluídos* de forma focalizada. Para a autora, essa escolha se dá por opções teóricas distintas, uma vez que no caso brasileiro a política nacional de assistência social inclui a agenda internacional de combate à pobreza.

Com a implantação da Política Nacional de Assistência Social, em relação à *população em situação de rua*, se destacaram apenas algumas considerações sobre o atendimento ao segmento, definindo-os como usuários da proteção social especial ao se apontar o seguinte:

No caso da proteção social especial, à *população em situação de rua* serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos (BRASIL, 2004, p 37).

Com o crescente debate sobre as pessoas que encontram nas ruas sua sobrevivência, aos poucos essa temática ganhou importância na agenda pública, inicialmente em nível municipal, e somente no início dos 2000 foi que adentrou ao debate do Governo Federal,

como aponta Ferro (2010). Tal fato se deu graças à confluência de diversos fatores²¹, como a sensibilidade do presidente Lula com a questão, a partir da visita aos catadores de materiais recicláveis em dezembro de 2003, fazendo permanecer em sua agenda anual até o último ano de seu governo, propiciando a abertura para a participação da população em situação de rua no encontro. O massacre de *moradores de rua* na região central da capital paulista, fez com que se houvesse uma abertura para essa questão, assim incluindo a discussão de políticas públicas voltadas especificamente para esse segmento, e em 2009 a aprovação da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua²² (FERRO, 2011).

Essas mudanças destacadas no campo assistencial, especificamente na cidade de São Carlos, serão apresentadas e discutidas a partir das práticas de atendimento aos *moradores de rua* nos capítulos seguintes.

Migrantes, desempregados e excluídos no interior paulista

As transformações na metrópole paulista em relação às dinâmicas migratórias e econômicas também repercutiram no interior do Estado de São Paulo. Como aponta Perillo (1996), o interior paulista se tornou a segunda concentração industrial do país, destacando que, já na década de 70, algumas regiões do interior se consolidavam como lugares atrativos, como as cidades de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Como demonstram os dados apresentados pela autora:

O interior apresentou uma mobilidade espacial de grande magnitude, evoluindo de um saldo migratório negativo de 454 mil pessoas, da década de 60, para um saldo positivo de 787 mil pessoas, em 1970-80. No período de 1980-91, essa tendência persistiu, de tal modo que a migração alcançou um volume de 861 mil pessoas (PERILLO, 1996, p.80).

De acordo com Silva (1999), partindo dos dados da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), as regiões de Ribeirão Preto, São Carlos e Franca receberam um grande contingente populacional, e nas cidades onde predominava a cultura canavieira, devido à falta de mão de obra principalmente no período da colheita, houve um maior fluxo migratório. Como exemplo, a autora apresenta dados do censo de 1991, sobre a cidade de Araraquara, que cresceu 23,9%, passando de 128.109 para 166.190 mil habitantes.

²¹ Essa visibilidade teve como consequência a alteração do artigo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), através da lei 11.258 incluiu o segmento da *população em situação de rua* e abrindo para a discussão de políticas públicas em nível nacional. Ver Ferro (2010) e De Lucca (2009).

²² Sobre a Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua, esta será discutida na segunda parte, a *Fixação*.

Aliado ao crescimento populacional, o interior paulista apresentou um crescimento econômico impulsionado pelo processo de desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo. Esse processo, segundo Aranha (1996), possibilitou a formação de um mercado de trabalho urbano-industrial, a expansão e formação dos complexos agroindustriais mais modernos e avançados do país. Ainda segundo o autor, esse rápido crescimento econômico contribuiu para a constituição de regiões cada vez mais urbanizadas e interligadas por uma rede viária e ferroviária.

Nesse contexto de “progresso” vivido por várias cidades médias do interior paulista, a *pobreza*, o crescimento desordenado e o surgimento de periferias e cidades dormitórios (Silva, 1999) passaram a fazer parte do cotidiano das cidades. Estas transformações propiciaram o surgimento de novas questões para os governos municipais²³.

Uma das primeiras pesquisas sobre a circulação de pessoas no interior do Estado de São Paulo foi realizada por Di Flora (1987), em uma cidade do Oeste Paulista. Debatendo com a bibliografia do período, a autora situa o surgimento da *mendicância*²⁴ como um momento específico no modo de produção capitalista. Ao estudar o atendimento oferecido por uma instituição assistencial, a autora apresenta a prática de doação de passagens como uma política de atendimento para os *mendigos/trecheiros*. Estes são entendidos como homens ou mulheres que correm o *trecho*²⁵, à procura dos albergues para acolhimento durante alguns dias e para o recebimento da doação de passes no transporte ferroviário, possibilitando transitarem entre as cidades ao longo do percurso do trem. Para a autora, a diferença entre o *mendigo/trecheiro* e o *migrante* é que o último não recorre à esmola.

As transformações econômicas e populacionais, aliadas ao crescimento da pobreza e à constante presença de *estrangeiros*²⁶, — *migrantes* que procuravam trabalhos, mas não possuíam familiares ou uma rede de conhecidos nas cidades por onde passavam, — foram esses fatores se tornando alvos de políticas públicas que tentavam resolver essa problemática diagnosticada pelos municípios.

²³ Nesse período no interior paulista, especificamente na região estudada, foi grande o número de pessoas procurando por trabalho no corte e na colheita da cana-de-açúcar. Com a instalação dessa população nas periferias das cidades e as péssimas condições de trabalho e precárias condições de vida, algumas cidades se transformaram em “cenário de guerra”, como em 1984 na cidade de Guariba SP, e em 1989 na cidade de Torrinha SP. A possibilidade do surgimento desses conflitos em diversas cidades provocou o medo desses migrantes “desconhecidos” nas cidades. Sobre os conflitos nas cidades citadas ver Silva (1999).

²⁴ A autora utiliza o termo *mendigo* devido à tática do pedido como alternativa de auto-reprodução.

²⁵ Sobre o tema ver Brognoli (1996) e Martinez (2011).

²⁶ Quando me refiro ao termo estrangeiro, remeto à Simmel (1983). O estrangeiro não é aquele que vem hoje e amanhã se vai, mas aquele que vem hoje e amanhã pode permanecer. Não se encontra vinculado a nada e a ninguém.

As discussões referentes à migração e ao desemprego, que norteavam as questões relacionadas à pobreza e à existência de milhares de pessoas vivendo nas ruas dos grandes centros, também atingiram os discursos e ações nas cidades do interior paulista. Esses homens e mulheres “sem eira e nem beira”, que segundo Rangel (1996) se configuraram em outro tipo de migrante, vinculado ao processo de *migração sucessiva* que não tem parada, não tem sentido definido. Segundo a autora, a *migração sucessiva* ocorre quando a mudança de um local para o outro tem intervalos de tempo muito pequenos, insuficientes para fixar residência e possuir um endereço ou um ponto fixo de referência.

Em meados dos anos 1990, são realizados encontros regionais para se debater a questão da *população migrante*, entendendo-se a *migração sucessiva* citada por Rangel, (1996) aquele indivíduo que recorre aos albergues, buscando uma tentativa para se construir o perfil desse segmento. No período entre dezembro de 1996 a junho de 1997 é realizada uma pesquisa na região de Sorocaba com 774 indivíduos que se encontravam nos albergues da região²⁷.

De acordo com Aragão (1997), esta pesquisa buscava apresentar a heterogeneidade nas situações encontradas. Através dos dados obtidos na pesquisa, elaborou-se uma tipologia dos *migrantes*²⁸: o grupo dos *novatos*, dos adoentados, este formado por idosos²⁹ com mais de cinquenta anos que apresentavam problemas de saúde e não procuravam trabalho nos últimos 30 dias. Os *migrantes típicos*, estes com idade abaixo dos cinquenta anos, não apresentavam problemas de saúde e estavam nas cidades onde existiam albergues, à procura de trabalho. Os *migrantes volantes* são aqueles que pernотaram em albergues de cidades diferentes pelo menos cinco vezes nos últimos trinta dias. Eles são do sexo masculino em sua maioria, perderam todos os documentos e tiveram algum problema com a polícia.

Pesquisas como as acima citadas, aliadas às práticas de gestão, foram desenvolvidas pelos municípios paulistas. Aos poucos se origina, nessa região, discursos acerca desse novo tipo de *migrante* que agora passa a ser classificado pelos serviços de atendimento como *migrante/itinerante*.

Aranha (1996) e Di Flora (1987), por exemplo, citam a criação do sistema de albergues aliado ao ferroviário, que cobria quase todo o Estado de São Paulo, controlava a

²⁷ O objetivo do levantamento foi para a construção de um software de cadastramento dessa população. As cidades participantes da pesquisa foram: Sorocaba, Porto Feliz, Itu, Itapetininga, Itataré, Boituva, São Roque e Botucatu. Para maiores informações ver Aragão (1997).

²⁸ Para a construção dessa tipologia foram elencados como variáveis o número de cidades que o migrante pernотou durante os últimos 30 dias e a procura pelo trabalho.

²⁹ A autora classifica como idosos as pessoas acima de cinquenta anos, no entanto, segundo o Estatuto do Idoso, considera-se a pessoa idosa “as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASÍLIA, 2003, p.1).

entrada e a saída do grupo nos municípios. Segundo Aranha (1996), o transporte via trens dessa população era menos oneroso para as prefeituras do que mantê-los em suas cidades, e, para isso, o Governo do Estado de São Paulo colocava à disposição um vagão no final do trem, destinado ao transporte dos mesmos.

Nas cidades que não possuíam o atendimento da FEPASA³⁰, outras práticas de gerenciamento foram desenvolvidas, como no caso da cidade de Paulínia e Campos do Jordão, que além de instalarem cancelas barrando a entrada destes *migrantes/itinerantes* na cidade, realizavam a distribuição de passagens rodoviárias para este grupo (ARANHA, 1996). Este mecanismo de expulsão dos *migrantes/itinerantes* das cidades se destacou na década 1990, principalmente em razão do aluguel de ônibus e caminhões que, clandestinamente, distribuíam os *itinerantes* em cidades vizinhas, como demonstra Aranha (1996) nos casos abaixo:

São Paulo e Campinas todos os meses mandam muitos imigrantes para nossa cidade. Eles chegam com destino certo, Rio Claro. A surpresa foi São Carlos, que também pegou essa mania de empurrar os indigentes para cá (ARANHA, 1996 p. 29).

Outro caso interessante relacionado à preocupação com a circulação dessa população “indesejada” pelas cidades ocorreu no município de Araraquara, em 1995, como demonstra o trecho a seguir:

O prefeito de Araraquara tomou essa semana uma medida radical para conter o fluxo de migrantes na cidade: instituiu um prêmio de R\$ 500,00, que ele paga do próprio bolso, a qualquer pessoa que denuncie a chegada de indigentes em Araraquara (...) segundo o prefeito a medida se tornou necessária porque muitas cidades da região estão mandando peruas Kombi lotadas de indigentes para Araraquara. (Jornal a Folha, São Carlos, 4 de janeiro de 1995).

Em relação à circulação entre as cidades, alguns projetos com objetivo de “reinserção social” também foram criados, como por exemplo, a obrigatoriedade do trabalho na limpeza de praças, ruas, cemitérios, hortos municipais e reciclagem do lixo. O objetivo era fazer com que a população que procurasse passagens nos albergues pagasse pelo serviço prestado (ARANHA, 1996).

Nesse contexto, o interior paulista nas décadas de 1980 e 1990 desenvolveu uma forma de gerenciamento que tinha como característica a circulação das pessoas pelas várias

³⁰ Ferrovia Paulista SA.

idades. As instituições de acolhida (Albergues, Casas Transitórias, CETREM³¹) tornaram-se responsáveis por regulamentar essa circulação, desenvolvendo o mecanismo de triagem das pessoas³². Como podemos perceber, a questão da migração e desemprego, organizou de outra maneira o discurso em relação ao *morador de rua*, passou a ser considerado como um *errante* e *vagabundo*, um forasteiro que não poderia ter acesso e nem fazer parte da cidade.

A discussão sobre o morador de rua, vista sob a ótica da migração e desemprego ecoou, no início do século XXI, no debate acadêmico sobre o segmento no interior paulista. Ressaltamos que as pesquisas e a produção bibliográfica sobre a temática são escassas, principalmente no que tange às análises sociológicas sobre a questão fora do contexto metropolitano. Contudo, algumas áreas como a psicologia social e a geografia trazem considerações sobre o tema no contexto do interior paulista.

Sobre as áreas do conhecimento supracitadas, primeiro destacamos as pesquisas na área da psicologia social. Influenciados pelo debate da *desfiliação social*, Nascimento e Justo (2000; 2009), desde o início dos anos 2000 apresentam análises sobre os *trecheiros e andarilhos de estradas*, destacando a *errância* como característica dessa população.

Referente à *errância*, Nascimento e Justo (2009) a destacam como um fenômeno radical da normalização conjugada com a migração, o desemprego, a pobreza e a *desqualificação social*. É caracterizada pela movimentação a pé pelas rodovias do país, sem objetivos e rumo definidos. Ressaltam ainda que a *errância* também é definida pela solidão, desapego, miséria e processos de rupturas com a família e o trabalho. Bem como ressaltam a interligação entre o desemprego, o alcoolismo, a falta de apoio familiar e a vida errante. Nesse sentido, apontam outras questões que qualificam os *trecheiros e andarilhos de estrada* como a falta de visibilidade social ou espaço de cidadania, ignorados pela ciência e pelas políticas públicas, especificamente as de Assistência Social.

Na discussão sobre os deslocamentos regionais que caracterizam uma parcela das pessoas que vivem nas ruas, no campo da geografia destacamos a pesquisa de Furini (2010), que traçou o perfil da população de rua na cidade de Presidente Prudente, interior paulista, destacando aspectos relacionados às estratégias de sobrevivência, assistência social, trabalho não regular, lugares de pernoite e lazer. A partir do perfil estabelecido, o autor relaciona a questão da população de rua com as particularidades locais da região estudada, como a

³¹ Central de Triagem e encaminhamento do Migrante, Itinerante e Morador de Rua.

³² É importante ressaltar que a política de distribuição de passagens à população *migrante-itinerante* não foi exclusivamente do Estado de São Paulo. Recentemente estive em Cascavel PR e Pelotas RS, e segundo os relatos dos técnicos dos projetos voltados à população de rua nestes municípios, a distribuição de passagens por estas prefeituras também foi uma política na década de noventa e continua atualmente.

instalação de diversos presídios aliada às situações anteriores, os fluxos rodoviários, a oferta de abrigos e a atitude dos técnicos que podem redefinir as trajetórias, tudo isso culminando na transitoriedade da população de rua pelas cidades da região. Assim, uma das causas da dificuldade de encontrar essa população em determinadas cidades é devido à expulsão, incentivada pela migração.

Como percebemos, a discussão sobre a existência dos *moradores de rua* e a *migração* perdurou no início da década de 2000, entretanto, em meados da década citada, após um levantamento do perfil da população de rua realizado por Oliveira (2006) na cidade de Araraquara, o dado referente à naturalidade dos pesquisados aponta que cerca de 38% nasceram em Araraquara, fazendo com que tal fato reorientasse o debate para questões que iam além da *migração* como categoria de análise. Situação semelhante na cidade de São Carlos, que será detalhada no segundo capítulo “*construindo o morador de rua de São Carlos*”.

As primeiras pesquisas na cidade de São Carlos foram elaboradas por Granado (2010) e Martinez (2011). Granado (2010) tem como foco a questão socioambiental, destacando por sua vez a influência da água como elemento norteador no cotidiano do *grupo vulnerável*, especificamente a população em situação de rua. Dentre as diversas questões que a autora apresenta em relação ao perfil, chama atenção para os dados referentes à naturalidade dos sujeitos pesquisados, evidenciando a migração do campo para a cidade, devido a não absorção de sua mão de obra nos locais de origem.

Martinez (2011), ao estudar as trajetórias de rua na cidade de São Carlos, partindo de uma etnografia realizada em instituição assistencial e nas ruas, buscou apresentar como essas trajetórias de vida estão relacionadas às táticas de preservação da vida elaboradas nas ruas, tendo nas transformações corporais a expressão das diferentes maneiras de como são vivenciadas por cada sujeito. É por essas transformações que a autora atenta para a interferência dos aparatos urbanos que legitimam essas vidas nas ruas, pela viabilidade das políticas públicas.

Para além de migrantes, desempregados e excluídos: articulação conceitual

Ao discorrermos sobre as práticas de gerenciamento dos *moradores de rua*, se faz necessário explicitar brevemente a influência de ideias discutidas por Foucault (2008). As noções de *governo* e *governamentalidade* são trabalhadas por Foucault a partir do final da década de 1970, como grande questão nas sociedades contemporâneas. Ao buscar “inventariar

o problema do governo”, Foucault (2008) contextualiza essa questão em diferentes períodos. Primeiramente no século XVI tem-se o “governo de si mesmo,” influenciado pela pastoral católica. O segundo consistia no problema de governar os filhos, a problemática da pedagogia que apareceu no século XVI, e, por último, o governo dos Estados, dos príncipes.

Foucault (2008) ressaltou que o importante para a modernidade não foi a estatização da sociedade, mas o que denomina de *governamentalização* do Estado. Esta *governamentalização* segundo o autor permitiu ao Estado sobreviver, pois são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser ao âmbito do Estado e o que não se deve, ao mesmo tempo o que é público e o que é privado.

Portanto, o Estado deve se entendido, em sua sobrevivência e em seus limites, a partir das táticas gerais de *governamentalidade*, e com isso a define como sendo:

Um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bem específica de poder que tem como alvo principal a *população*, esta instrumento técnico essencial aos *dispositivos de segurança*. [...]. Uma tendência, linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, para a preeminência desse tipo de poder que chama de “governo” sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe por um lado uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado] o desenvolvimento de uma série de saberes. [...] Deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p.144).

É inspirado pelo pensamento genealógico de Foucault (2008) que nessa pesquisa buscamos apresentar de que maneira a existência de pessoas vivendo nas ruas da cidade de São Carlos, foi se transformando em um problema de gestão governamental, e de que forma esse problema originou práticas de gerenciamento. Para isso, destacamos o conceito de *dispositivo*, elaborado por Foucault (2006).

A partir da hipótese apresentada, que sugere que as mudanças ocorridas nas práticas de atendimento aos *moradores de rua* influenciaram diretamente seu cotidiano e na relação com a cidade de São Carlos, nossa preocupação é apresentar de que modo se deram essas influências. Para isso, destacamos a escolha do conceito de *dispositivo*, pois se aproxima das questões que emergiram a partir da pesquisa de campo.

Sobre o termo *dispositivo*, Foucault (2006) destaca:

primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como um programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes. Terceiro lugar entendo o dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2006, p. 244).

O estudo do *dispositivo* aparece quando Foucault dedica-se ao estudo das práticas sociais (discursivas e não discursivas). Foucault (2006) apresenta dois momentos essenciais na gênese do *dispositivo*, o primeiro é a predominância de um objetivo estratégico e o segundo engloba um duplo processo, a *sobredeterminação funcional*. Ressalta que cada efeito, seja desejado ou não, estabelece uma reação de ressonância ou de contradição com os outros, assim exigindo uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente. Um processo de perpétuo preenchimento estratégico. “O dispositivo está inscrito num jogo de poder e ligado a configurações de saber, que deles nascem, mas que se relacionam igualmente e o condicionam (FOUCAULT, 2006, p. 246).

E segundo Foucault (2006) “para dizer: eis um dispositivo, procuro quais foram os elementos que intervieram em uma racionalidade, em uma organização...” (FOUCAULT, 2006, p. 246). É nesse sentido que, ao estudarmos os *moradores de rua* de São Carlos, buscaremos apresentar nos próximos capítulos os elementos discursivos e não discursivos que foram elaborados para explicar a questão dos *moradores de rua* como *migrantes*, desempregados e *excluídos* e a ressonância desses discursos nas formas de intervir enquanto políticas públicas, através da elaboração de protocolos e programas de atendimento, práticas profissionais, surgimento de instituições (Albergue e Centro Pop). E como efeito, a produção da *Circulação e Fixação* como o *dispositivo* de gestão dos *moradores de rua* de São Carlos.

Para alargar a compreensão sociológica e trazer novas perspectivas sobre a temática exposta no que tange às práticas cotidianas dos *moradores de rua*, uma das entradas teóricas

possíveis que apontamos nesta pesquisa está apoiada nas discussões elaboradas por Das & Poole (2008), pois estudar as práticas cotidianas dos *moradores de rua* nas ruas, assim como sua relação com as políticas de atendimento, é estudar o Estado tangenciando suas *margens*. Tais *margens* não são entendidas como periféricas, como o lugar da falta do Estado, mas sim como complementares ao seu funcionamento, como ressaltam as autoras:

Una antropología de los márgenes ofrece una perspectiva única para comprender el estado, no porque capture prácticas exóticas, sino porque sugiere que dichos márgenes son supuestos necesarios del estado, de la misma forma que la excepción es la regla (DAS; POOLE, 2008, p.20).

Essa virada no olhar ao se pensar pelas *margens* nos apresenta a possibilidade de modos alternativos de romper com o modelo centro-periferia, e dessa forma ajudar a repensar práticas do Estado em outros contextos, denominados pelas autoras de *marginais*.

Nesse sentido, pretendemos responder a esses questionamentos sob o lugar das *margens* elaborados por Das & Poole (2008), entendido este não para conhecer a lógica de funcionamento das populações ou grupos, mas como o lugar onde as *relações* são construídas cotidianamente. Como veremos ao longo do texto, os *moradores de rua* de São Carlos, ao serem gerenciados nas ruas, através do *dispositivo* de gestão, utilizam-se das brechas existentes entre as práticas de gestão, ao passo que desenvolvem táticas de vida nas ruas, por exemplo, a organização em *bancas* como resistência dentro do próprio *dispositivo*.

A etnografia como método de pesquisa³³

As questões que apresento na dissertação são formulações originadas de uma vivência intensa, e muitas vezes dolorosa de se fazer pesquisa enquanto gestor da política de atendimento aos *moradores de rua* em São Carlos. Dolorosa porque em meio à diversidade de questões e reflexões que apareceram, muitas delas causaram conflitos com as práticas profissionais exigidas na instituição que coordenava.

Ao longo da minha trajetória profissional, foi difícil priorizar quais as questões que norteariam a pesquisa. Não era meu objetivo mostrar os processos que levaram homens e

³³Ressalto que nesse tópico a narração do texto seguirá em primeira pessoa, pois as questões apresentadas fazem parte do percurso profissional do pesquisador.

mulheres a viverem nas ruas, em razão de que diversas pesquisas já discutiram a questão. Nesse processo de *tradução*³⁴ cheguei às *bancas de moradores de rua*. Estas foram escolhidas porque permitiram o diálogo com as transformações nas práticas de atendimento na cidade, onde trabalhei como gestor durante três anos. Diante disso, para compreender as questões que serão apresentadas a seguir, destaco a etnografia como método utilizado na pesquisa.

Segundo Cefai (2010a), a etnografia, como um passo na pesquisa, está apoiada na observação prolongada, continuada, fracionada, de situações, organizações ou comunidades. O autor formula que a etnografia implica no *saber fazer*, isto é, buscar acesso ao campo em relação à aceitação, confiança e também sair dele. São necessárias anotações densas, precisas e, a partir da experiência de campo, relatadas em caderno de campo, e, após analisadas as notas, lembranças, se farão emergir as categorias de análise.

Para o autor, a experiência etnográfica reflexiva é um longo exercício de se aprender como desfazer-se de pré-julgamentos teóricos, ideológicos, políticos e religiosos, assim podendo compreender o que se passa em determinada situação.

Ainda em Cefai (2010a) toma-se como relevante a própria experiência do pesquisador na pesquisa etnográfica, ressaltando que o pesquisador que participa da vida de uma instituição ou associação adquire competência do *saber-fazer específico*³⁵. Nesse sentido o autor adverte que

Mas esta observação pode ser dividida: quando se trabalha em uma organização não-governamental, em um hospital ou em um escritório, apenas algumas horas por dia e dias por mês. Mas estamos aqui para fazer a sua própria experiência (CEFAI, 2010a, p. 1, tradução nossa).

Outro autor que influenciou no percurso metodológico desta pesquisa foi Whyte (2005). Como um dos estudos pioneiros da Escola de Chicago³⁶ em relação aos estudos urbanos, o mesmo trouxe uma importante ferramenta para as pesquisas posteriores, a *observação participante*. Nessa perspectiva destacamos duas considerações fundamentais para esta pesquisa. A primeira o autor ressalta a importância do apoio dos *indivíduos-chave*, aqueles que se apresentam como líderes nos grupos, como destaca o autor

³⁴Aqui ressalto a influência da pesquisa de Feltran (2011) “Quando se expõe aos encontros de pesquisa e à reflexão sistemática sobre eles, aquele que pretende conhecer invariavelmente se depara com muitas questões que lhe parecem relevantes; ele passa então a eleger aquelas que consegue desenvolver, e então algo muito singular aparece. Ele se torna um tradutor do vivido, com a tarefa de produzir um texto dessa tradução. A esse processo de conhecer, traduzir, é que chamo de etnografia” (FELTRAN, 2011, p. 48).

³⁵Essa discussão é detalhada em Cefai (2010b).

³⁶ Destaco como um texto de referência sobre a Escola de Chicago o trabalho de Hirata (2010).

à medida que passávamos o tempo juntos, parei de tratá-lo como um informante passivo. Discutia bastante francamente com ele o que eu tentava fazer, que problemas me intrigavam, e assim por diante (WHYTE, 2005 p. 302).

A segunda que Whyte (2005) destaca é a preocupação para a obtenção de respostas para suas perguntas, nos apresentando que, quando aceito pelo grupo, e nas conversas sobre o cotidiano, as questões que se propunha a pesquisar aos poucos eram respondidas.

Doc me explicou a lição na noite anterior. ‘Vá devagar, Bill, com essa coisa de quem, o quê, por quê, quando, onde. Você pergunta essas coisas e as pessoas se fecharão em copas. Se te aceitam, basta que você fique por perto, e saberá as respostas a longo prazo, sem nem mesmo ter que fazer as perguntas’. Descobri que isso era verdade. Sentando e ouvindo, soube as respostas às perguntas que nem mesmo teria tido a ideia de fazer se colhesse minhas informações apenas por entrevistas (WHYTE, 2005, p. 304).

É a partir das perspectivas supracitadas que saliento a influência do percurso metodológico da pesquisa que apresento, contando com as anotações em diários de campo de cada dia de trabalho no Centro Pop, registro de reuniões com gestores, funcionários do Albergue Noturno, descrições de situações vividas nas ruas ou de lembranças, conversas informais sobre uma diversidade de assuntos nos corredores do Centro Pop ou na sala onde atendia e as entrevistas com funcionários e *moradores de rua*.

Cabe ressaltar também a presença de *indivíduo-chave* nesta pesquisa, especificamente a participação de Everaldo. Com 30 anos em 2011, desde 2004 vivia nas ruas de São Carlos. Nos conhecemos em meados de 2009, quando o Centro Pop foi inaugurado. No início, Everaldo participava esporadicamente da insituição. Com o passar dos meses sua presença no local passou a ser constante. Sua maneira de falar, agir e de se posicionar na insituição chamava atenção da equipe e dos outros *moradores de rua*. Constantemente nos procurava para conversar sobre as questões que não concordava nas instituições (Centro Pop e Albergue) e sobre situações que vivia na rua. Assim, foi se construindo uma relação de proximidade entre Everaldo, a equipe do Centro Pop e o pesquisador.

É no contexto construído dentro da insituição que Everaldo, aos poucos, tornou-se um *indivíduo-chave* na presente pesquisa. Em uma das diversas conversas nas dependências do Centro Pop, comentei com Everaldo sobre a pesquisa que me propunha desenvolver nas ruas de São Carlos, prontamente ele se colocou à disposição para ajudar. Durante várias tardes sentávamos para falar sobre o cotidiano das ruas, das *bancas*, do Albergue, de suas

experiências no *trecho* e de nossas vidas. E, ao dialogarmos constantemente sobre questões da rua, especificamente sobre as *bancas*, certo dia Everaldo elaborou um texto com informações sobre como ele via a rua. Esse relato escrito teve grande relevância para esta pesquisa.

Nesse sentido, para a organização do percurso da pesquisa, que consiste no surgimento das questões que nortearam o trabalho de campo e as categorias de análise que o compõe, segue primeiro a trajetória da transformação do gestor em gestor-pesquisador, e, em seguida, o olhar a partir da instituição que lançou novas questões para rua.

A trajetória de um pesquisador-gestor

É comum encontrarmos nas pesquisas e relatos sobre os *moradores de rua* as diversas situações que os levaram a viver em tais condições. Nessas pesquisas, sempre nos deparamos com o momento marcante na vida de cada um, o “dia que eu caí na rua”. Não fui morar nas ruas da cidade, mas também tive um dia marcante. Foi em meados do ano de 2004, quando fui contratado para trabalhar como estagiário no projeto *Jovem Cidadão*³⁷ da prefeitura de Araraquara.

Ao ingressar nesse projeto, fui direcionado para a Secretaria Municipal de Inclusão Social, com a função de alimentar o banco de dados dos cadastros da Secretaria. Após alguns dias, recebi o convite da Gerente de Serviço Social para realizar uma contagem dos *moradores de rua* na instituição que oferecia abrigo noturno, a Casa Transitória *Assad Kan*³⁸. Não imaginava que, a partir desse momento, minha vida tomaria rumos inesperados.

Nas noites frias de julho de 2004 iniciei o estágio na instituição. Nas primeiras noites observava, sentado ao lado do recepcionista, a quantidade de homens e algumas mulheres que chegavam ao local após às 18 horas. Todos esperavam em fila, em frente à entrada principal para atendimento individual. Alguns termos como *itinerante*, morador de rua, morador da cidade, andarilho, mendigo, ronda, passagem, trecho, guarda municipal, assistente social faziam parte do cotidiano das primeiras noites.

Para entender essa diversidade de situações que apareceram, não satisfazia apenas contar às pessoas na instituição, queria saber mais, quem eram essas pessoas, de onde vinham, porque estavam naquela situação, se eram *excluídos*, se não tinham “oportunidades”, etc.

³⁷Esse projeto, criado pela prefeitura de Araraquara, tem como objetivo proporcionar aos estudantes de graduação a possibilidade de atuarem como estagiários na administração municipal.

³⁸Essa instituição inaugurada pela entidade “Obreiros do Bem” é mantida e gerenciada pela prefeitura de Araraquara desde 1996, para atendimento aos *moradores de rua* e *trecheiros*. Para mais informações, ver Oliveira (2006).

Para responder as questões iniciais elaborei um questionário com algumas perguntas e adotei o caderno de campo para anotações. Durante seis meses, percorri instituições filantrópicas³⁹ e públicas⁴⁰, ruas e praças, cadastrando as pessoas que considerava como *moradores de rua*. Nesse momento não entendia a diferença entre os *pardais*, *trecheiros*, pois todos faziam parte de uma mesma situação, passando então a considerá-los como *população de rua*⁴¹. Após o levantamento dos dados, essa “aventura” teve três desdobramentos.

O primeiro consistiu na realização do I Seminário Regional sobre a *população de rua*, organizado pela Secretaria Municipal de Inclusão Social e realizado na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, em Araraquara. Esse evento contou com a presença de vários municípios da região, de um coordenador do movimento nacional da população de rua⁴², além de secretários municipais, prefeito, vereadores e vários *moradores de rua*, tendo como principal objetivo iniciar uma transformação nas formas de acolhida para os *moradores de rua* em Araraquara.

O segundo desdobramento foi a minha mudança profissional, de estagiário para a posição de assessor de Projetos em março de 2006, para viabilizar as mudanças anunciadas. Por fim, o terceiro desdobramento se realizou pela finalização da pesquisa, esta se transformando em trabalho de conclusão de curso (OLIVEIRA, 2006).

Após a conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais, em junho de 2007 fui nomeado para o cargo de Gerente de Projetos da Secretaria Municipal de Inclusão Social, ficando responsável pelo gerenciamento da política municipal para a *população de rua*. Ali permaneci até novembro de 2008, quando se iniciou o processo de transição para um novo governo.

Aliado ao trabalho na prefeitura de Araraquara, em maio de 2008, a convite da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, assumi a coordenação do Albergue Noturno de São Carlos⁴³ para viabilizar as mudanças nas práticas de atendimento. Permaneci no cargo até janeiro de 2009, quando fui convidado para assumir o recém-criado cargo de Chefe de Divisão da Política de Atendimento à população em situação de rua⁴⁴.

³⁹Como instituições filantrópicas percorridas no período, destaco a Igreja São Geraldo, que distribuía almoços todos os dias para os moradores de rua, Padre Pedro, que servia jantar às segundas, quartas e sextas-feiras.

⁴⁰Casa Transitória que atendia aos *moradores de rua*, oferecendo pernoite. Hospital psiquiátrico Cairbar Shutel, com a função de cadastrar aqueles que estavam internados no momento.

⁴¹Utilizo o termo *população de rua* no momento em que o levantamento foi realizado.

⁴² Sobre o Movimento Nacional da População de Rua, ver De Luca (2007) e Ferro (2010).

⁴³ Instituição que oferece atendimento noturno para *moradores de rua* e *trecheiros*, será detalhado no primeiro capítulo.

⁴⁴ A minha trajetória profissional em São Carlos será discutida no segundo capítulo, no tópico *reorganizando a circulação*.

O período como gestor de políticas para os *moradores de rua* em Araraquara fez emergir algumas questões que me incomodavam, dentre elas, as principais eram saber: Quais eram os mecanismos institucionais e políticos que definiam quem era ou não “população de rua”? Quais são as relações de poder existentes na institucionalidade, ou fora dela (interferências externas), que estavam em jogo para a definição?

Com a mudança para o cargo Chefe de Divisão na cidade de São Carlos e com um ano na função, outra questão agrega-se às que eu já havia formulado, tornando-se possível a elaboração da seguinte frase que ouvia todos os dias: “Quem for de São Carlos levem para o Centro Pop, e quem for de fora, mandem embora”.

Sendo assim, o questionamento diante do modo como os mecanismos institucionais possibilitavam essa situação, e se esta dialogava ou interferia no cotidiano dos *moradores de rua*, motivou e deu origem à pesquisa que apresento. O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar), na modalidade mestrado, foi a possibilidade para responder às questões que me incomodavam na atuação profissional. Permaneci na posição de gestor-pesquisador até julho de 2011, saindo da gestão para dedicar-me exclusivamente à pesquisa.

Um panorama visto do Centro POP

Encarar o desafio de gestor-pesquisador não foi uma tarefa fácil, contudo, me propus ao desafio. Tendo por base a discussão sobre etnografia apresentada por Feltran (2011) e Cefai (2010), em janeiro de 2010 iniciei a construção de um novo olhar na instituição que trabalhei durante três anos. Todos os dias, finalizado o horário de expediente e voltando para casa, relatava em diário de campo as observações realizadas no cotidiano da instituição.

Nesse momento registrava o dia a dia da instituição, como: os horários de entrada e saída, as oficinas e as conversas nos corredores com funcionários e usuários⁴⁵. Também eram anotadas reuniões de equipe com gestores, vereadores, *moradores de rua* e visitantes na instituição. Nesse primeiro momento buscava construir os primeiros diários de campo para

⁴⁵O uso do termo usuário refere-se ao termo usado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em relação aos atendidos pelos serviços socioassistenciais. Para mais informações, ver (BRASIL, 2004).

elaborar categorias que me ajudassem a formular com precisão as questões que me intrigavam.

Os períodos que escrevi os diários de campo no Centro Pop foram: janeiro a abril de 2010, junho a setembro de 2010 e janeiro de 2011. É relevante apontar que, em alguns momentos, vivenciei situações que não consegui relatar nos diários de campo, por não desejar revivê-las.

Após descrever o cotidiano da instituição, percebia que estava mais atento em relação ao que acontecia no lugar, principalmente em algumas oficinas que fazia questão de participar, as assembleias. Desde a inauguração do serviço, nos primeiros dias, iniciamos⁴⁶ reuniões entre funcionários e usuários da instituição para discutirmos diversas questões, principalmente as relacionadas às regras de convivência no local.

Contudo, percebia que era um dos momentos mais tensos que passávamos quando se tratava de atividade em grupo. Nos primeiros meses não entendia o motivo para os conflitos nas assembleias, e passei a considerar que se tratava de um processo, já que discutir em grupo sobre o funcionamento de uma instituição não era uma tarefa fácil para usuários e funcionários. Os conflitos nas assembleias ora acalmavam, ora acentuavam-se, mas foi precisamente quando novos usuários adentraram na instituição que percebi algumas questões que perpassavam as reuniões. Em março de 2010, depois da ação no barracão da Javep⁴⁷, três pessoas foram inseridas no serviço, e após a entrada destes, as assembleias mudaram.

Nesse momento fechávamos as questões relativas aos horários de entrada e saída no Centro Pop, mas com a inserção do grupo, os acordos anteriores começaram a ser questionados, causando incômodo para os que estavam há mais tempo. Em poucos dias, percebi que dois “grupos” monopolizavam as reuniões, não permitindo que se chegasse a um consenso sobre as novas regras. Em meio ao conflito, constatei que não se tratava apenas de pessoas isoladas, mas de pequenos “grupos”. O que entedia como participação ativa dos usuários na elaboração do projeto do Centro Pop, passou a ser visto como um espaço de disputa, relação de poder entre os usuários. Nesse sentido, percebi que cada *morador de rua* ali presente participava de uma *banca*, e que o Centro Pop era o lugar de encontro dos membros das diferentes *bancas* de São Carlos⁴⁸.

⁴⁶O uso da primeira pessoa do plural em alguns momentos nesse tópico é quando me refiro à equipe do Centro POP.

⁴⁷Esta ação será detalhada no segundo capítulo no tópico *banca da dona Sônia*.

⁴⁸O Centro Pop é uma alternativa às formas de atendimento dos Albergues, estes que tem como características históricas regras fixas, criadas pela equipe dirigente e corpo de funcionários, equipamentos herdeiros das instituições totais como apontadas por Goffman (2008). Assim buscando desconstruir com os modelos históricos de atendimento, as normativas do Centro Pop tem como objetivo a participação dos usuários no projeto da

Simultâneo a esse período, ao iniciar os relatos de campo no Centro Pop, procurei conversar com diversos *moradores de rua* que frequentavam a instituição, sempre informando que realizava uma pesquisa, e se no caso podiam ajudar com informações relativas à vida na rua. Seja nas conversas nos corredores, no refeitório, na sala do Centro Pop ou nas partidas de truco, conversávamos sobre diversos assuntos, mostrava-me interessado por saber sobre as *bancas* e como se viravam nas ruas. Todos relatavam as *bancas* que participavam e onde ficavam quando não procuravam pelo serviço.

Certo dia, ansioso em saber sobre essas situações, aprendi que para frequentar a *banca* era preciso ser aceito. Conversando com Everaldo sobre a possibilidade de visitar a *banca* que ele frequentava, para que pudesse observar por onde circulavam, tinha certeza que sua resposta seria positiva, no entanto, ao propor a visita, ele logo respondeu “se a banca te aceitar você pode ficar”. Isso me fez refletir que não seria o cargo que ocupava que possibilitaria a entrada na *banca*, mas entendi que para ser aceito era preciso demonstrar confiança.

Pela via institucional, também tive acesso aos técnicos que trabalharam em diferentes momentos com os *moradores de rua* na cidade de São Carlos. Minha chegada aos técnicos que auxiliaram na construção dessa pesquisa só foi possível devido aos contatos construídos em razão do cargo que assumia no período.

O objetivo de entrevistar Margarida, Luiz, Helena e Inês, no primeiro capítulo, e Vanessa no segundo, foi o de observar de que modo as trajetórias profissionais se cruzaram com as transformações na rede de assistência aos *moradores de rua* e, por conseguinte, como foi se constituindo o que chamo de *Circulação e Fixação* na cidade de São Carlos. As entrevistas fluíram devido ao conhecimento sobre determinadas questões, como o vocabulário referente às normativas da assistência social, à compreensão de algumas questões referentes ao município e ao conhecimento em comum dos *moradores de rua* atendidos pelos profissionais. Em relação ao local da realização das entrevistas, situo que duas aconteceram nas residências dos próprios entrevistados, uma efetuada no local de trabalho e outra fora da

instituição. Com isso, a assembleia foi uma alternativa para aproximar os usuários e funcionários da recente instituição desde os primeiros dias de funcionamento da instituição. As assembleias tiveram como objetivo principal elaborar as regras que norteariam a convivência entre usuários e a equipe. A assembleia foi uma atividade que buscava traduzir os princípios da participação dos usuários exigidos pela Política Nacional de Assistência Social. Recorrendo às análises de Goffman (2008) para entendermos os conflitos causados nessas reuniões, as regras discutidas visavam atender os objetivos da instituição como: horários estabelecidos para circulação na cidade através entrada e saída da instituição, e controlado por um guarda municipal, horários para situações cotidianas, como tomar banho, alimentar-se, dormir e não os interesses dos *moradores de rua*. Essa tentativa de controle e os questionamentos nas assembleias confrontavam com a hierarquia estabelecida na instituição. Percebe-se o conflito entre as regras institucionais que se colocavam como participativas confrontando-se com as regras construídas nas ruas, tornando o Centro Pop um lugar de constante tensão.

cidade de São Carlos. Em alguns momentos percebíamos que ora falávamos dos “casos históricos” do albergue, ora da rua e do plantão social. Como exemplo:

Helena: e Francisco

Luciano: ele está indo ao Centro POP

Helena: acredita que ele estava dormindo nos fundos aqui de casa por um tempo

Luciano: então aqui era a casa onde dormia?

Cada entrevistado participou e conheceu muito bem as práticas de gestão do público destacado, sendo este o critério para a escolha das trajetórias aqui apresentadas. Atento ao sentido de que, ao buscar reconstituir as práticas de intervenção elaboradas para gestão dos *moradores de rua*, não é objetivo presente na pesquisa considerar se as práticas de gestão estavam certas ou erradas, ou se *circular* ou *fixar* as pessoas na cidade era a melhor opção. As ações de cada profissional aqui apresentado, inserindo o pesquisador, estavam situadas em momentos históricos distintos.

Um panorama visto da rua

O contato com as *bancas* se deu em três momentos. O primeiro foi percorrer as *bancas* semanalmente, valendo-se das abordagens de rua⁴⁹, com o objetivo de convidar aqueles que se encontravam nos agrupamentos para frequentarem o Centro Pop, além de monitorar o surgimento de novas pessoas vivendo nas ruas e acompanhar os casos de *moradores de rua* que não aderiram às instituições de atendimento. Foi por meio da abordagem, junto com os educadores, e pela observação e anotações em diário de campo, no período de março, abril e setembro de 2010, que conseguimos quantificar e mapear o território onde se localizavam e identificar os membros fixos de cada *banca*.

No segundo momento, após as incursões nas *bancas* via abordagem de rua e conversas com os *moradores de rua* no Centro Pop, elenquei as *bancas* da *dona Sônia* e do *mercado*

⁴⁹As abordagens de rua são realizadas por Educadores Sociais, pelo Serviço Especializado de Abordagem Social. Educador Social é uma profissão recente para o atendimento aos moradores de rua adultos. Suas atribuições com o público citado consistem em atuar através da organização de oficinas, abordagens de rua e acompanhamentos nos atendimentos. Sobre a profissão e a atuação do Educador Social, ver mais em Graciani (2005) e Oliveira (2007). Sobre o Serviço Especializado, ver mais em Brasil (2009b).

como locais que considerava importantes para observar as mudanças nas políticas de atendimento, a operacionalização da *circulação* e a *fixação* e o efeito deste dispositivo nos agrupamentos.

A *banca da dona Sônia* era composta, em sua maioria, por *moradores de rua* que frequentavam o Centro Pop e o Albergue. Já na *banca do mercadão*, a maioria dos participantes era composta por *trecheiros* que não frequentavam tais instituições. Nesse período realizei visitas aos sábados nas *bancas* citadas, após obter permissão dos membros. Iniciei pela *banca da dona Sônia*, como todos eram conhecidos, tornou-se mais fácil entender o cotidiano do agrupamento.

Nas primeiras incursões ficava pouco tempo, aproximadamente duas ou três horas, para não interferir no cotidiano. Nesse momento descobri a existência de uma “rede de apoio” no território em que permaneciam, além de regras internas no agrupamento⁵⁰.

Na *banca do mercadão*, devido ao fluxo de *trecheiros*, era constante a presença de pessoas que eu não conhecia no local, sendo que a minha entrada se iniciou a partir das abordagens na praça e aos sábados, intercalando com as visitas à *banca da dona Sônia*, buscando sempre uma aproximação com as pessoas que frequentavam o agrupamento. Observo que, nesse contexto, a aproximação foi possível porque conhecia Francisco, que participava da *banca* e frequentava o Centro Pop. Constatei a existência de maneiras diferentes de se organizarem, se comparadas à *banca da dona Sônia*, como a rede de apoio em relação às regras internas do agrupamento. Percebi então diferentes práticas de gestão para os grupos encontrados nas ruas de São Carlos.

No terceiro momento, ocorrido entre fevereiro e março de 2011, voltei às *bancas* para aprofundar a observação. Durante vinte dias percorri as duas *bancas* citadas, dedicando dez dias de participação intensa (manhã, tarde e noite) em cada agrupamento. Circulei pelos territórios a observar as diferentes formas do *mangueio*⁵¹, as classificações e regras internas em cada grupo (códigos morais)⁵².

Todos os momentos de observações e interações foram anotados em caderno de campo. Devido à proximidade que tinha com os *moradores de rua*, principalmente com os membros da *banca da dona Sônia*, chegou um momento em que eles pediam para que abrisse o caderno e anotasse o que eles viam ou lembravam. Em certos momentos as anotações aconteciam ali mesmo, na rua, no calor da hora.

⁵⁰Essas questões serão detalhadas no segundo capítulo, no tópico, sobrevivendo no bairro.

⁵¹ *Mangueio* é a prática do pedido elaborada pelos moradores de rua. Tal prática será detalhada no tópico O *mangueio*, no primeiro e no segundo capítulos.

⁵² Serão detalhados no próximo tópico.

Destaco algumas observações sobre o método utilizado e a posição de pesquisador-gestor na pesquisa. Primeiro, ao elaborar os diários de campo após cada dia de trabalho, muitas vezes este se tornava um exercício difícil e doloroso, pois reviver os momentos de tensão como mediador em relação aos conflitos entre os *moradores de rua*, técnicos e a gestão municipal, me deixou, em vários momentos, sem condições para relatá-los.

Mediante a mudança de olhar, sair da preocupação institucional e direcionar as *banças* foi um caminho adotado para resolver os problemas que se colocavam na posição em que me encontrava. No momento da releitura dos diários de campo, lembrei-me de situações e complementei, já em outros percebi que não havia superado certo evento, como exemplo, a formação do *trem-bala* no segundo capítulo, não consegui avançar após passados dois anos.

A segunda consideração que compartilho é como se apresentar quando realiza-se pesquisa com *moradores de rua*. Na primeira vez que fui visitar a *banca da dona Sônia*, uma observação feita por todos era em relação as minhas vestimentas, ou seja, estava arrumado demais para quem queria ficar na rua, short, tênis, camiseta e boné. A orientação que me deram foi para ficar parecido com eles. Senti isso como uma exigência de alguns membros da *banca*.

Desse modo, em outra visita fui de chinelo, short e um boné velho, deixando a barba crescer, e nessa ocasião, ao chegar à *banca*, me disseram que estava vestido adequadamente para ficar lá. Quando permaneci o dia inteiro com o agrupamento, em várias situações passei despercebido por outros *moradores de rua*, comerciantes da região e voluntários que distribuía comida.

Em algumas situações, principalmente quando estava nas ruas fazendo pesquisa de campo, fazia-se comum aos *moradores de rua* que estavam suspensos das instituições e aos *trecheiros* que buscavam permanecer mais dias no albergue, pedirem para que eu falasse com os funcionários para viabilizar os seus pedidos. Quando isso acontecia, me posicionava explicando que realizava uma pesquisa nas *banças*, e não podia mudar as decisões tomadas pela equipe do Centro Pop.

Dentre muitas coisas que aprendi nas ruas, considero importante compartilhar a questão relacionada ao dinheiro. Desde as primeiras visitas às *banças*, ao momento de minha chegada, solicitavam minha contribuição para comprarem *pinga*. Eu já sabia da *intera*⁵³, uma contribuição que todos ofertam para as primeiras garrafas de *pinga*. Contudo, percebia que alguns insistiam para que eu contribuísse diversas vezes, e nos primeiros dias isso me

⁵³ A *intera* é a contribuição que todos, em algum momento, são obrigados a realizar para a *banca*. Sobre a *intera* e as regras de convivência na banca, serão discutidas no próximo tópico, primeiro e segundo capítulos.

incomodou, e para evitar os constantes pedidos, decidi levar para o campo apenas um documento com foto e uma quantia mínima de dinheiro, somente o que seria utilizado na hora da *intera*, notando que com isso os constantes pedidos diminuiriam.

Finalmente destaco o cuidado que os *moradores de rua* tiveram em me receber bem e me levar a determinados lugares. Nos momentos de conflito entre eles, era recorrente ouvir “vamos parar, o Luciano tá aqui com a gente”. Todavia, o que me chamou atenção foi a preocupação dispensada e percebida por mim em algumas situações, no decorrer da pesquisa de campo. Como exemplo, todas as vezes que realizávamos uma *intera* após o *mangueio*, alguém ficava responsável pela compra de *pinga* para a *banca*. A *pinga* era dividida entre todos, cada um dava um gole e passava a garrafa para o outro, já comigo eles faziam diferente. Como sabiam que eu tomava apenas um gole, abriam a garrafa e primeiro me ofereciam a *pinga* e depois entregavam o refrigerante para que eu não ficasse sem beber nada na *banca*, essa preocupação vinda do grupo se dava também em relação aos talheres que improvisávamos para alimentação, as comidas adquiridas nas ruas, etc.

Materiais utilizados

Como materiais utilizados, destacamos a elaboração de diário de campo, usado para as anotações das observações realizadas no Centro Pop e nas ruas. A elaboração desse material consistiu em realizar anotações no caderno e, assim que encerrado o período de observação, foram essas anotações revistas e digitadas. Esse processo realizou-se no mesmo dia, ou no máximo em três dias, quando finalizado o campo.

Outro material utilizado foi o recurso às entrevistas, que considero aqui não apenas àquelas que foram gravadas, com roteiros pré-definidos, mas também os momentos em que as longas conversas envolviam a interação do pesquisador com os *moradores de rua*.

Foram realizadas 15 entrevistas (entre técnicos e *moradores de rua*) com roteiros pré-definidos, sendo que em oito delas obtive a autorização para gravá-las e depois transcrevê-las, as outras 7 foram registradas nos diários de campo, bem como as conversas com *moradores de rua* e *trecheiros* nas ruas ou no Centro POP.

Cabe ressaltar a utilização de algumas reportagens de jornais locais sobre as ações realizadas pela prefeitura em relação aos *moradores de rua* na cidade, no entanto, destaco que a referência aos jornais não é o principal recurso metodológico escolhido para a pesquisa, mas

sim, uma ferramenta que faz parte das memórias profissionais de uma das entrevistadas e do autor. Também foram analisados alguns documentos do Centro POP, como prontuários, fichas de cadastros e os cadernos de anotações dos profissionais (educadores sociais e assistente social), com a finalidade de complementar algumas informações, especificamente sobre os *moradores de rua* que faleceram no decorrer dessa pesquisa.

São Carlos e as *bancas*

Parte considerável das pesquisas sobre os *moradores de rua* tem como base as experiências dos grandes centros urbanos que primeiro vivenciaram a presença dessa população em seu cotidiano. Como exemplo disso, destacamos a cidade de São Paulo que, por meio da construção de uma rede de atendimento, bem como a constituição de uma ampla gama de pesquisas sobre a temática, tornou-se referência para estudiosos e gestores municipais, no que tange ao conhecimento sobre os *moradores de rua*. Muitas dessas pesquisas se concentraram sobre os problemas enfrentados pelos *moradores de rua* considerando os seus perfis, os motivos que os levaram a viver na rua e suas histórias de vida (sempre baseadas nas perdas, faltas e carências).

Porém, mostram-se recentes⁵⁴ as pesquisas que visam compreender os processos históricos da questão, sendo que, invariavelmente, destacam como lugar de análise as metrópoles. Procuramos deslocar a análise dos grandes centros para tentar compreender esse processo em uma cidade do interior paulista, contexto não metropolitano, de modo que ao destacarmos essa região, especificamente a cidade de São Carlos como local de análise, se justifica tal escolha porque é nesse contexto que conseguimos captar as formas de gerenciamento dos *moradores de rua*, partindo dos constructos analíticos da *Circulação* e da *Fixação* que serão apresentados no primeiro e segundo capítulos.

Figura 1 — Localização do município de São Carlos

⁵⁴Destacamos como pesquisas importantes sobre os processos históricos referentes às políticas de atendimentos aos moradores de rua, Barros (2004) e De Lucca (2007).



Fonte: Google maps

São Carlos é uma cidade do interior paulista, localizada a 230 km da capital, e conta com aproximadamente 220 mil habitantes, além de uma economia industrial e agrícola bastante desenvolvida, está situada em eixo de alta circulação de recursos do interior paulista, próxima das cidades de Campinas e Ribeirão Preto.

De acordo com o diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social do município, em 2007 apontava-se que a taxa de urbanização da cidade era superior às médias regional e estadual. No ano 2000, o percentual residente na zona urbana era de 95% e 5% residia em área rural. Já em 2006, o grau de urbanização do município chegou em 96,5%, sendo superior ao índice do Estado, que no mesmo período era de 93,7%.

Esses dados contribuíram para a elaboração do diagnóstico que justificou as mudanças na política de assistência social no município, reorganizando os serviços a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁵⁵ na cidade, em meados dos

⁵⁵Em dezembro de 2003 realizou-se a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que deliberou a construção sobre o Sistema Único de Assistência Social, e em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social. Com o estabelecimento do Sistema Único de Assistência Social, instauraram-se dois níveis para a política de assistência social. O primeiro sendo a Proteção Social Básica, que tem como objetivo promover a inclusão social de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, por meio de atendimentos nos equipamentos descentralizados, conhecidos como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O segundo nível é a Proteção Social Especial que se caracteriza pelo atendimento às famílias e indivíduos com os direitos violados ou vínculos familiares e comunitários rompidos. Os atendimentos nessa modalidade de proteção são realizados nos equipamentos denominados de Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Sobre esse assunto, ver mais em Brasil, (2004).

anos 2000, que será analisado no segundo capítulo. É nesse momento que a visibilidade dos *moradores de rua* enquanto uma questão a ser “resolvida” ganha novos contornos. Essa visibilidade está ligada à história da política local a partir da mudança do governo municipal, com a eleição do prefeito Newton Lima, do Partido dos Trabalhadores (PT), que inicialmente defendia uma visão política de esquerda e posteriormente o alinhamento às visões políticas do Governo Federal. Quando Luiz Inácio Lula da Silva é eleito para Presidente da República, também representante do Partido dos Trabalhadores. Esse alinhamento político e as transformações na política de assistência social, que será discutida no segundo capítulo, propiciaram ao município de São Carlos criar um dos primeiros Centros Pop do Brasil.

As bancas de rua

São poucos os trabalhos que destacam como análise os agrupamentos de rua. Nas primeiras pesquisas sobre a temática, Stoffels (1977), Neves (1983) e Vieira (2004), apresentaram a existência desses agrupamentos como formas de organização da vida na rua.

Em meados da década de noventa (século XX), frisamos como um dos primeiros trabalhos sobre o tema Brognoli (1996), que apresenta a etnografia de um agrupamento de *moradores de rua* na cidade de Florianópolis. O autor ressalta para a diferença existente entre *trecheiros* e *pardais*. Estes são caracterizados pela circulação na cidade, tendo sua organização fundada em grupos, por meio da formação de alianças entre os membros. As alianças são flutuantes e dependentes de fatores circunstanciais, seja na doação para comprar bebida ou derrotando algum oponente pela força física.

Frangela (2005), ao destacar como análise a corporalidade dos *moradores de rua*, utilizando-se da etnografia realizada na cidade de São Paulo, apontou o agrupamento como um modo de organização para a sobrevivência nas ruas. Para a autora, os agrupamentos são formados usualmente de forma provisória, temporal e espacialmente. Destaca também as várias formas de sociabilidade construídas e mediadas através da partilha de comida, roupas, bebida, drogas etc., sendo o álcool considerado um “elemento fundamental da sociabilidade neste segmento social” (FRANGELA, 2005, p 31).

Gregori (2000) ao estudar os *meninos e meninas de rua* na cidade de São Paulo, apresentou os diferentes grupos que se formavam na rua e os diversos jeitos de se “virar”, além das relações e táticas de sobrevivência desenvolvidas pelos agrupamentos. A autora ressalta que os agrupamentos são importantes para a vida dos *meninos e meninas de rua*, pois

possibilita a transmissão de conhecimento concreto sobre o cotidiano, e tudo o implica *estar na rua*.

A primeira pesquisa que apresenta o termo *banca* na cidade de São Carlos é verificada em Martinez (2011), sendo que a autora define a *banca* como um agrupamento formado por uma complexa interação entre seus membros. Para a autora, as *bancas*, por não serem estáticas, se reconfiguram constantemente através de entradas e saídas dos seus membros, não se caracterizando como um grupo. Em relação aos participantes desses agrupamentos, a autora destaca que as *bancas* encontradas em São Carlos são formadas por *trecheiros*, *pardais* e pessoas que não têm uma trajetória de rua, visto que a entrada de um novo membro é permitida em razão das interações ocasionais que uma *banca* oferece.

Na tentativa de ampliarmos a compreensão sobre o que significa a *banca*, destacamos a elaboração apresentada por Everaldo, membro de uma *banca*, com relação a essa maneira de se organizarem nas ruas:

Quando se é *trecheiro*, basta uma garrafa de *pinga*, um baseado, ou alguns vinténs, para ser bem vindo em qualquer *banca*, em qualquer cidade, Estado ou país. Basta correr pelo certo (não cometer erros, como por exemplo: alterar-se, ofendendo outrem). (...) muitos *moradores de rua* passam de *banca* em *banca* até se identificarem, seja com um objetivo, ou levado pelas circunstâncias. Outros preferem andar sozinhos, para não se misturarem com os piores, ou seja, aqueles cuja atual situação ainda é cômoda. (relato escrito, Everaldo)⁵⁶.

Everaldo nos apresenta algumas considerações que ampliam o debate sobre a *banca*. Primeiro expõe a universalidade dessa forma de organização em diversos lugares, não propriamente característico de São Carlos. Segundo é a distinção existente entre as *bancas*, ou seja, as que são compostas por *pardais* e por *trecheiros*, e terceiro que essa maneira de se organizar está permeada por regras internas ou códigos.

Nesse sentido, destacando como suporte a bibliografia citada, as elaborações realizadas por Everaldo e os elementos encontrados em campo, procuramos desenvolver a compreensão sobre a *banca* a partir de três critérios de análise: 1) *território*; 2) *membros fixos*; e 3) *códigos morais (regras) de condutas*.

Em relação ao *território*, primeiro o destacamos como o espaço físico de circulação na cidade, onde é garantida a sobrevivência cotidiana (alimentação, dinheiro, etc.) e são construídos pontos de referências que nomeiam as *bancas*. Contudo, ressaltamos que o *território* não é apenas geográfico, mas também simbólico, porque marca a diferença

⁵⁶Relato escrito por Everaldo em abril de 2010.

existente entre os participantes, seja em relação ao consumo de substâncias psicoativas como o álcool e/ou drogas (*crack*) nas *bancas*, seja na separação entre aqueles que têm ou não acesso ao atendimento⁵⁷.

Aliados ao *território* destacam-se os *membros fixos*, sendo estes os *moradores de rua*, *trecheiros* e visitantes⁵⁸ que frequentam a *banca* constantemente. É a partir da fixação de indivíduos em algum ponto da cidade, o controle nas ações cotidianas da *banca* e nas relações entre os membros e os estranhos que se agregam, a partir da elaboração de regras que orientem as ações dos participantes⁵⁹.

É com base nos critérios que definem que as consideramos como grupos de *moradores de rua*, e para avançar na compreensão sociológica, percebemos que a *banca* não é apenas um amontoado de pessoas que se encontram em determinado lugar da cidade para compartilharem *pinga*, comida, cigarros e drogas. Além de um resultado de interesses específicos, na *banca* se acompanha sentimentos e a necessidade de estarem juntos construindo vínculos. Nesse sentido, para classificarmos as *bancas* como agrupamentos de *moradores de rua* recorreremos a Simmel (2006), e o conceito de sociação:

é a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos em razão dos seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam [...] (p. 60).

As bancas em São Carlos

⁵⁷O conceito de *território* é utilizado em diferentes perspectivas nas ciências humanas. Segundo Haesbaert (2006) é um conceito central na Geografia, por dizer a respeito da espacialidade humana. Na ciência Política enfatiza a construção das relações de poder, muitas vezes ligadas a concepção do Estado. A Antropologia destaca a relação simbólica, especialmente quando se dedica ao estudo das “sociedades ditas tradicionais”. Para o autor, o enfoque da Psicologia na construção da subjetividade e da identidade pessoal. Por fim o aspecto sociológico a partir da intervenção nas relações sociais. Haesbaert (2006) destaca que não há como definir o indivíduo, o grupo ou a comunidade sem ao mesmo tempo não inseri-los em um contexto geográfico “territorial”. E ampliando a compreensão do território como destaca que a “necessidade territorial” de controle ou apropriação do espaço estende-se “desde um nível mais físico ou biológico (necessidades básicas como água, alimentação, abrigo) até um nível mais imaterial e simbólico (enquanto seres dotados de poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio)” (HAESBAERT, 2006 p. 340). É na perspectiva destacada por Haesbaert (2006) o *território* como físico e simbólico que utilizaremos quando nos referimos aos *territórios* das *bancas*.

⁵⁸ Como visitantes consideramos as pessoas que possuem residência fixa e não apresentam uma trajetória de rua, contudo, frequentam a *banca* constantemente.

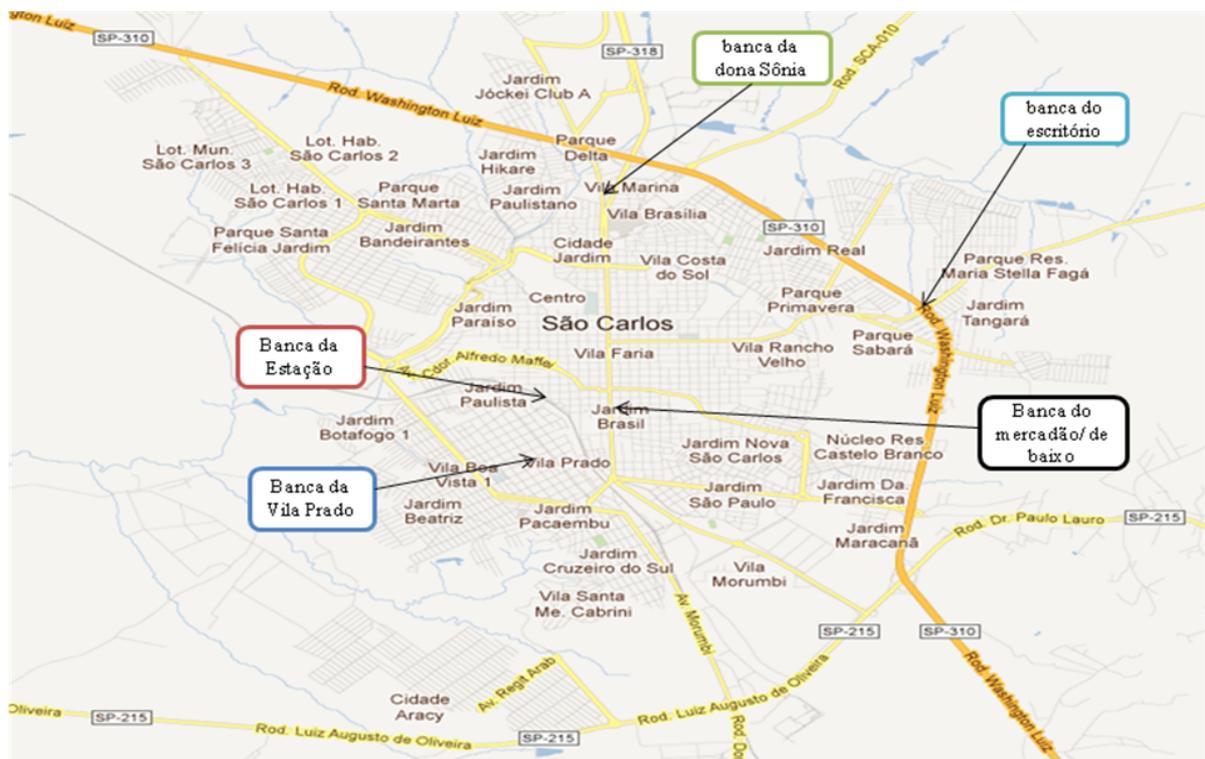
⁵⁹ Essas três categorias estarão detalhadas na primeira parte denominada *A Circulação*, no tópico O “dispositivo” de circulação nas *bancas*: *A banca do mercadão* ou *banca de baixo* e na segunda parte, *A Fixação*, no tópico o “dispositivo” de *fixação banca da dona Sônia*.

No período da realização da pesquisa de campo existiam várias *bancas* distribuídas pela cidade de São Carlos. O critério escolhido para a apresentação de tais agrupamentos foi elaborado pelos *moradores de rua* estudados, que os classifica a partir do consumo de determinadas substâncias psicoativas como o álcool e/ou drogas (*crack*). De acordo com esse critério, Leonardo⁶⁰ (negro, nascido em São Carlos, com 30 anos de idade em 2011, está vivendo nas ruas da cidade há oito anos) diferenciou-as dizendo que “existem as *bancas de pinga*, as *bancas de pinga e droga* e as *bancas de droga*”.

Everaldo esclarece melhor essa diferenciação⁶¹:

As *bancas* alcoólicas aceitam com mais facilidade membros novos recém-chegados, porém devido à alteração causada por grandes ingestões de bebidas alcoólicas, são estas *bancas*, as que mais demonstram agressões físicas e verbais, em alguns casos verídicos, até a morte de alguns indivíduos, *moradores de rua* ou não. (...) Há *bancas de nórias* (viciados em crack), maconheiros, aspiradores (cocaína), etc. Não tardando, há panelinhas (pequenos grupos que se formam com algum objetivo ou ideal, seja aventurar-se pelo mundo, aventurar-se em outras *bancas*, etc.). (relato escrito, Everaldo).

Figura 2 — Distribuição das *bancas* na cidade de São Carlos.



Fonte: google maps informações do autor

⁶⁰ Informações sobre Leonardo encontram-se na lista de perfis nos anexos.

⁶¹ Quando comentei com Everaldo sobre a pesquisa que realizava sobre as bancas, passados alguns dias ele me entregou um breve texto que elaborou, em que relatava como era o mundo da rua, as bancas, a polícia, sua história de vida e seus sonhos.

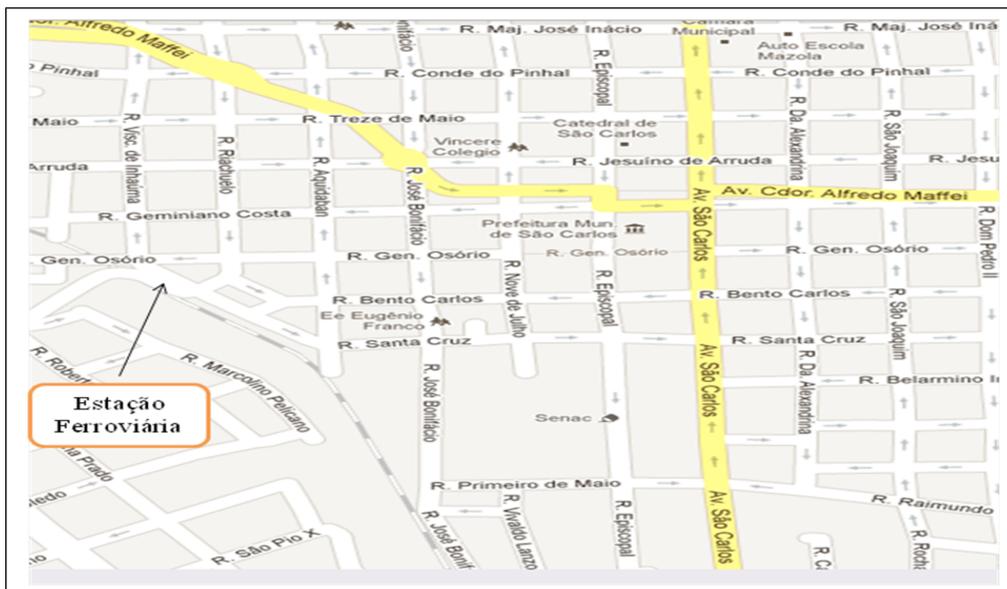
Com base nos critérios citados, apresentaremos brevemente as *bancas* na cidade de São Carlos, destacando o *território* e os principais membros fixos⁶² de cada *banca*. Destacamos: a *banca da Estação*, a *banca da Vila Prado* (Igreja Santo Antônio), a *banca do Escritório*, a *banca do mercadão* e a *banca da dona Sônia*.

As bancas de pinga

Seguindo as definições já citadas, nas *bancas de pinga* a sociabilidade dos membros perpassa majoritariamente pelo consumo da *pinga*. Essas *bancas* são frequentadas pelos *moradores de rua*, visitantes e os *trecheiros*. Destacamos as *bancas da Estação*, *Vila Prado* (Igreja Santo Antônio) e a *do escritório*.

Banca da Estação

Figura 3 — Território da *banca da estação*.



Fonte: google maps informações do autor

A Estação Ferroviária, localizada na região central, foi uma das portas de entrada para as pessoas que chegavam em São Carlos. Destacou-se esta como um lugar fundamental no

⁶² Sobre os membros fixos, eles serão mencionados ao longo do texto, contudo, as informações sobre cada membro será detalhada na lista de perfis que se encontra nos anexos.

processo de circulação dos *migrantes/itinerantes* que passavam pela cidade⁶³. Aos poucos, a Estação tornou-se um local de referência para *moradores de rua*, *trecheiros* e transeuntes que escolheram a cobertura externa do edifício como um ponto de encontro e de apoio.

Em frente à Estação está a Praça Antônio Prado, onde diariamente circulam centenas de pessoas, sendo um dos principais pontos de integração de linhas de ônibus da cidade. Nessas proximidades também se encontram bares, restaurantes e pastelarias. Observa-se nessa região a existência de várias casas abandonadas, que servem de *mocós*⁶⁴ para os *moradores de rua* e *trecheiros* que circulam por esse *território*.

É devido à escolha do *território* da Estação Ferroviária como um ponto de referência para os membros da *banca* que surgiu o nome da *banca da estação*. Em relação aos membros que fazem parte deste agrupamento, destacamos a presença de *moradores de rua* mais velhos, ou pelo fator idade ou em razão do tempo que vivem nas ruas. No caso dessa *banca* temos como membros fixos José, com mais de 60 anos de idade em 2011, veio para São Carlos quando tinha 20 anos e desde 2008 frequenta o albergue noturno; Itamar, 44 anos, nascido em São Carlos, usa uma barba longa, cabelos compridos e vários colares feitos com sementes; e Cristiano com 47 anos de idade, magro, negro, com um cabelo grisalho e comprido. Nasceu em Uberlândia e ainda jovem migrou para a capital paulista, estava nas ruas de São Carlos há aproximadamente três anos.

Durante o dia alteram a permanência entre a praça e o “puxadinho” da Estação onde fazem artesanato, leem jornais ou executam algum trabalho esporádico, como a confecção e pintura de letreiros, coleta de materiais recicláveis pelas imediações. Quando não estão no local, deixam objetos como lençóis ou colchões para sinalizar que existe alguém naquele lugar⁶⁵.

Figura 4 — Cobertura externa da Estação Ferroviária.

⁶³Essa discussão será detalhada na primeira parte denominada *A Circulação*.

⁶⁴*Mocó* é um lugar que serve como esconderijo e pernoite para os moradores de rua. Ver mais em Brognoli (1996), Rosa (1997) e Martinez (2011).

⁶⁵ Sobre a demarcação da banca através de objetos ver Martinez (2011)



Figura 5 – Cobertura externa da Estação Ferroviária.



Banca da Vila Prado⁶⁶

Figura 6 – Território da *banca da Vila Prado*.

⁶⁶As informações aqui apresentadas foram obtidas pela entrevista com Tadeu e conversas com Ivan na instituição onde trabalhamos. Também ressaltamos as lembranças do pesquisador através das rondas que realizava na praça, juntamente com os funcionários do Albergue Noturno e com os Educadores Sociais desde o ano de 2008, quando iniciou o trabalho na cidade de São Carlos.

Em frente à igreja, na Avenida Sallum, existem alguns comércios como lojas de roupas, materiais de construção, lanchonete, bares, restaurante, um posto de gasolina, além das residências no entorno da praça. A região, de acordo com Tadeu, também possui várias casas abandonadas que são utilizadas como *mocós* para os *moradores de rua* que permanecem na Vila Prado.

Sobre os principais membros fixos *dessa banca* temos Tadeu e Ivan (40 anos de idade, é atendido pelo albergue desde 2006). Eles transitam entre estar nas ruas e nas instituições de atendimento há vários anos. Adotaram a região da Vila Prado como um lugar de referência, é constante a presença dos visitantes⁶⁹ na *banca*, onde passam o dia na praça, em companhia dos *moradores de rua* compartilhando *pinga* e cigarros.

Diferentemente dos *moradores de rua* que estão na Estação, os dois principais participantes da *banca da Vila Prado* têm um contato maior com a rede institucional (Centro Pop e Albergue), pois alternam entre alguns dias nas instituições e outros dias na praça. Tadeu e Ivan retornam ao lugar quando recebem seus benefícios⁷⁰, refazendo por algumas semanas a *banca*.

A *banca da vila Prado* se dissolveu após a confusão em fevereiro de 2009 quando Rogério, natural de São Carlos, com 35 anos em 2011, foi acusado por atear fogo em Sebastião. Após o episódio houve uma intensificação das rondas no local, realizadas pelos educadores sociais de rua, polícia militar e guarda municipal, visando amenizar a presença dos *moradores de rua* na região. Alguns que ficavam na *banca* foram acolhidos no Centro POP e no albergue, já outros mudaram de lugar. Dentre os participantes da *banca* destacamos: Sandro, nascido em Atibaia em 1966, veio quando jovem para a cidade de São Carlos. Em 2009 estava há nove anos em situação de rua e fixou-se na *banca da dona Sônia*; Rogério foi preso em flagrante e após conseguir sua liberdade não pôde voltar para a região da Vila Prado, nem mesmo para a rede de atendimento devido à represália dos outros *moradores de rua*. Nesse tempo, Rogério se fixou na *banca do escritório*.

⁶⁹Como exemplo de um visitante destaca-se Sebastião, um senhor com aparentemente 50 anos de idade, estava aposentado devido sua deficiência física, e possuía residência nas imediações da igreja. Durante as abordagens na Praça Santo Antônio, no início de 2009, sempre encontrávamos Sebastião no local. Ele gostava de passar o dia ao lado dos seus companheiros na praça. Em diversas abordagens percebemos que Sebastião entregava dinheiro para os companheiros comprarem cachaça, garantindo assim sua contribuição na *intera* (contribuição que cada membro que está na banca deve colaborar na compra de cigarros, bebida e, às vezes, o *crack*).

⁷⁰Tadeu foi incluído no programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é um benefício assistencial previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), correspondendo ao valor de um salário mínimo. Ivan também recebe um benefício assistencial no valor de um salário mínimo devido às sequelas que teve após ser atropelado e, atualmente, ele caminha com a ajuda de um andador.

Figura 7 – Praça Santo Antônio.



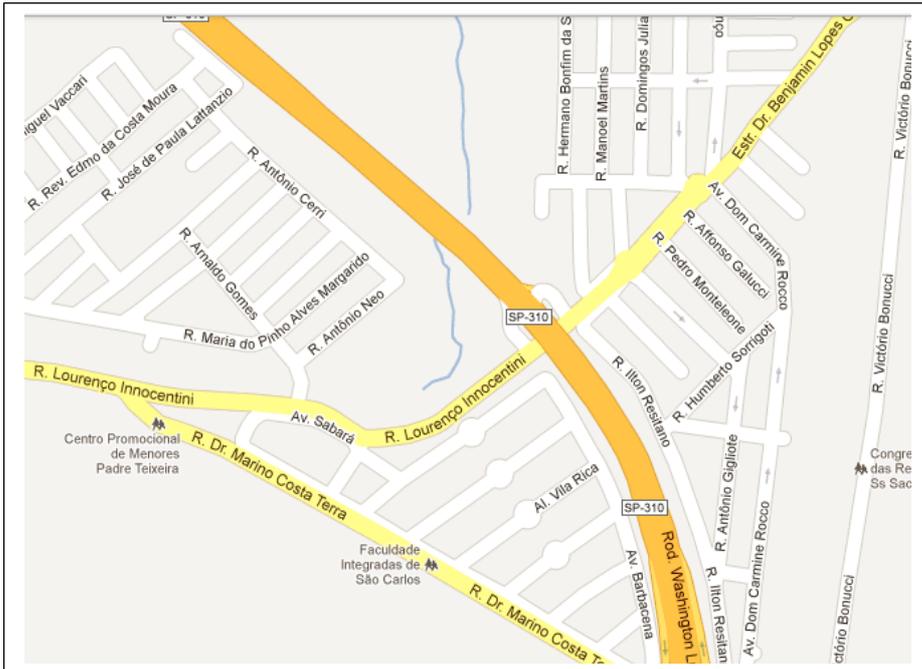
Figura 8 – Praça Santo Antônio.



Banca do “escritório” – Jardim Tangará⁷¹

Figura 9 – território *banca do Jardim Tangará*.

⁷¹ Das *bancas* que descrevemos até o momento, esta foi a que tivemos menos contato, uma vez que foram poucas as idas ao local. Por ser uma *banca* distante do centro da cidade e não causando assim muita visibilidade, o Centro POP não era acionado, e a equipe de abordagem percorria a região com menos frequência. As informações apresentadas aqui foram coletadas por meio de entrevistas com as Educadoras Sociais que realizavam abordagens no local, a leitura dos seus relatos de trabalho e anotações em diários de campo.



Fonte: Google maps.

Desde meados de 2009 ouvíamos falar sobre os *moradores de rua* que ficavam nas imediações da entrada do pontilhão, no bairro Jardim Tangará. Conhecida como a *banca do escritório*, foi batizada por Cleiton (nasceu em São Carlos, com 37 anos de idade em 2010, permanecia na *banca do Jardim Tangará* para estar próximo das filhas e da ex-esposa que residiam no bairro) e André (morava com a mãe e por não gostar de ficar sozinho em casa começou a frequentar a *banca*). Eles se apresentavam como fundadores da *banca*, estava localizada em um ponto estratégico da cidade na entrada do bairro citado e a poucos metros da Rodovia Washington Luis.

No sentido centro-bairro, ao lado esquerdo, existia um terreno baldio com várias árvores que propiciavam sombras o dia inteiro. No meio do terreno, as pessoas que permaneciam no local colocavam vários sofás um de frente para o outro, formando como se fosse uma sala de visitas. Ao fundo, colchões e lençóis jogados, garrafas pet vazias por todo o espaço, mostrando que ali haviam consumido bastante *pinga*. Nas proximidades do local existe uma oficina mecânica, um lava-jato, uma casa que estava em construção e, nos arredores, residências e uma padaria. Diferente das outras *bancas* apresentadas até o momento, quase todos os membros que frequentavam essa *banca* possuíam familiares no bairro. A presença de parentes e conhecidos garantia a sobrevivência no local. A rede de vizinhança ajudava doando alimentos, refeições, cobertores e oferecendo trabalhos esporádicos, como a limpeza de um terreno ou uma pequena ajuda em alguma reforma. Como

nas outras *bancas*, tudo o que conseguia — principalmente o cigarro e a cachaça — era dividido por igual.

Com a morte de André e depois de Cleiton, a *banca do escritório* se desfaz. Alguns membros que estavam na *banca* retornaram para casa de familiares que residiam no bairro. Nesse período foi aprovado o BPC (Benefício de Prestação Continuada) para Rogério, que agora se locomovia com a ajuda de muletas e frequentava o Centro POP. Em julho de 2011, devido a problemas de saúde, veio a óbito⁷².

Figura 10 – *banca do jardim tangará*



Bancas de pinga e drogas

Prosseguindo na apresentação das *bancas* em São Carlos destacamos: 1) a *banca do mercadão ou banca de baixo*, que será discutida na primeira parte denominada *A Circulação*; 2) a *banca da dona Sônia*, em que a apresentação e análise serão contempladas na segunda parte, “*A Fixação*”.

⁷² Como percebemos, a morte de alguns *moradores de rua* nos chamou atenção. No decorrer da pesquisa, oito pessoas faleceram, e após o término mais duas mortes. Ressaltamos que em oito casos as mortes se deram por complicações relacionadas ao estado de saúde em que se encontravam. Tivemos um caso de assassinato devido a brigas conjugais e uma morte por consequência dos ferimentos após brigas na rua. Em relação a pesquisas que discutem questões relacionadas à morte ou a expectativa de vida dos *moradores de rua* ressaltamos que são escassas, destacam-se os trabalhos de De Luca (2009), Valêncio et al (2008) e Adorno (2011). Importante frisar que não existem dados oficiais Governo Federal ou no município de São Carlos sobre a expectativa de vida dos *moradores de rua*. Em conversa com um dos coordenadores do movimento Nacional da População em Situação de Rua, Anderson Lopes Miranda, o movimento considera cinquenta anos a expectativa de vida da *população em situação de rua* no Brasil. Em relação a questões relacionada à saúde dos *moradores de rua*, especificamente a tuberculose, o Ministério da Saúde, através da Secretaria de vigilância e Saúde, informaram sobre a presença da tuberculose no Brasil e a incidência sobre os grupos mais vulneráveis. Destacando como a quarta causa de mortes por doenças infecciosas e a primeira causa de morte dos pacientes com AIDS. Em relação aos grupos mais vulneráveis e a população em geral, o relatório apresenta os seguintes dados: indígenas 4 vezes, presidiários 25 vezes, pessoas PVHA (HIV e AIDS) 30 vezes e os moradores de rua 60 vezes. Para mais informações ver Brasil (2009).

Os “sem bancas”

O viver na rua exige a elaboração e um aprendizado sobre táticas de vida na rua, como procurar locais para descansar e se abrigar sem causar visibilidade, além de conseguir alimentação e cuidar do corpo. Para garanti-los, existem diferentes maneiras de “se virar” na rua, desde a permanência em instituições de apoio à formação de *bancas* de rua, ou mesmo viver sozinho.

Como exposto anteriormente, participar de uma *banca* é uma tática elaborada pelos *moradores de rua* e *trecheiros*, para que estes possam sobreviver nas ruas. Por meio de uma *banca* pode-se iniciar uma trajetória de rua, como discorreram Vieira (1997), Escorel (1999) e Martinez (2011) sobre esse processo em suas pesquisas. Ao passar o dia na companhia dos membros da *banca*, tomando *pinga* e *mangueando* com os demais, a frequência constante no agrupamento propicia a desvinculação das relações familiares e com o trabalho, de modo que, aos poucos, o indivíduo vai reconstruindo novas referências nas ruas.

Como nos ressaltou Tadeu, ao relatar que seu ingresso no “mundo da rua” se deu primeiramente pelos contatos que foi construindo com os membros da *banca da vila Prado*, onde permanecia mais tempo na Praça junto aos vários companheiros, foi ao observar os mais velhos de *banca*, que Tadeu aprendeu como se virar na rua.

Entretanto, existe outra forma de vivenciar a rua que não consiste em participar de *bancas*, ou seja, o viver “sozinho”, que aqui classificamos como os “sem banca”. Ao considerá-los como “sem banca”, não estamos compreendendo essa nomeação pela falta da *banca* propriamente, mas ao cotidiano da vida na rua, organizada sem a participação nos “agrupamentos”.

A literatura sobre o assunto apresenta diversas situações sobre as pessoas que vivem sozinhas nas ruas. Para Vieira (1997), o *tempo de rua* é uma categoria chave para entender a questão, uma vez que os recém-chegados às ruas, por se identificarem como trabalhadores desempregados, evitam participar dos “grupos de rua”.

Snow e Anderson (1998) apontam para as situações que indicam problemas do ponto de vista psiquiátrico⁷³. Para Martinez (2011), ao discorrer sobre os *moradores de rua* que

⁷³O autor apresenta três critérios utilizados como indicadores de doença mental: internação anterior, designação como doente mental por outros indivíduos moradores de rua e conduta tão bizarra e situacionalmente inadequada, que ela seria provavelmente interpretada como sintomática de doença mental pela maioria dos observadores (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 115).

vivem sozinhos em São Carlos, a autora destacou como motivos: a expulsão das *bancas*⁷⁴, uma trajetória de rua prolongada e os recém-chegados à rua que procuram emprego.

Em relação às pessoas que viviam nas ruas e não participavam das *bancas* em São Carlos, no período da pesquisa de campo, encontramos Alaor, Mário, Sílvio e Célia, considerados aqui como “sem *bancas*”. Ressaltamos que por estes não estarem nos objetivos da pesquisa, apresentaremos um breve relato e o território onde circulam, a partir das interações dos mesmos com o pesquisador.

Nas proximidades da Praça conhecida como “balão do bonde” encontramos Célia, negra de aproximadamente 40 anos, e seu inseparável cachorro Léo Jaime (raça pastor alemão). É nesse território acima citado que Célia consegue sobreviver cotidianamente. Durante o dia ela circula por algumas ruas do bairro Vila Nery, seus pais moram nas imediações da praça e, esporadicamente, ela retorna para vê-los.

Essa situação a tornou conhecida pelas pessoas que residem nas proximidades, sendo recorrente a encontramos em frente da Escola Salesianos⁷⁵ ou na praça citada, estes locais também servem como pontos de pernoite. Raramente frequenta as instituições de atendimento.

Nas proximidades do território supracitado, também encontramos Mário, com 29 anos em 2011. Devido à mudança dos pais para outro bairro da cidade, Mário preferiu não acompanhá-los, decidindo ficar pelas ruas do bairro onde viveu muitos anos. Seu ponto fixo é ao lado do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), local onde consegue doações realizadas pelas pessoas. À noite, dorme em um *mocó* que fica nas proximidades do “balão do bonde”. Sua presença no Centro Pop é regular.

Alaor é apenas mais um nome entre tantos outros inventados, como Sassá, Feijoada, Buda, Jamaica e Avenida, para nomear um dos mais conhecidos *moradores de rua* da cidade. Segundo relatos das pessoas que trabalham próximas aos locais que ele frequenta, o mesmo está há mais de dez anos nas ruas de São Carlos. O *território* que este circula compreende desde a rua Sete de Setembro, especificamente o café *Dona Júlia*, até à rua Orlando Damiano (Padaria Vovó Lúcia). Nos restaurantes, Alaor recebe almoço, nas padarias, o café e lanches, no posto de gasolina permite-se o uso do banheiro. Dinheiro para cigarros e outras necessidades é oferecido pelos transeuntes, pois ele não costuma *manguear*.

De todos os apresentados, o que tivemos menos contato foi Sílvio, conversamos com ele três vezes. A primeira vez no Albergue Noturno e depois no local onde abriga-se. Em um

⁷⁴ Sobre a expulsão das *bancas* será esta discutida nos tópicos sobre as *bancas do mercadão e dona Sônia*.

⁷⁵ Instituição ligada à Igreja Católica, que atende crianças e adolescentes.

terreno baldio da avenida Getúlio Vargas encontramos uma “casinha” de madeira, aproximadamente um metro de altura, sendo este o lugar que se fixou após sair do albergue. Todas as manhãs, ele vai para a praça em frente ao Mercado Municipal vender Cds de sua autoria, e quando anoitece, o mesmo retorna para seu cantinho.

Os Códigos morais nas *bancas*

“Quem não tem dinheiro conta estória”⁷⁶: o *mangueio*

O *mangueio* é uma das principais táticas de vida na rua dos *moradores de rua* e *trecheiros*⁷⁷. O que para alguns é um simples pedido de esmolas, para os segmentos citados é uma “arte” da *viração*⁷⁸. Para Everaldo, o *mangueio* é “vender uma história”. É preciso inventar situações que devem estar acompanhadas de encenações que comovam àqueles que são *mangueados*. Como nos mostrou Luciene:

Ao perguntarmos para Luciene como *mangueava* as pessoas, ela levantou-se nos explicou como abordava. Com uma voz trêmula e quase chorando dizia que era *moradora de rua*, *travesti*, *viciada* e estava morrendo de fome. Por ser *viado* foi expulsa do albergue, por isso que estava pedindo uma moedinha para comer (Diário de Campo, 15/01/2011).

Por meio da prática do *mangueio* é que as necessidades de alimentação, bebidas, drogas, cigarros e roupas são providas, pois sua principal regra consiste em dividir tudo o que se conseguir. O *mangueio* também definirá as posições hierárquicas dos membros da *banca*⁷⁹. Outra tática utilizada na *banca* é o *corre*, que é praticado individualmente, e o produto adquirido sendo para o uso próprio, não tendo a obrigatoriedade de dividir com os membros da *banca*. Como exemplificou Luciene, quando precisa de uma blusa “saí para o *corre*”, pedindo em residências até conseguir. Outra situação que pode caracterizar o *corre* são os pequenos furtos, como levar o dinheiro da carteira de alguém que encontram embriagado pelas ruas, algum objeto de valor que esteja de fácil alcance. Como demonstrou Alex⁸⁰:

⁷⁶ Entrevista realizada com Júnior em fevereiro de 2011.

⁷⁷ O termo *mangueio* não é utilizado apenas pelos moradores de rua e *trecheiros* que estão em São Carlos. Ouvi esse termo em outras cidades como Cascavel, Pelotas, Araraquara, Ourinhos e São Paulo.

⁷⁸Sobre o termo *viração* ver Gregori (2000).

⁷⁹Estas questões serão discutidas nos tópicos *sobrevivendo no bairro e regras de conduta*.

⁸⁰Alex, branco, com 33 anos em 2011, nasceu em São Carlos, devido a problemas relacionados a dependência química e conflitos com seus pais foi parar nas ruas e frequenta o Albergue e o Centro Pop desde 2009. Algumas vezes nesse período esteve internado em clínicas, mas nunca conseguindo permanecer o tempo estipulado para o tratamento.

Manguear não é fácil, pois, para um recém-chegado às ruas, é preciso aprender com os mais velhos de *banca*, ou seja, aqueles que estão a mais tempo vivendo nas ruas, quais são os melhores lugares, que tipo de história é preciso contar e etc. Uma das primeiras regras no *mangueio* consiste em saber que quando abordar alguém é preciso ser educado, sempre agradecer e nunca revidar, mesmo que o outro te ofenda. Muitas vezes pede-se sozinho, mas quando se está acompanhado, usa-se o parceiro para conseguir algo como, por exemplo, dizer que são de outra cidade e precisam de dinheiro para complementar as passagens (Diário de campo, 24/03/2011).

Os horários e os lugares onde se pratica o *mangueio* também devem ser observados. Segundo Alex, se estiver nas proximidades da rodoviária no período da manhã ou no final da tarde, o discurso utilizado é para a compra de passagens. Já no horário do almoço, até às 14h, o *mangueio* deve versar em torno da comida, pois é o horário em que se consegue mais dinheiro, já nas residências pede-se apenas alimentos.

Ao me explicar como faz para *manguear* no horário do almoço, Alex ressaltou que todas as vezes que vai pedir dinheiro para comprar a marmita é preciso dizer que ela custa R\$ 5,00, assim você ganha os R\$ 5,00 ou no mínimo consegue R\$ 2,00. Disse que sua meta no *mangueio* é conseguir R\$ 50,00 por dia, só para quando consegue esse valor, assim garante comida, bebida para contribuir na *banca*, e sua pedra (Diário de Campo 24/03/2011).

Em relação ao *mangueio* com mulheres, nota-se que tê-las enquanto parceiras é outro fator fundamental para o sucesso de tal prática. São acionadas as seguintes histórias quando elas estão acompanhando: vieram de outras cidades e deixaram os filhos; que estão com fome e, quando sozinhas, que foram abandonadas pela família ou pelo marido. É a mulher sozinha que consegue mais dinheiro, pois segundo Alex, “ela entra na mente, aproveita que todo mundo tem dó”⁸¹.

As regras

Não é apenas a divisão da bebida, cigarro e da maconha que faz com que um *trecheiro* ou *morador de rua* permaneça numa *banca*. É a maneira como se comporta e age na *banca* que vai garantir sua permanência ou não. Como apontou Everaldo, o “proceder, sua conduta, possibilita (ao *trecheiro* ou *pardal*) adentrar e permanecer em alguma *banca*”.

Uma das primeiras regras para permanecer no agrupamento é a contribuição para a *banca*, ou seja, a participação na *intera*, prover a *banca* com bebidas, comida, cigarros,

⁸¹Sobre a presença de mulheres nas *banças* será discutido no segundo capítulo. Cabe ressaltar que são poucas as pesquisas que tem como objeto de estudo as mulheres *trecheiras* e *moradoras de rua*. Ver Tiene (2005).

drogas, roupas, etc. É necessário que todos que estejam na *banca* em algum momento apresentem sua colaboração, seja através do *mangueio*, do *corre* ou da colaboração financeira. A segunda consiste na obrigação da divisão dos produtos obtidos através do *mangueio* com todos os participantes da *banca*.

Outra regra que deve ser observada é evitar na *banca* o que chamam de *jogar milho*, ou *fazer um milharal*, não provocar brigas, causar tumultos na praça. Essas situações chamam atenção da polícia e dos guardas municipais, ocasionando a expulsão do local. Aqueles que causam tumultos e brigam na praça, muitas vezes são expulsos da *banca*. Além das regras apresentadas anteriormente, outras duas regras importantes no agrupamento são: não *caguetar* e “não sumir com o dinheiro da *intera*. Sobre as regras aqui citadas, serão detalhadas no primeiro e no segundo capítulos.

CAPÍTULO 1. A CIRCULAÇÃO

Tinha uma turma no tempo do prefeito Rubinho que aprontava na cidade... eram todos de São Carlos e estavam acabando com o bonde que ficava na praça. Tinham HIV e na época todo mundo tinha medo. Ficavam revoltados e pediam dinheiro para droga, e se a pessoa não desse, eles se furavam, tiravam sangue do corpo e passavam nos outros (...). Falei: — Gente, pra onde vocês querem ir? Eles falaram: — Pra lugar nenhum, ou melhor, qualquer lugar! Aí chegou um dia, tinha gente que estava há mais de um mês no albergue e não podia continuar no local. Eles não queriam trabalhar, só queriam ficar na rua pedindo dinheiro. Aí o que nós fizemos? Botamos na

perua e levamos para outra cidade. O segurança que liderava o que eles chamavam na época de “limpeza” chegou e falou que tinham que descer. Eles responderam: — Ah não vamos não!. O segurança dizia: - Vai descer sim!. Aí ele saiu, deu dois tiros pra cima, e eu podia falar o que? O cara com um revolver, eu sou Assistente Social convocada para acompanhar! Ele (segurança) tinha um choquinho de 1500 volts, deu umas encostadas no pessoal. Aí deu dois tiros para cima e o povo que estava na perua saiu correndo no meio da chuva [Inês]⁸².

A primeira vez que ouvimos a narração desse episódio, estávamos numa confraternização. Como todos trabalhavam na Secretaria de Cidadania e a Assistência Social era recorrente, nos lembramos de alguns casos e histórias que vivenciamos em nosso cotidiano. Ao ouvir o relato, inicialmente ficamos surpresos com a tranquilidade em que a situação foi narrada. Seguiram-se muitas risadas, principalmente no que se referiu às intervenções que a profissional enfrentou durante seus vinte anos como assistente social na prefeitura.

Após ouvir o relato surgiu, por sua vez, um turbilhão de questionamentos, e dentre eles, o que mais se fez premente era em compreender como se estruturava os atendimentos aos *moradores de rua* nos anos 1990 do século XX que justificassem diversas ações como, por exemplo, a expulsão de pessoas das cidades. Quais eram as práticas e discursos que norteavam as ações municipais e respaldavam a atuação da Assistente Social naquele período?

O objetivo do presente capítulo é trazer elementos que possibilitem a compreensão do que classificamos como *dispositivo* de gestão dos *moradores de rua* na cidade de São Carlos, na década de 1990, momento este em que se inicia uma intervenção municipal sobre o segmento, além de verificar como esse *dispositivo*, aqui apresentado como *a Circulação*, está presente no cotidiano dos *moradores de rua*, especificamente na maneira como se organizam na cidade.

1.1 Entrelaçando trajetórias

Muitos estudos sobre os *moradores de rua* se concentram em compreender a sucessão de fatos que levaram homens e mulheres a viverem nas ruas, de modo que estes, ao serem narrados em trajetórias de vida, carregados de sucessivas perdas, têm como ponto de chegada a rua. Baseando-se na pesquisa de De Lucca (2007) que utilizou como recurso as trajetórias de experiências de pessoas que falaram sobre os *moradores de rua*, reconstituindo momentos

⁸² Entrevista realizada com Inês em janeiro de 2011.

que foram importantes na construção da *situação de rua* enquanto uma questão da cidade de São Paulo, recorremos à utilização desse recurso metodológico como uma ferramenta importante, uma vez que não existem pesquisas na cidade de São Carlos que discorram sobre os processos históricos relativos à política de atendimento aos *moradores de rua* na cidade⁸³.

É então por meio das trajetórias de alguns profissionais que tentamos remontar esse processo na cidade de São Carlos, ressaltando que o papel fundamental destes interlocutores foi o de mediadores entre as transformações nas políticas sociais, os gestores municipais e os *moradores de rua*.

1.1.1 É preciso acolher e embarcar: eles estão ficando nas ruas!

As conversas que tivemos com Antônia, funcionária do Albergue Noturno há mais de 10 anos, fez com que a mesma se tornasse uma informante para o propósito do estudo em questão, ajudando-nos a entender, desde os primeiros dias, como funcionava aquela instituição, e, nas entrelinhas, como deveríamos agir com os funcionários e diretoria.

Em algumas conversas sobre outros tempos, lembrava-se de sua amiga Margarida. Elas durante muitos anos trabalharam juntas até a saída de Margarida devido à aposentadoria por tempo de trabalho, onde atuou vinte nove anos na área social. Muitas vezes percebíamos que Margarida telefonava para Antônia durante a semana buscando informações sobre o albergue, em razão das novidades que estavam acontecendo e sobre os *moradores de rua* conhecidos. Foi então por meio dessa amizade entre elas que conhecemos Margarida. A entrevista foi realizada em de janeiro de 2011.

Ao chegar, Margarida e o seu marido Luiz estavam à espera. Fomo para a sala e, para minha surpresa, Luiz foi diretor da entidade que gerenciou o albergue por muitos anos e acompanhou boa parte das mudanças na instituição. Após essa informação a entrevista tomou outro rumo (diário de campo, 12/01/2011).

Margarida e Luiz, esse agradável casal, se conheceram trabalhando juntos no Serviço de Obras Sociais (SOS) no ano de 1979, entidade que futuramente assumiria a gerência do

⁸³ Recentemente em São Carlos desenvolveram-se algumas pesquisas sobre o tema, como Trabalho de Conclusão de Curso destaca-se Barbosa (2005). Como dissertações concluídas, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, tem-se a pesquisa de Martinez (2011), e pela Universidade de São Paulo, campus de São Carlos, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, a pesquisa de Granado (2010). Pesquisas em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia há os trabalhos de Luiz Fernando de Paula Pereira e Luciano Márcio Freitas de Oliveira.

Albergue Noturno. Margarida inicia sua trajetória profissional na instituição citada em 1976, para trabalhar o setor de doações de remédios para as pessoas que procuravam o serviço.

Naquela época o Serviço de Obras Sociais (SOS), localizado na rua treze de maio, realizava os atendimentos ligados à área social da cidade que assistia cerca de 40 famílias, em parceria com os convênios dos Governos Federal e Estadual, não existindo o financiamento da prefeitura. Com os recursos recebidos, a instituição conseguia desenvolver alguns cursos como os de padeiro, pedreiro e principalmente de corte e costura. Nesse momento se conheceram e, após alguns anos casaram [Luiz].

Outro serviço ofertado pela instituição no período que compreende o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi os embarques dos *migrantes/itinerantes*⁸⁴ que chegavam diariamente na cidade. O motorista do Serviço de Obras Sociais (SOS) recolhia as pessoas que estavam pelas ruas e transportava-as para o atendimento com passagens.

Luiz também relatou que existia um albergue na cidade que foi fundado em 1946 pela loja maçônica Eterno Segredo⁸⁵. Em suas memórias, o mesmo estava situado na Rua Treze de Maio⁸⁶, próximo de onde trabalhavam, atendendo apenas com pernoite para os que precisassem. Devido aos problemas financeiros, o albergue encerrou suas atividades, e, com o fechamento da instituição, o atendimento no Serviço de Obras Sociais ficou sobrecarregado, coube a essa instituição a responsabilidade pelos embarques dos *itinerantes* antes do anoitecer. Esta situação perdurou até o final da década de 1980.

Com o aumento nos gastos para atender a população carente da cidade, a distribuição de passagens para os *migrantes/itinerantes* e os recursos cada vez mais escassos, a entidade passou por dificuldades e ameaçou fechar as portas.

Aos poucos o lado social do SOS, o atendimento as famílias estava acabando e começando a atender o pessoal da rua. Como o SOS não conseguia mais sobreviver por conta própria e o albergue fechado como que ficaria? [Luiz].

As dificuldades para pagar as contas e os cortes nos repasses financeiros ameaçaram a continuidade dos atendimentos. Nesse período, Luiz assumiu a diretoria da instituição e em seguida recebeu o convite da Prefeitura Municipal para prosseguir com os serviços prestados e ampliar os atendimentos para os *migrantes/itinerantes* através do abrigo noturno, pois havia a necessidade de um albergue, já que a cidade não dispunha deste serviço.

⁸⁴ O termo *migrante/itinerante* foi utilizado para se referir às pessoas que recorriam aos serviços dos albergues no período. Em relação ao embarque dos *migrantes/itinerantes* é um serviço que consiste na distribuição de passagens para aqueles que procuram a instituições. Esta questão será detalhada nos tópicos seguintes.

⁸⁵ Para mais informações ver Pirola (2006).

⁸⁶ Na verdade o primeiro Albergue funcionava na Rua Conde do Pinhal, próximo à Rua Treze de Maio.

Em 1989 iniciou-se a parceria entre o Serviço de Obras Sociais (SOS) e a Prefeitura Municipal, e, para não deixar a entidade encerrar as atividades, o governo municipal propôs a cessão de um prédio na Vila Marina⁸⁷ e, em contrapartida, competia à instituição o gerenciamento das atividades. Com isso, no dia 17 de outubro de 1989 é inaugurado o albergue, reativando os acolhimentos noturnos. Nesse período, Luiz lembrou com facilidade das reuniões para a organização do albergue em que assumiu a diretoria da instituição e, após alguns anos, a presidência por dois mandatos.

Em relação à aquisição do espaço físico onde funciona o albergue, todo o terreno que agrega o Hospital Escola e o Albergue pertencia ao Frigorífico São Carlos e essa área, através de um acordo foi doada pelo proprietário para uso da prefeitura por um período de cem anos [Luiz].

Luiz cedeu a presidência como a diretoria da instituição, devido à aprovação de uma lei estadual que regulamentava as instituições assistenciais e, dentre as mudanças previstas, segundo Luiz, após a lei não era permitido a permanência de parentes dos diretores como funcionários da entidade, e, com isso, preferiu sair e deixar a esposa trabalhando.

Com a retomada do atendimento noturno pelo Serviço de Obras Sociais (SOS), Margarida assumiu novas funções na instituição. Como atendente, preenchia fichas de cadastro, fazia o café da manhã, e quando necessário, acompanhava os *migrantes/itinerantes* para os embarques na Estação Ferroviária. O trabalho assistencial com as famílias, os cursos de capacitação que caracterizaram a entidade nos tempos na Rua Treze de Maio, aos poucos foram dando lugar para outro público.

O Albergue funcionava das dezoito horas até as sete da manhã. Às sete horas começava o trabalho do SOS. Começamos servir comida durante o dia para os que esperavam os embarques. Só que começaram chegar pessoas doentes e você não tinha como colocá-los para a rua, a gente acabava acolhendo por mais dias [Margarida].

Nesse momento a assistência social, após a constituição de 1988, é reconhecida enquanto uma política pública. A concepção de um atendimento baseado na caridade começa a ser questionado e, aos poucos, o Estado vai assumindo ações que até o momento estavam sob a responsabilidade de entidades filantrópicas. A assistência social inicia os primeiros passos em relação à construção de uma política pública de direitos universalistas. A Lei

⁸⁷ O Albergue Noturno está localizada a rua Rotary club, 101.

Orgânica da Assistência Social é sancionada em 1993, de modo que novas regras de atendimento e repasse de convênios são organizados.

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária ⁸⁸ (BRASIL, 1993).

A reorganização dos serviços da Assistência Social se inicia na cidade de São Carlos a partir dos atendimentos as famílias e principalmente crianças e adolescentes, para a gestão municipal, por meio dos Departamentos de Ação Social, enquanto que a responsabilidade pelos atendimentos aos *moradores de rua* continuava sob a atuação de instituições filantrópicas.

Com o novo público a ser atendido pelo Serviço de Obras Sociais e a especialização que os funcionários da instituição assumiram em relação à nova proposta, foi necessária a organização do albergue em relação aos atendimentos. A retomada da regra de acolhimento que fixava três pernoites⁸⁹ na instituição para cada pessoa, visava controlar a circulação dos *migrantes/itinerantes* no albergue e na cidade, como uma estratégia para amenizar a cobrança em relação à presença dos *indigentes* nas ruas.

Tinha muita gente circulando [...] a pessoa podia ficar três dias, então se a pessoa chegasse hoje, tomava banho, era atendido e após três dias tinha que ir para outro lugar. Era para embarcar todos! Eu me lembro bem, de vez em quando o pessoal da prefeitura chamava a gente para ir buscar alguns que estavam lá. Existia um trabalho que você evacuasse o mais rápido possível

⁸⁸ Somente em 2005, com a promulgação da Lei n 11.258 de 30 de dezembro, incluiu-se no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.

⁸⁹ Interessante destacar que essa regra que foi construída no início do atendimento faz parte de uma regra geral dos albergues. Di Flora (1986) apresenta a regra dos três pernoites em sua pesquisa no final dos anos oitenta. Em São Carlos essa regra foi questionada em 2008 quando assumimos a coordenação do albergue, no entanto, atualmente ela é aplicada pelos funcionários da instituição em alguns casos que consideram merecedores de um curto prazo no local. Sobre a mudança nessa regra ver a segunda parte desse trabalho reorganizando a fixação. Vale ressaltar que em alguns municípios ainda vigora os três pernoites como no caso do Albergue Noturno da cidade de Ourinhos, no Estado de São Paulo, na Casa de Passagem em Pelotas, no Rio Grande do Sul e no Albergue de Cascavel Paraná. Em visita ao Albergue de Ourinhos, os funcionários explicaram que cada *itinerante* que passa no lugar espera três dias na instituição para conseguir a passagem para a próxima cidade. Já em Pelotas, o *itinerante* pode ficar até três dias, e a passagem pode ser solicitada a qualquer momento nesse período. Em Cascavel inicialmente o pernoite é concedido apenas por três dias, se nesse período se o usuário conseguir um emprego na cidade, o período de acolhimento pode ser prorrogado por trinta dias, até o recebimento do primeiro salário.

esse pessoal. O *itinerante* era assim, saía de Araraquara, de Ibaté e chegava a São Carlos [...] e nas reuniões pediam para agilizarmos as passagens [Luiz].

O Albergue Noturno e o Serviço de Obras Sociais realizavam apenas atendimentos aos *migrantes/itinerantes* no período da noite, ofertando jantar e pernoite, e durante o dia o fornecimento de passagens. Com a fundação do albergue, uma das primeiras regras de atendimento foi a proibição da entrada na instituição de pessoas que chegavam alcoolizadas ao local. Como ressaltou Margarida: “Não era para receber bêbados e nem com cheiro de *pinga*. Era para recolher aqueles que não tinham para onde ir”.

Nos primeiros dias de atendimento, a organização do serviço no período noturno tinha como funcionários: um motorista, um guarda e uma auxiliar de serviços gerais. Durante o dia ficavam atendente, auxiliar de serviços gerais e um policial militar para garantir a segurança do local, este acompanhava a assistente social e os *migrantes/itinerantes* até à Estação Ferroviária.

Segundo Margarida, durante a noite, quando a pessoa chegava, passava pela triagem, que consistia no preenchimento da ficha de cadastro, depois servia uma sopa no jantar. Até as vinte e duas horas uma funcionária permanecia no local para servir aos que chegavam, após esse horário, o Albergue não acolhia ninguém, ficando sob a responsabilidade do guarda noturno⁹⁰.

Durante o dia o pessoal ligava e falava que havia chegado pessoas na Estação, então íamos buscar, fazia tomar banho. - Para onde você vai? Ele respondia: indo para tal lugar! no outro dia ou depois dos três dias no albergue, nós mandávamos ir [Margarida].

Com o aumento das pessoas nas ruas, a prefeitura pressionava para que fossem aceitos dentro da instituição todos os que eram encaminhados para o albergue. Uma estratégia adotada para tentar diminuir o fluxo de pessoas circulando pela cidade foi a criação de critérios para a concessão das passagens, reservando ao *itinerante* o direito a uma passagem a cada seis meses⁹¹. Por exemplo, se alguém chegasse a São Carlos e procurasse passagem para

⁹⁰ Esse horário de atendimento continua sendo realizado, mas após as vinte e duas horas o Albergue fica sob os cuidados de um vigilante. Em relação ao acolhimento após esse horário, apenas são acolhidos aqueles que chegarem acompanhados pela polícia militar ou guarda municipal.

⁹¹ Esse critério de doação de passagens a cada seis meses é válido em algumas cidades da região, como em Araraquara e Ribeirão Preto. Na cidade de Rio Claro, o critério de doação das passagens é apenas uma vez. Inês (apresentada no próximo tópico) ressaltou que esses critérios surgiram como orientações do governo do Estado de São Paulo para o atendimento ao *migrante/itinerante*.

Campinas, seria então concedida uma passagem até Rio Claro ou Itirapina. Segundo Luiz, essa medida diminuiu um pouco a procura pelo serviço.

Eu me lembro que fazia os relatórios e passavam cerca de setenta pessoas por noite. Chegava a setenta, oitenta, cinquenta por noite. O albergue não tinha capacidade para suportar [Margarida].

Com a organização na quantidade de pernoite para cada *migrante/itinerante* e a periodicidade na distribuição das passagens, era grande o retorno dos mesmos a São Carlos. Com o aumento desses “indesejáveis” na cidade e a circulação no espaço urbano, as regras de acolhimento do albergue foram questionadas. Iniciam-se diante desse fato os primeiros conflitos com a administração municipal. Em relação ao retorno dos *migrantes/itinerantes*, o posicionamento do albergue se apresentava da seguinte maneira:

Eles voltavam, mas não era tanto. Porque durante seis meses não poderia usar outra passagem” [Margarida].

E os que voltavam ao Albergue, o que vocês faziam? [Luciano].

No começo não voltava quase ninguém, mas depois começaram voltar, eles ficavam sem dormir (no albergue), porque tinham que se virar ir embora. Quando começavam dar trabalho (na rua), aí ligavam para saber se podia ser acolhido (albergue) [Margarida].

Quando veio a regrinha dos três dias, apertou. Três dias e uma passagem a cada seis meses, tudo isso constava no convênio (com a prefeitura) [...] quando veio esse atendimento de três dias voltou menos gente, diminuiu um pouco o atendimento [Luiz].

As regras restringindo o acolhimento, quando solicitado pelo governo municipal foram questionadas, e a administração do albergue tentava contornar essas situações, principalmente no caso dos que chegavam embriagados. Como lembrou Luiz: “Largar na rua era um problema. Se você não atendia, vinha reclamação da prefeitura dizendo que o Serviço de Obras Sociais não atendia”. E o grande problema citado por Margarida era as “pessoas bêbadas” que procuravam ou eram encaminhadas para o serviço. A prefeitura pressionava para que os *itinerantes/migrantes* fossem acolhidos, atendidos e encaminhados para seus destinos, já que essa instituição subvencionava integralmente as ações do albergue.

Uma das estratégias adotadas pelos funcionários para atender esse público que, pelas regras da instituição não deveriam ser acolhidos, além do propósito de saírem do conflito com os representantes da prefeitura, foi disponibilizar um quarto para receber os que se encontravam alcoolizados pelas ruas e eram conduzidos para a instituição. O acolhimento de pessoas embriagadas gerava tensão dentro da unidade, e como ressaltou Luiz:

Aí era aquele rolo no quarto. Quantas vezes você mandava o cara tomar banho e ele só molhava a cabeça e ficava de lado para o chuveiro (...) quando percebíamos que estava demorando muito para o cara tomar banho, pedia para o Vicente subir (lugar onde ficava o banheiro) e falava ‘entra debaixo d’água rapaz! [Luiz].

Figura 11: Albergue Noturno de São Carlos



1.1.2 Caminhando até à Estação

Em uma tarde no Centro Pop, Helena nos procurou para conversar sobre a vaga de educadora social, demonstrando seu interesse em voltar a trabalhar com os *moradores de rua*. Relatando sobre sua atuação profissional, descobrimos que ela foi uma das primeiras assistentes sociais da prefeitura a atender esse segmento no início dos anos 1980. Após alguns dias, em razão de problemas familiares ela não pode assumir a vaga que desejava.

Entramos em contato com Helena para compreender algumas questões relativas ao período que havia trabalhado na prefeitura, pois em nossa primeira conversa ela se mostrou solícita quando falamos sobre a pesquisa. Em janeiro de 2011 conseguimos nos encontrar para a entrevista.

Helena, “nascida e criada em São Carlos”, se interessou pelo Serviço Social influenciada pelo seu pai, um médico da cidade. Relatou sobre as lembranças da infância quando recebia as pessoas para alimentarem-se em sua casa após as consultas realizadas na Santa Casa de Misericórdia. Essa situação deve ter favorecido sua escolha profissional segundo Helena. Formada pela Escola de Serviço Social de Araraquara, começou sua trajetória profissional na APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) após a realização de um curso de Especialização na cidade de São Paulo. Em 1981 foi convidada

para o Departamento de Serviço Social da Prefeitura de São Carlos, trabalho em que permaneceu até o ano de 2004, quando se aposentou.

A rotina de trabalho realizada por Helena era a seguinte: o atendimento executava-se em regime de plantão, sendo composto por duas assistentes sociais, cada dia uma profissional assumia o plantão a partir das sete e trinta da manhã e a outra a partir das treze horas, permanecendo até às dezenove horas. Seu plantão estava organizado para o período da tarde.

Quando iniciou na prefeitura, o atendimento aos *migrantes/itinerantes* era realizado através da distribuição de passagens pelo Serviço de Obras Sociais (SOS). Com o fechamento do albergue, iniciou-se uma demanda para o Departamento de Serviço Social, de modo que os atendimentos para a distribuição das passagens passaram a ser realizado pelo plantão social e para dar continuidade aos embarques junto com os funcionários da entidade assistencial.

O atendimento no Departamento consistia em acolher todos no mesmo local, não havendo, contudo, uma divisão para atender famílias ou *itinerantes*. Todos chegavam ao Departamento, entravam na fila para esperarem o atendimento. Com o passar do tempo, Helena já conhecia alguns *migrantes/itinerantes*, e quando alguns apareciam com mau cheiro, procurando pela assistente social, a mesma disponibilizava sabonetes e roupas limpas e encaminhava-os para que tomassem um banho de mangueira, no quintal da instituição, após o banho realizava o atendimento.

Com a reabertura do albergue no ano de 1989, os *migrantes/itinerantes* que chegavam no período da manhã eram encaminhados para a instituição através de perua Kombi. Ao assumir mais um dia de trabalho, Helena finalizava os atendimentos que faltavam e, quando se aproximava o horário de partida do trem “que era mais ou menos umas quinze horas”, dirigia-se ao Albergue Noturno e buscava todos que esperavam para o embarque, “fazia assinar o recibo de doação de passagens” e, juntamente com o motorista, conduzia-os à Estação Ferroviária.

Enquanto comprava as passagens, Helena falava para os que a acompanhava: “Fiquem todos quietos aí”. Ao embarcá-los, sabia que “na primeira virada do trem eles voltavam”. Cabe ressaltar que a falta de documentos pessoais não era problema para o transporte nos trens, facilitando dessa forma a circulação pelas cidades.

Quando não tinha transporte para fazer o trajeto do Departamento até à Estação, ela percorria-o a pé, acompanhada pelo policial que trabalhava todas as manhãs no albergue. Ao fazer isso, caminhando pelas ruas, Helena já procurava identificar os *migrantes/itinerantes*

que encontrava na região central, perguntando “Quem era de fora?” àqueles que quisessem viajar, levando-os junto.

Em outros momentos, para organizar os embarques e evitar que as pessoas se concentrassem no albergue, ou “perambulassem” pelas ruas, Helena realizava as triagens dentro da Estação. Os *migrantes/itinerantes* quando desembarcavam, eram atendidos e, no mesmo momento recebiam a passagem no local. Helena lembrou que certo dia ficou na Estação observando as pessoas que desciam, “aqueles com as características de *itinerante*”, ela os abordava e perguntava o que procuravam em São Carlos, se “tinham família ou emprego garantido?”, se não tivesse família ao alguém na cidade, não as deixavam sair da Estação e pedia para que continuassem no trem seguindo viagem. Para ela, isso não resolvia muito porque eles iam e voltavam, “não podia tirar o direito de ir e vir”.

Quando o Serviço de Obras Sociais (SOS) mudou-se para o imóvel onde se localiza o albergue, no governo do prefeito Vadinho, a diretora do Departamento organizou-se para que os *migrantes/itinerantes* pudessem ficar durante o dia no local. Segundo Helena, “as coisas ficaram mais organizadas, eles chegavam e eram atendidos no plantão”, depois encaminhados para o albergue e levados para a Estação Ferroviária.

A prática de “segurar” as pessoas dentro da instituição não era apenas desenvolvida em São Carlos, como ressalta Di Flora (1987), estudando um Albergue no Oeste Paulista, ao demonstrar que:

Aqueles que ficaram [não foram embarcados nos trens] às 11 horas precisamente se dirigem ao refeitório, perfeitamente organizados em fila [...] deve ocupar livremente apenas o espaço que lhe cabe no interior da instituição: o pátio. O deslocamento deles deve obedecer a certa ordem. [...]. A liberdade do pátio os recebe após o almoço. A mobilização tem início novamente às 14 horas, quando é servido um lanche composto de chá e pão. Para os que permanecerem é servida a sopa. (DI FLORA, 1987, p. 77-78)

Para Helena, a jornada de trabalho muitas vezes não acabava às dezenove horas, durante algumas noites era necessário sair pelas ruas da cidade, acompanhada pelo guarda noturno e o motorista do albergue. Essas rondas tinham como objetivo abordar as pessoas que se encontravam pelas ruas e não tinham sido atendidas durante o dia pelo plantão social, para as levarem ao albergue e, no dia seguinte embarcá-las para as cidades próximas dos destinos informados pelos atendidos.

Nesse período foram disponibilizados os números dos telefones do Departamento de Ação Social para que a população pudesse “denunciar” os *andarilhos* que se encontravam

pelas ruas da cidade, principalmente nos locais mais visíveis como nas proximidades da Catedral, à Igreja Nossa Senhora de Fátima e na Estação Ferroviária. Eram várias reclamações advindas de comerciantes, de pessoas da prefeitura e no papel de assistente social Helena buscava averiguar cada situação.

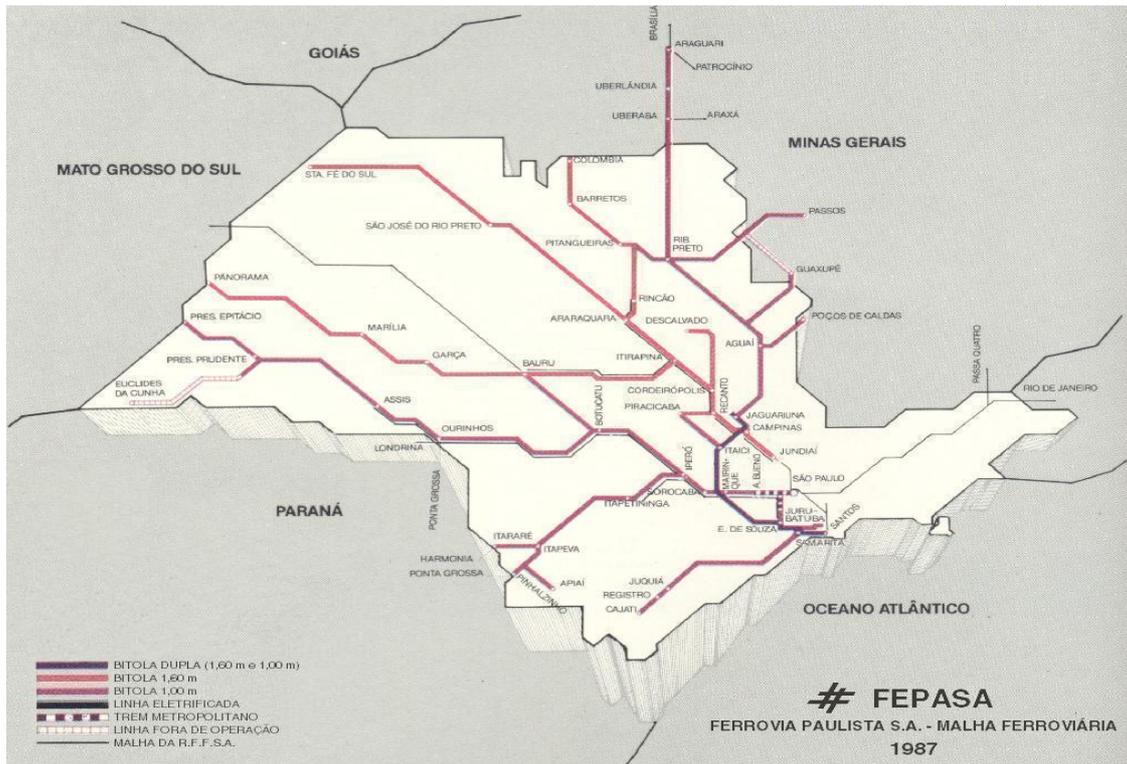
Uma das dificuldades que Helena enfrentava no período era com os funcionários do albergue, principalmente no que tange ao acolhimento dos *migrantes/itinerantes* encontrados em estado de embriaguez pelas ruas. Quando o albergue foi reaberto, os funcionários não queriam receber pessoas alcoolizadas, “mas às vezes tinham que receber”, sabiam das normas, mas tinham que deixá-los lá, pois não podiam ficar pelas ruas.

O meio de transporte mais utilizado para embarcar os *migrante/itinerantes* era o ferroviário, segundo Aranha (1996), esse sistema de transporte era menos oneroso para as prefeituras e a Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA) organizou um programa de transporte social obrigatório, em parceria com a Secretaria Estadual de Bem Estar, sendo que tal parceria consistia em disponibilizar o último vagão em cada trem para o transporte dos *migrantes/itinerantes*.

Di Flora (1987) apresenta o trecho percorrido pelos denominados pela autora, de *mendigos/trecheiros*⁹². Destacando essa circularidade dos *migrantes/itinerantes* relacionada ao caminho do trem, como apontou Di flora (1987), o mapa da Ferrovia Paulista S. A. – Malha Ferroviária do ano de 1987 nos mostra a distribuição das Estações no Estado de São Paulo, como apontado no mapa abaixo.

Figura 12: Mapa Ferrovia Paulista S.A malha Ferroviária em 1987.

⁹² O *mendigo-trecheiro* “não tem residência fixa, mobiliza-se constantemente de cidade em cidade, escolhendo as que possa encontrar recursos assistenciais, reproduz-se freqüentemente através da esmola e do assistencialismo. Raramente trabalha e não possui documentos” (DI FLORA, 1987, p 95-96).



(http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_-_Malha_Ferrovi%C3%A1ria_da_FEPASA_-_1987.jpg. Acesso em: 22 de dezembro de 2011).

A distribuição do passe do trem era para a próxima cidade, sendo que os únicos destinos partindo de São Carlos eram para Araraquara, Rio Claro ou Itirapina⁹³. Por exemplo, se chegasse algum *migrante/itinerante* passando pela cidade, e seu destino era a cidade de Campinas, lhe era oferecido uma passagem até Itirapina, em que nesta cidade deveria procurar o serviço social para conseguir uma nova passagem até a cidade mais próxima, e com isso chegar ao destino final.

Com as mudanças que o Departamento de Promoção Social realizou no início dos anos noventa, a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), iniciou-se um processo de contratação para novas assistentes sociais, nesse momento Helena ficou responsável por outros serviços no Departamento.

1.1.3 Reorganizando a circulação

Nos primeiros dias de trabalho no Albergue Noturno em 2008, era recorrente ouvir os funcionários da instituição se referirem ao “tempo da Inês”. Durante anos ela foi à técnica

⁹³ Em relação aos trechos percorridos pelos *migrantes/itinerantes* na região de São Carlos, Helena não se lembra de muitos detalhes, apenas que encaminhava para Rio Claro ou Araraquara.

responsável pelos atendimentos *migrantes/itinerantes* no município, especificamente entre os anos de 1994 até início dos anos 2000.

Conhecemos Inês nas reuniões da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social no ano de 2009, onde sempre falava da sua experiência com os *moradores de rua* e as dificuldades que enfrentou ao longo dos anos que se dedicou a esse público⁹⁴.

Em janeiro de 2011 marcamos uma entrevista com Inês para ouvir novamente suas experiências de trabalho, as estórias que relatava nos corredores da Secretaria quando nos encontrávamos. Essa entrevista foi realizada em seu novo local de trabalho, a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM). Sua nova função é atender as mulheres vítimas de violência doméstica e encaminhá-las para o Centro de Referência da Mulher.

Inês iniciou seu trabalho como Assistente Social na prefeitura de São Carlos em meados dos anos noventa. Antes de atuar nessa profissão, sua entrada no serviço público foi a partir da aprovação no concurso para auxiliar administrativo em uma fundação municipal. Com formação em serviço social, foi realocada na prefeitura para exercer o cargo em que estava habilitada, iniciando sua carreira no Departamento de Promoção Social em 1994, que neste momento buscava organizar a Política de Assistência Social no Município⁹⁵.

Ingressando no Departamento de Promoção Social, inicialmente fui para o plantão social junto as outras assistentes sociais, para que pudesse atender a diversidade de casos que chegavam diariamente na instituição como famílias, *migrantes/itinerantes*, doação de roupas, fraudas, cestas-básicas e etc [Inês].

A organização para a acolhida na instituição era a mesma descrita por Helena, ou seja, as pessoas chegavam ao Departamento e eram organizadas na fila de espera para aguardarem o atendimento. Com o passar do tempo, a população começou a reclamar do mau cheiro provocado pelos *migrantes/itinerantes* que chegavam ao local, pelo fato de estarem sempre alcoolizados, às vezes drogados e na maioria dos casos sem tomar banho. A recorrência dessas situações provocaram diversos conflitos, como exemplificou a profissional “Aí olha esse cheiro!”, “Me atende logo!”, “Quero que vocês vão embora!”.

Devido às inúmeras reclamações e para evitar confusões que se iniciavam nas filas de espera, a saída foi separar o atendimento dos *migrantes/itinerantes* dos demais. Para isso, a solução encontrada foi ocupar uma sala nos fundos do Departamento, onde havia uma entrada

⁹⁴ Recebemos várias reportagens da imprensa local, guardadas desde que Inês iniciou seu trabalho com os *migrantes/itinerantes*. Foram então as diversas histórias relatadas por esta assistente social, assim como as reportagens que retratavam como era discutida a questão dos *migrantes/itinerantes* na cidade que trouxeram ferramentas para a construção desse capítulo.

⁹⁵ Período de implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no município.

independente da principal. Conforme Inês, para chegar ao novo local de atendimento, passava-se por um pequeno corredor e aos fundos estava a sala, tendo esta apenas uma porta e um vitrô.

Organizado o local para atender especificamente os *migrantes/itinerantes*, outro público que não dispunha de um técnico específico para atendimento foi destinado para Inês, cerca de 100 pessoas portadoras do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) tiveram como referência essa profissional. Nesse momento, inicia-se um atendimento específico aos *migrantes/itinerantes* por meio da separação dos demais segmentos assistidos pela Assistência Social.

Segundo Inês, muitas pessoas procuravam a cidade de São Carlos por dois motivos, o primeiro era porque o prefeito Rubinho (gestão de 1993 a 1996) atendia pessoalmente as pessoas que o procuravam no Gabinete do Povo⁹⁶, já o segundo era o desemprego no período⁹⁷. Quando aparecia a demanda em relação aos *migrantes/itinerantes*, o prefeito atendia e os encaminhavam para o Departamento de Promoção Social, onde se realizava uma triagem e depois seguiam para o Albergue Noturno, por fim, distribuíam as passagens para alguma cidade próxima.

Importante ressaltar que nesse período eram poucos os *moradores de rua* de São Carlos, em razão de possuírem família ou parentes na cidade, estes não eram atendidos pelo serviço social, as orientações consistiam para que retornassem as suas famílias. O atendimento no Albergue Noturno era exclusivo para *migrantes/itinerantes*. Como afirmou a diretora do Departamento de Promoção Social em reportagem, “O Albergue Noturno não é para os *moradores de rua*. Eles não querem ir para o albergue. E outra: o albergue não é para receber os *moradores de rua*” (Jornal Primeira Página, São Carlos 09/01/1994).

Assumindo as ações em relação à população *migrante/itinerante*, Inês continua com o fornecimento de passagens como uma política para esse segmento. No período da manhã realizava as triagens e acompanhava-os até à Estação Ferroviária para o embarque. Para que não houvesse reclamação por parte dos funcionários da Estação, ela esperava até que o embarque do último *itinerante* fosse realizado. Muitas vezes “para adiantar o trabalho”, as triagens eram realizadas na própria Estação, uma vez que ao desembarcarem em São Carlos, os *migrantes/itinerantes* eram atendidos nas plataformas, especificamente nas imediações do

⁹⁶ Este gabinete era uma prática adotada pelo prefeito que, durante alguns dias por semana atendia as pessoas em suas solicitações.

⁹⁷ Sobre essa questão ver Rosa (1997; 2000).

último vagão e encaminhados para próxima cidade mesmo aqueles que não tinham destino certo.

O embarque das pessoas na Estação era facilitado devido à continuidade da parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a Ferrovia Paulista Sociedade Anônima (FEPASA) que direcionava o último vagão para o transporte desse público em específico, visando evitar problemas causados por essa população.⁹⁸

O objetivo do atendimento na Estação Ferroviária era explicar aos que chegavam à cidade a falta de vaga, justificando ainda a não permanência no lugar. “Pra onde você vai? Eu vim pra São Carlos procurar emprego”, “Olha, nós já estamos lotados aqui, você já vai ter que ir pra próxima cidade, não vai ter como ficar aqui”.

Nesse período iniciou-se o debate regional sobre a circulação dos “indigentes”, visando buscar estratégias de atendimento em conjunto com outros municípios da região. Gastavam-se muitos recursos financeiros com transporte dessa população e os resultados eram mínimos. Inês organizou o primeiro encontro regional para discutir “os problemas dos *migrantes/itinerantes*” em São Carlos, envolvendo diversos municípios da região como: Ibaté, Itirapina, Jaú, Tambaú, Brotas, Dourado, Descalvado, Santa Rita, Ribeirão bonito e Porto Ferreira. Segundo os dados da prefeitura, publicados no jornal local, no ano de 1993 haviam passado três mil pessoas pelo Albergue Noturno.

Segundo os dados do Departamento [Promoção Social] a maioria dos que passam por ali [Albergue Noturno] são na maioria homens sem o primeiro grau completo ou qualquer especialização, todos perderam os laços afetivos e são em grande parte jovens e solteiros (Jornal A Tribuna, São Carlos, 14/09/1994).

Durante esses encontros, a prefeitura de São Carlos lança o projeto *migrante/itinerante*, sob a coordenação de Inês, que apresentava como objetivo principal controlar a circulação das pessoas pelas ruas da cidade de São Carlos encaminhando-os para o plantão policial, e, em seguida, para o Departamento de Serviço Social e, por fim, para o Albergue Noturno.

O projeto migrante/itinerante tem como objetivo evitar que o *itinerante* e o *mendicante* perambularem pelas ruas da cidade perturbando a vida dos munícipes, e também fazer com que eles participem do processo de produção para a sobrevivência e sustentação (Jornal A Tribuna, São Carlos, 02/02/1995).

⁹⁸ Ver Aranha (1996).

O Departamento de Serviço Social da cidade está desenvolvendo o projeto “migrante/itinerante”, para amenizar a situação destas pessoas que, por algum motivo, perambulam pelas ruas de São Carlos. O DSS, através de Assistente Social e com apóio da Polícia Militar e SOS faz uma ronda pela cidade para localizar os indigentes e conduzi-los ao departamento. Lá eles passam por uma triagem e suas características são levantadas. [...] Esses indigentes não estão nas ruas por acaso. A maioria possui antecedentes criminais, são viciados (álcool e droga), além de portadores de doenças infecciosas e mentais. Alguns também tiveram desajuste familiar (Jornal Primeira Página, São Carlos, 22/01/1995).

As rondas noturnas, que eram realizadas desde o período em que Helena atuava junto ao segmento, continuaram com Inês. Nesse período, o gabinete do prefeito as acionava a qualquer hora do dia ou da noite para “recolherem” as pessoas que se encontravam pelas ruas, sendo estas levadas para o plantão policial e, após a liberação, encaminhadas para o albergue. Durante a manhã, era preenchida a ficha de cadastro das pessoas que assim eram encaminhadas até à Estação Ferroviária para o embarque com destino à próxima cidade. Como nos mostra essa reportagem:

No dia 01 de fevereiro de 1995 foi noticiada nos jornais da cidade a operação que recolheu mendigos pela cidade durante a madrugada. A ação realizada junto com a polícia militar e funcionários da prefeitura recolheram cerca de vinte e cinco pessoas que foram levados para o plantão policial para verificação de antecedentes criminais e atendimento social para comprovar ou não a “falsa mendicância (Jornal Primeira Página 01/02/1995).

De acordo com Inês, devido às dificuldades financeiras para se arcar com os custos das passagens para todos os *migrantes/itinerantes* que chegavam à cidade, a prefeitura de São Carlos e de outros municípios adotaram uma estratégia “mais barata” aos cofres públicos em relação à remoção dessa população para outras cidades. A “política de despejar”, que consistia em transportar as pessoas clandestinamente em peruas Kombi, principalmente no período noturno ou nos finais de semana para outros municípios, tornou-se uma prática comum na região. Como ela exemplifica:

Certo dia Por exemplo, num sábado eu fui acionada e o tempo estava muito chuvoso. Às 6 horas da tarde o CETREM⁹⁹ de Ribeirão Preto, tinha embarcado acho que uns 8 ou 10 para São Carlos. Chegaram aqui, nós já tínhamos mais de 30 pessoas dentro do albergue noturno, inclusive crianças. Falei não, isso não é justo. O que eu fiz? Pedi ao prefeito a perua, um motorista. Peguei os que chegaram de Ribeirão, cheguei de madrugada lá no CETREM, interfonei lá e falei: "é de vocês, vai ficar aí esse final de

⁹⁹ Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua.

semana". Porque gente, eu achei um absurdo eles mandarem, mandaram todos sem encaminhamento, não tinha encaminhamento, a pessoa que vinha [Inês].

Nos jornais também foram recorrentes o aparecimento de várias denúncias dos municípios em relação ao transporte clandestino de pessoas, como exemplificado na reportagem a seguir:

Perua de São Carlos traz *migrantes* para Rio Claro. Uma perua Kombi de São Carlos deixou, no final da noite de quinta-feira, 14 supostos *migrantes* nas imediações da rodoviária de Rio Claro. O grupo foi encaminhado à central de triagem da Secretaria Municipal de Ação Social. Os *itinerantes* alegam que foram capturados e jogados dentro do veículo. Josué Ferreira Fortunato, 59 anos, garante que tem residência fixa em São Carlos e que havia saído de casa para lavar roupas na lavanderia (Diário de Rio Claro, 11/02/1995).

Após várias denúncias realizadas pela imprensa regional e a Pastoral do Migrante,¹⁰⁰ referente ao transporte clandestino dos *migrante/itinerantes* realizados pelas cidades da região, aos poucos essa prática diminuiu. Para Inês, com a mudança na gestão municipal no ano de 1997, houve modificações na política de assistência no município. Uma das primeiras alterações foi a transformação do Departamento em Secretaria de Promoção Social, nesse sentido, Inês percebeu o início da organização nos atendimentos, diferente do período anterior que estava mais motivado por questões filantrópicas e higienistas¹⁰¹.

As funções de Inês ficaram exclusivamente para o atendimento aos *migrantes/itinerantes* e *moradores de rua*¹⁰². Com isso elaborou projetos para a Secretaria, realizando assim a construção do primeiro Plano Municipal de Assistência Social. Como exemplo ela cita que as rondas noturnas foram organizadas pela secretaria com horários definidos, ou seja, a partir das 19h às 21h, em escala de revezamento com a participação de outras Assistentes Sociais. As rondas aconteciam devido à pressão da população, principalmente os comerciantes que pediam para que se resolvesse a questão na região central ao enviarem inúmeros bilhetes aos vereadores solicitando a remoção das pessoas dos locais.

Com a mudança na política de Assistência Social no final dos anos noventa, Inês ressalta a participação do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria Estadual de

¹⁰⁰ A Pastoral do Migrante da cidade de Araraquara emitiu uma nota repudiando a atitude do prefeito da cidade em relação ao prêmio ofertado para quem denunciasse o despejo dos *mendigos* em Araraquara. Ver Folha de São Paulo, 7-1-1995.

¹⁰¹ De acordo com Sposati (2003), a novidade que o período trazia era a implantação dos conselhos e dos fundos municipais de Assistência Social.

¹⁰² O termo começa a ser utilizado pela gestão municipal.

Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) por meio das Divisões Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), no caso da região de São Carlos, a DRADS de Araraquara¹⁰³, que buscou organizar os serviços e apresentou os diferentes termos como *migrante, itinerante, indigente e população de rua*¹⁰⁴ para as políticas municipais.

A preocupação em classificar as diferentes situações nas ruas da cidade levou a Secretaria de Promoção Social a adotar uma classificação de acordo com a origem das pessoas:

Morador de rua: não tem família, residência fixa nem documentos. Normalmente são viciados em álcool e drogas e possuem antecedentes criminais”. Morador na rua: tem família na cidade, mas estão fora de casa devido a algum conflito familiar. Migrantes: vem de outras cidades em busca de emprego, acompanhados pela família. Itinerantes: não possuem família. Costumam apresentar problemas de saúde por causa dos vícios em drogas e bebidas alcoólicas. (Jornal Primeira Página, São Carlos, 19/03/1999).

Retoma-se novamente a discussão regional em relação à política de passagens, devido à extinção do transporte de passageiros via trens¹⁰⁵ e a impossibilidade do transporte em veículos clandestinos. Após diversas denúncias dessa prática realizada pelos municípios, se iniciou um debate sobre a questão na região, visando unificar os atendimentos.

Através de encontros Estaduais e Regionais envolvendo vários municípios do Estado de São Paulo, se buscou novamente organizar a política de distribuição de passagens na região. Organizou-se também uma comissão regional para pensar a padronização dos atendimentos nos albergues, bem como a necessidade da construção do perfil dessa população¹⁰⁶ e quais seriam os destinos que cada município assumiria na distribuição das passagens.

O circuito de distribuição das passagens rodoviárias seguia a mesma lógica do sistema ferroviário, ou seja, a passagem era doada até a próxima cidade no sentido que a pessoa informasse. Como exemplo disso, se uma pessoa saía de Ribeirão Preto com destino a São

¹⁰³ Segundo INês foram construídas cartilhas para o atendimento a essa população.

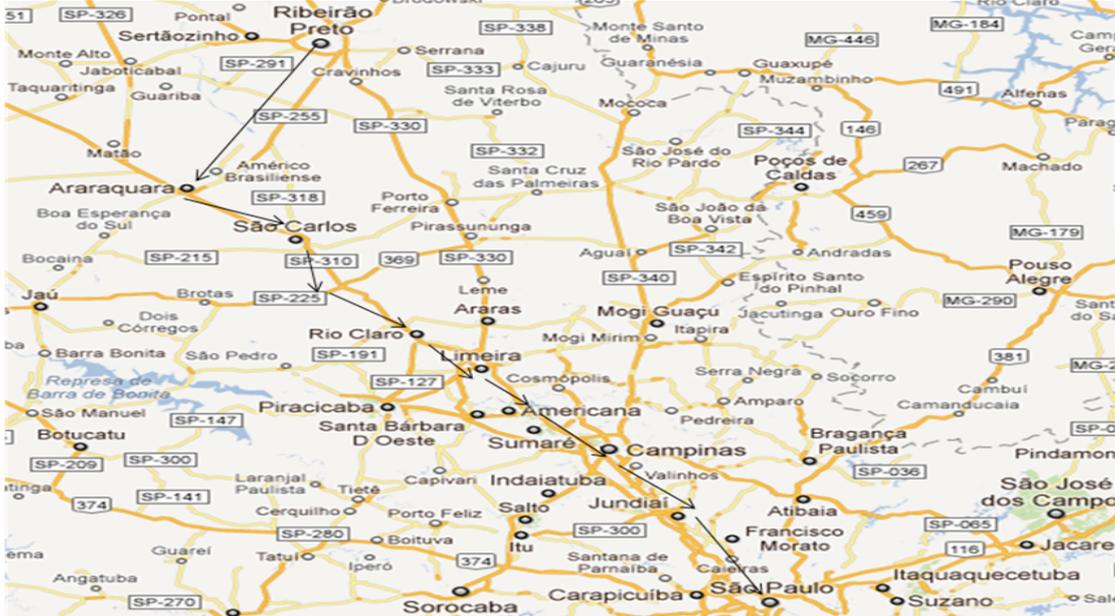
¹⁰⁴ Termo criado no início dos anos noventa. Para maiores informações ver Rosa (1997), Barros (2004), Matos (2006) e De Lucca (2007).

¹⁰⁵ Em junho de 1999, a Ferrovia Bandeirantes S A (Ferroban), suspende os trens de passageiros que ligavam São Paulo a Presidente Epitácio, Sorocaba a Apiaí e a linha São Paulo – Araraquara – São José do Rio Preto. Para maiores detalhes, ver Stefani (2007).

¹⁰⁶ Hoje o debate sobre trabalho articulando vários municípios no estado de São Paulo está ocorrendo na região metropolitana de Campinas, que desde o início dos anos noventa iniciou um fórum de debates nessa região. No ano de 2010 foi concluído o protocolo regional de atendimento aos migrantes, itinerantes e moradores de rua dessa região, onde cada município realiza um atendimento padronizado com o objetivo principal é acabar com a distribuição das passagens rodoviárias e a diminuição da circulação das pessoas na região. Ver Câmara Temática de Assistência Social da RMC 2010.

Paulo, ela antes passaria por Araraquara, São Carlos, Itirapina, Rio Claro, Limeira, Americana, Campinas, Jundiá e finalmente São Paulo, como mostra a Figura 1.5 a seguir.

Figura 13: Percurso de atendimento com passagens para *migrantes e itinerantes*



Fonte: Google maps informações do autor.

1.2 A gestão por *Circulação*

Na cidade de São Carlos, aos poucos se originou um sistema de controle e circulação dos *estranhos*¹⁰⁷ no espaço urbano. Partindo do conceito de *dispositivo* elaborado por Foucault (2001) que nos permite observar os conjuntos de práticas discursivas e não discursivas, uma rede articulada que surge a partir de uma necessidade histórica e tem como função principal responder uma emergência, destacamos o *dispositivo* de gerenciamento dos moradores de rua na cidade de São Carlos.

Ao relatarmos brevemente as mudanças na política pública de atendimento aos *moradores de rua*, classificados como *migrantes/itinerantes*, ocorridas entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, desenvolveram-se práticas de atendimentos influenciadas pelas concepções que compreendem o viver na rua, naquele momento, relacionadas à migração e ao desemprego.

Como uma das primeiras mudanças nas práticas de atendimento, ressaltadas nas trajetórias apresentadas, tivemos a transformação no público alvo da instituição que Luiz e

¹⁰⁷ Quando falamos de *estranho* aqui temos como base Arendt (1989) que discorre sobre o *estranho* como “um símbolo assustador pelo fato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar, e na qual uma definida tendência a destruir (p. 335).

Margarida trabalhavam, a reabertura do Albergue Noturno no final dos anos 1980 foi a garantia de um espaço físico que pudesse acolher por um período de no máximo três dias os *migrantes/itinerantes* que passavam pela cidade de São Carlos.

Aliada a reativação do Albergue Noturno, a inspeção da circulação dessa população, sob a designação do projeto *migrante/itinerante* foi se estabelecendo a partir de um conjunto de práticas. A contratação das assistentes sociais Madalena e Inês, a distribuição de passagens no transporte ferroviário e rodoviário e o transporte clandestino, possibilitaram a construção de uma rede entre os municípios da região (Araraquara, Itirapina e Rio Claro) promovendo a dispersão de todos os *migrantes/itinerantes* da cidade de São Carlos. Também foram criadas as rondas noturnas, onde as assistentes sociais, acompanhadas por policiais percorriam a cidade a procura daqueles que “escaparam” dos atendimentos diurnos, tudo isso aliado ao serviço telefônico para denúncias sobre a *mendicância* na cidade. Estas ações exemplificam a sistemática de controle que se desenvolvia na cidade.

A construção de um vocabulário próprio surge também para classificar e ordenar a gestão como: *migrante/itinerante, indigente, albergue, ronda, assistente social, plantão, embarque, trecheiro, trecho, migrante, morador de rua, população de rua, desocupados, malandros, andarilhos, viciados e carentes.*

Este *dispositivo* que classificamos no período em análise de *Circulação* tem como objetivo principal a “resolução” da problemática urbana, ancorado nos discursos e práticas apresentados, tornou-se possível devido a emergência de um número cada vez maior de pessoas que “não tem lugar no mundo”.

A expulsão diária dos *migrantes/itinerantes* propiciada pela *Circulação* nos faz retomar algumas análises discutidas por Arendt (2009). De acordo com a autora a fatalidade daqueles que não tem direitos não resulta do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou a liberdade de opinião, mas o fato principal é o não pertencimento a qualquer comunidade. E ao ressaltar sobre perdas das pessoas privadas de direito, a primeira perda foi o lar e a segunda a proteção do governo. Para nossas análises discorreremos sobre a primeira.

Para Arendt (2009) a perda do lar significa a perda da estrutura social onde nasceram e criaram para si um lugar no mundo. A autora ressalta que na história sempre ocorreram migrações forçadas, seja por motivos econômicos ou políticos, mas o que se torna sem precedentes é a impossibilidade de encontrar um novo lar. E ressalta “a calamidade de não ter

direitos é o fato de não pertencer a qualquer comunidade [...] permanecem supérfluos porque não existe ninguém para reclamá-los” (ARENDDT, 2009, p. 329).

Entendida como um problema estrutural ligado a *migração* e ao *desemprego* que produziam uma massa de *desenraizados* e a necessidade de resolução das situações que apareciam na cidade, temos o surgimento de um sujeito, o *migrante/itinerante*, entendido como aquele que “não tem um lugar no mundo”. É por não pertencerem a nenhum lugar reconhecido e garantido pelos outros, que destacamos como resultado o surgimento de discursos e práticas de atendimentos apresentadas que pôs um movimento permanente milhares de pessoas, e assim fazendo emergir e funcionar a gestão por *Circulação*.

a calamidade que vem se abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda dos direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos. O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da sua própria comunidade é que o expulsa da humanidade (ARENDDT, 2009, p.331).

1.3 A gestão por *Circulação* na *banca do mercado*

Recordo-me que no dia 20 de março de 2010, recebi um telefonema que informava sobre o problema que acontecia na Praça dos Voluntários. Na ocasião realizava-se o lançamento de um projeto da Secretaria de Assistência Social em frente ao mercado municipal, onde estavam presentes diversas autoridades como o prefeito, secretários, promotores, vereadores e outros. Segundo a reclamação A praça cheia de moradores de rua, uma sujeira grande e com certeza o prefeito não gostaria de aquela situação. As orientações que se seguiam era para que intervisse no local o mais rápido possível e aqueles que fossem de São Carlos encaminhasse para o albergue e aqueles que fossem provenientes de outras cidades, distribuisse passagens e mandassem embora”. Caminhei até a praça. Chegando ao local vi diversos objetos espalhados pelos bancos e aproximadamente nove pessoas. Reconheci aqueles que eram atendidos no Centro POP e os *trecheiros* que permaneciam no local há dias. Ao me aproximar, expliquei o motivo de estar no local naquela hora, informei-os de que acontecia um evento no mercado e algumas pessoas estavam incomodadas com a presença deles na praça. Para resolvermos a situação sem precisar de apoio de polícia ou guarda municipal, tentamos um acordo. Combinamos passar para outro local até acabar o evento e depois retornaríamos a praça. Todos concordaram, mas isso só foi possível porque Índio me ajudou a convencer as pessoas. Os que estavam caídos pelos canteiros foram acordados pelos demais, que os conduziram até o outro lado da praça. Após alguns minutos, uma viatura da guarda municipal chegou ao local para ajudar no transporte das pessoas até o albergue e à rodoviária. Pouco tempo depois apareceu um técnico da secretaria de assistência social que disponibilizou dinheiro, viabilizou a compra das passagens para encaminhar os *trecheiros* para outras cidades.

Um casal de *trecheiros* resolveu ir para Piracicaba. Outra viatura da guarda municipal foi acionada para acompanhar as pessoas até à rodoviária. Enquanto isso, o restante do grupo continuava tomando sua cachaça no outro lado da praça esperando o transporte do albergue. Chegamos à rodoviária acompanhados por duas viaturas, sendo que uma retornou à praça e a outra ficou no local nos esperando. Fomos até o guichê comprar as passagens, mas devido à falta de documentação, um deles não podia embarcar. A solução foi embarcá-los em linha suburbana até a cidade de Itirapina, depois para Rio Claro e finalmente para Piracicaba, mas todos haviam passado pelos albergues das cidades citadas e não receberiam outra passagem. No entanto, como já estávamos tentando resolver a questão por mais de duas horas, a saída foi comprar as passagens até Itirapina e entregar o dinheiro para que chegassem até o destino final. Todos concordaram e resolveram ir embora de São Carlos. Após o embarque retornamos à praça, alguns já haviam saído do local e outros permaneciam tomando pinga diante da ausência de transporte para o albergue. Nesse momento telefonei para a pessoa que havia solicitado a intervenção na praça, para enfim conseguir o transporte daqueles que queriam ir para o albergue. Como o evento estava no seu término, a orientação foi para liberar as pessoas (diário de campo, 20/03/2010).

No relato exposto foi possível observar que a preocupação política em relação ao possível incômodo do prefeito, referente à presença dos *moradores de rua* e *trecheiros/itinerantes*¹⁰⁸ na praça, sendo a razão que motivou a ação descrita acima. Os mecanismos de intervenção, especificamente as práticas de intervenção que propiciaram a *circulação* são acionadas com a mobilização dos guardas municipais, viaturas, gestores, assistentes sociais, transporte rodoviário e albergue, foram demandados para produzir a expulsão de alguns “indesejáveis” da cidade. Baseando-se nos três critérios que elencamos para analisar as *bancas* como o território, os membros e os códigos morais (regras), procuraremos observar nesse tópico operacionalidade e a influência da *circulação* nas *táticas* de vida na rua, em período recente¹⁰⁹ na cidade de São Carlos através da *banca do mercadão*.

1.3.1 Banca do mercadão ou banca de baixo

A Praça dos Voluntários não era um lugar de referência para os *moradores de rua* e *trecheiros/itinerantes* até meados de 2009. De acordo com Leonardo que participa dessa *banca*, aqueles que ficavam pelo centro da cidade tinham a *banca da estação* como ponto de encontro, no entanto a mudança para a praça do mercado teve dois motivos: o primeiro motivo estava relacionado às constantes abordagens dos guardas Municipais no local,

¹⁰⁸ Em relação as nomeações discutidas nos tópicos anteriores, o termo migrante/itinerante foi construído pelos serviços de atendimento no período citado. Nesse tópico, ao retratarmos de uma situação contemporânea optamos por nomear como *trecheiro/itinerante*.

¹⁰⁹ Pesquisa de campo realizada entre 2010 e 2011.

“Começaram a dar muito enquadrado, por isso descemos”; e o segundo foi a mudança do Centro POP para as proximidades da praça.

Com a mudança da instituição, tornou-se visível o aumento do número de pessoas que começaram a frequentar o local, especificamente uma parte daqueles que se encontrava na praça e não eram atendidos no Centro POP, visto que não possuíam os critérios para adentrarem no serviço¹¹⁰. Nas observações de Leonardo:

Os *trecheiros* viram os *pardais*¹¹¹ tomando pinga na praça e começaram a ficar no local também. Muitas vezes os *trecheiros* desciam com o pessoal do Albergue para o Centro POP, mas como eles não podiam entrar na casa ficavam o dia na praça (Diário de campo, 16/09/2010).

Assim surgiu a *banca do mercadão* ou *banca de baixo*, como uma referência à localidade da proximidade do mercado público municipal, a região popularmente conhecida como “baixada do mercado”. E na classificação apresentada pelos *moradores de rua* pesquisados esta *banca* encontra-se entre as *bancas de pingas e drogas*.

Em meados de 2009 tivemos o primeiro contato com essa *banca*, quando o Centro POP foi transferido para a região central. A visibilidade provocada pelos novos frequentadores da praça chamou a atenção de comerciantes, taxistas e as pessoas que passavam pelo local, aumentando o número de denúncias sobre a presença de “andarilhos” na praça. Essas denúncias permitiram que o lugar fosse diariamente alvo de intervenções do poder público como: Educadores Sociais, Guardas Municipais e a Polícia Militar.

Ao averiguarmos as “denúncias” na praça, percebíamos a existência de dois “grupos” diferentes no local, o primeiro composto por *moradores de rua* que nasceram ou possuíam vínculos com a cidade de São Carlos e os *trecheiros*, que ao chegarem à cidade se fixaram na praça por alguns dias.

Chegando à Praça dos Voluntários

Vivendo nas ruas, ou melhor, como ele ressaltava, “quem mora na rua é carro, eu moro nas calçadas”, Francisco, branco, mais de 40 anos de idade, nasceu em São Carlos, e

¹¹⁰ Esta questão será debatida no segundo capítulo. Com a inauguração do Centro POP, iniciamos a elaboração do projeto de atendimento da instituição, sendo que a maior preocupação era definir quem seria o público alvo atendido na instituição. É nesse momento que se iniciou a definição de quem é o morador de rua da cidade baseado nos critérios de *tempo de rua*, *vínculos familiares* e *comunitários* na cidade de São Carlos.

¹¹¹ *Pardal* é o termo nativo que significa o morador de rua que tem se estabelecido na cidade. Para maiores informações ver Brognolli (1996) e Martinez (2011).

morou nas ruas da cidade desde 2004, foi um dos primeiros a ter a praça do mercadão como lugar de permanência.

Sua sobrevivência na região central da cidade, especificamente na Praça Voluntários da Pátria, dependia da rede de apoio que construiu. Todos os dias, a partir das oito horas da manhã, em uma lanchonete próxima da praça conseguia seu café da manhã: um copo de café com leite e um pão na chapa. Depois se dirigia para a praça, por volta das 9 horas, onde um senhor que trabalhava em um cartório passava todas as manhãs para saber como estava, deixando dinheiro para o cigarro e *pinga*, estes sendo os únicos vícios que alegava ter. Após as 14 horas, alguns restaurantes do centro lhe doavam marmitas, uma para o almoço e outra para o jantar. Com a abertura do Centro POP, começou a frequentar o local por alguns dias em horários específicos, às vezes tomava outro café e almoçava no local, voltava ao restaurante apenas para pegar a marmita para o jantar.

Para ganhar dinheiro, além da ajuda que conseguia do senhor do cartório, todas as tardes olhava os carros que estacionavam nas imediações da Igreja Universal. Realizava pequenos bicos pela vizinhança como limpar quintais e terrenos. Ressaltou que tinha boas relações com os taxistas que ficavam ao lado da praça, esses o ajudando com cigarros.

Durante a noite dormia em locais diferenciados. Às vezes em *mocós* ou em algum espaço cedido por alguém. A última vez que pernoitou numa casa cedida foi em meados de 2010, quando Helena lhe ofereceu os fundos da sua residência para ficar por um determinado tempo. Quando dormia pelas ruas, o lugar que preferia era embaixo das barracas dos camelôs ou nos vãos da Catedral, mas por escolher esse lugar, muitas vezes era incomodado pelos policiais que solicitavam para que se retirasse do lugar. Assim lembrou-se de uma situação recente:

Certo dia resolveu dormir na Catedral quando foi acordado por vários policiais, que o chamavam pelo nome. Perguntou o que estava acontecendo e eles pediram para sair da Catedral e dormir no albergue. Falou que não ia porque não gostava de lá. O policial respondeu que ele ia à força, mesmo sem querer, e o deixaria na porta do albergue, só para vê-lo voltar a pé. Francisco respondeu dizendo que a pé não voltaria, pois tinha dinheiro para pagar o ônibus. Mesmo assim, os policiais o levaram coercitivamente até a porta do albergue, e, como não havia mais ônibus naquele horário, ele voltou a pé e foi dormir na praça, em frente à Catedral.

PM realiza operações em várias regiões da cidade. A PM também desencadeou um trabalho em algumas praças do Centro de São Carlos com o objetivo de inibir abusos de andarilhos e moradores de rua nessas áreas

públicas. Vários andarilhos e moradores de rua foram abordados na Praça da Catedral e para a surpresa dos policiais a maioria possuía passagens pela Justiça. Todos foram encaminhados para o Albergue Noturno (Jornal Primeira Página, São Carlos, 10/02/2011).

Com a vinda do Centro POP para o centro da cidade, também vieram os *trecheiros*¹¹², estes, para Francisco, eram os responsáveis pelas confusões na praça e com isso dificultavam sua permanência no local devido às constantes brigas, facadas, confusões e a possibilidade de um assassinato a qualquer hora marcavam o cotidiano da praça no momento.

No início do ano de 2011 sua saúde estava debilitada, porém recusava-se a receber atendimento médico para descobrir o que causava aquela situação. Um dia na praça, bebendo junto com os companheiros de *banca*, sua saúde piorou, os amigos acionaram o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) para socorrê-lo. Após alguns dias, internado na Santa Casa, faleceu em 26 de abril de 2011.

Um dia na banca do mercado

Desde o início de 2011 um grupo de *trecheiros* e alguns *moradores de rua* da cidade ficavam constantemente na Praça dos Voluntários, a visibilidade da *banca* era perceptível, pois no canteiro central avistavam-se mochilas, garrafas pets e várias sacolas espalhadas, de modo que as pessoas que passavam, paravam para ver o que acontecia no local.

Ao buscar aproximação, percebemos que haviam quatro homens sentados no canteiro central. Inicialmente não reconhecemos as pessoas que estavam presentes no local e logo identificamos que se tratava de uma *banca* composta por *trecheiros*, assim decidimos apenas observá-los. Nesse dia, esperava a oportunidade para uma aproximação com a *banca*, mas não encontrávamos possibilidade.

Com um tempo, vimos que dois homens caminharam até o posto de gasolina e um deles entrou na loja de conveniência e saiu com um *corote de pinga*¹¹³. Começou chover novamente, uma garoa fina que não impossibilitou a permanência da *banca* na praça. Aproximou-se a hora do almoço, eles começaram a abrir as sacolas, tiraram panelas e alimentos e iniciaram os preparativos da comida no local.

Na tentativa do primeiro contato, buscamos como estratégia comprar um corote e oferecê-lo à *banca*, isso significava, por sua vez, compartilhar o código da *intera*. Compramos

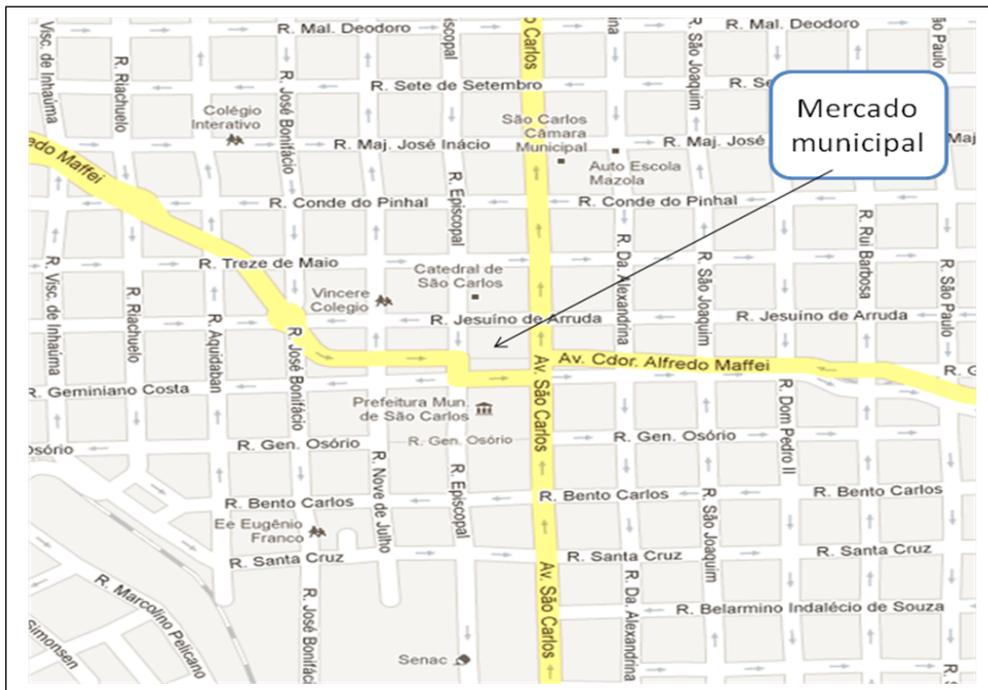
¹¹² A chegada dos *trecheiros* na praça será discutida no próximo tópico.

¹¹³ É um recipiente de plástico que contém 350 ml de cachaça.

o corote, o levamos até onde faziam o almoço. Ao doar a bebida, perguntamos se podíamos ficar e tomar junto. Eles aceitaram, assim conseguimos a aproximação.

O território: A Praça dos Voluntários da Pátria

Figura 14: território *banca do mercado*



Fonte: Google maps informações do autor.

A Praça dos Voluntários da Pátria está localizada no centro da cidade, nas proximidades do mercado público municipal e entre duas importantes avenidas, a Avenida São Carlos e Dona Alexandrina, onde diariamente circulam milhares de pessoas pelo local, pois nas avenidas citadas, estão os principais pontos de ônibus da região.

Ao lado da praça, encontramos as ruas Jesuíno de Arruda e Comendador Alfredo Mafei. Na primeira rua destaca-se a existência de um estacionamento de automóveis que é gerenciado pela área azul e, nas proximidades da Igreja Universal, outro estacionamento de uso livre, ao passo que caminhando um quarteirão por essa rua chega-se ao Centro POP. Já na Rua Comendador Alfredo Mafei está localizado os pontos de táxis e diversas barracas de camelôs.

Em frente à praça temos o mercado municipal com diversas lojas, lanchonetes e um banheiro público. Na região da praça também encontramos comércios, restaurantes, bares, bancos e farmácias. A segurança dessa região é garantida pela presença de uma base móvel

ou viaturas da polícia militar que permanecem no local e, devido à predominância de uma área comercial, encontramos poucas residências.

Figura 15: Praça Voluntário da Pátria



Os membros

Em relação aos participantes da *banca do mercadão*, seus membros fixos consistiam em: *moradores de rua*, *trecheiros/itinerantes* e visitantes, ressaltando que em relação à composição dos membros dessa *banca*, por tratar-se, em sua maioria, de *trecheiros/itinerantes* e a rotatividade dos membros é uma característica, optamos por mencionar os membros que frequentavam essa *banca* no período que realizamos a pesquisa de campo na praça¹¹⁴.

Depois da primeira aproximação e um tempo na companhia dos membros dessa *banca* reconhecemos dois *trecheiros*: Roberto, nascido na cidade de Jaú e muitos anos no trecho, estava cerca de dois meses na praça; e Elias, nascido na cidade de São Paulo, onde viveu por muitos anos. Eles foram atendidos diversas vezes no Centro POP com fornecimento de passagens, mas sempre retornavam a São Carlos. Cláudio, 40 anos de idade estava na praça há

¹¹⁴ Apresentaremos os membros ao longo do capítulo e nos anexos dispõe-se de uma lista do perfil dos mesmos.

aproximadamente uma semana também fazia parte da *banca* nesse momento, ele trabalhava nas ruas produzindo seu artesanato a partir de garrafas pet, transformava-as em carrinhos batizados como *baby*.

Neno o mais jovem da *banca* com 27 anos, nasceu na cidade de Jaú. Chegou a São Carlos aproximadamente dois dias, pernitoou no albergue e para não receber a passagem para outra cidade, saiu cedo da instituição não podendo entrar no Centro POP, estava na praça junto com os *trecheiros*.

A sobrevivência no centro da cidade

Para quem é *trecheiro*, o centro da cidade é uma boa opção aos recém-chegados a São Carlos. O *mangueio* é uma tática de vida na rua utilizada para se conseguir comida, roupas e dinheiro, com este, consegue-se comprar pinga, comida, cigarros e drogas. Existe uma preocupação entre os *moradores de rua* e *trecheiros* em razão de que antes de dormirem, é necessário que se guarde dinheiro para o dia seguinte, pois ao acordarem os mesmos precisam garantir as primeiras *pingas*.

A organização para o *mangueio* nessa *banca* ocorre da seguinte maneira: enquanto alguns saem para *manguear*, outros ficam sentados, conversando e cuidando dos pertences ali deixados, e somente às vezes abordam as pessoas que passam. Os que retornam do *mangueio* entregam o dinheiro obtido ao responsável por inteirar as quantias e, quando se completa o valor de um ou dois *corotes de pinga*, alguém se dirige até ao posto de gasolina e os compra. Tem-se que ao partilhar da bebida, em que todos bebem no mesmo corote, e quando este se finda, alguns dormem e outros seguem *mangueando* para adquirir mais um.

Durante a manhã, os primeiros *mangueios* realizados na rua são para a compra dos *corotes de pinga* na loja de conveniências do posto de gasolina. Os locais escolhidos para a prática do *mangueio* pelos membros da *banca* são: a Praça dos Voluntários, a praça do mercadão, o calçadão, os pontos de ônibus e as ruas próximas à praça.

A técnica empregada consiste em abordar as pessoas que passam, contando alguma estória que convença àquele que está presente na interação. As histórias contadas são de acordo com a “vítima” escolhida. Para Elias, uma das principais características é a paciência, saber a hora de *manguear* alguém. Se vêem que a pessoa se parece com estudante, é mais jovem, a história a ser contada é que precisam de dinheiro para comprar *pinga*. Se for alguém mais velho, usa-se a necessidade do dinheiro para ir embora da cidade ou comprar comida. Há ainda uma ressalva de que na região central, quando falam que o dinheiro é para bebida,

consegue-se com mais facilidade. Nesse sentido, Elia nos mostra os códigos morais existentes na prática do *mangueio*.

Elias para mostrar como se mangueava na praça, levantou-se de onde estávamos sentados e viu passar uma mulher, foi até ela, falou rapidamente e voltou sem nada. Explicou-me que para *manguear* tem que saber pedir com educação, se não conseguir agradece pela atenção e volta. Com pouco tempo, foi *manguear* novamente e sem sucesso, voltou dizendo que não estava com sorte naquela hora. Em outro momento passa um senhor que se locomovia com a ajuda de bengalas, ele explicou que não *mangueiam* pessoas nessa situação (Diário de Campo 01/03/2011).

Em relação à alimentação, esta também é adquirida através do *mangueio*. Como foi destacado anteriormente, para a pinga pede-se na rua, mas para a comida a tática utilizada é o pedido nas residências ou em restaurantes que ficam nas proximidades da praça. Em relação ao almoço, ele pode ser organizado de duas maneiras. A primeira nos restaurantes do centro distribuem comida a partir das 14h30, e assim se faz preciso levar a *cascuda*¹¹⁵ para conseguirem os alimentos. No entanto, quando não querem esperar pelos horários de distribuição dos restaurantes, eles improvisam uma cozinha na praça e preparam seus alimentos. Enquanto alguns saem para *manguear* dinheiro e garantir a pinga, outros percorrem as residências da região pedindo alimentos, panelas e pedaços de carne no frigorífico ao lado da praça para prepararem o almoço. Como explicou Cláudio, “ao chegar numa casa, bate palma e pede algo”. A água para cozer os alimentos é retirada de uma torneira que fica no canteiro central da praça. Ao chegarem com mantimentos e a bebida, improvisa-se um fogão com latas encontradas nos entulhos e álcool comprado no posto de combustível. Todos que estão na *banca* devem participar do processo de elaboração do almoço, seja *mangueando*, preparando os alimentos ou buscando água na torneira. Aos sábados a Pastoral de rua distribui almoço na rua e aos domingos é servido pelo grupo Espírita na Praça da Catedral¹¹⁶.

Ao pedirem alimentos nas casas, eles também aproveitam para pedirem roupas e cobertores. Quando conseguem essas doações, faz-se obrigatória a divisão de todas as coisas adquiridas no *mangueio* obtido nas residências com os outros que, considerados “companheiros”, ficaram na *banca*.

¹¹⁵ Chamam-se de cascuda o recipiente utilizado para colocarem os alimentos conseguidos em restaurantes ou nas residências.

¹¹⁶ Sobre o posto de rua ver Granado (2008; 2010).

Aproximava-se do horário do almoço e eles decidiram fazer comida na praça. Cada um procurou algo para fazer e eu fiquei no local acompanhando Roberto. Elias ao chegar, trouxe arroz e macarrão. Abriu as sacolas e retirou de dentro panelas, uma pequena grelha e mais alimentos que haviam recebido nos dias anteriores. Buscou álcool no posto e fez um fogão improvisado ao lado do canteiro. Cláudio trouxe lingüiças, e o almoço estava garantido naquela manhã (Diário de campo, 01/03/2011).

O dinheiro obtido através do *mangueio* também é utilizado para a compra de cigarros e drogas (*crack*). Em relação aos cigarros, Elias explicou que eles conseguem por um preço mais barato. Cada maço de cigarros custava R\$ 1,30, mas tinha uma senhora que trabalhava nas barracas dos camelôs que os vendia a R\$ 1,00 para o pessoal da *banca*.

Chegava-se na barraca e falava que queria o amassadinho e a senhora já sabia que se tratava do pessoal da praça. Nessas barracas também se conseguiam roupas com as pessoas que trabalhavam no local. Alguns desses comerciantes às vezes permitiam o uso do banheiro, mas usualmente, utilizava-se o banheiro do mercado público ou do posto de combustível.

Em relação às drogas, principalmente o *crack*, é consumido por quase todos, apenas Roberto e Cláudio não usam. Depois que conseguem o dinheiro para bebida, comida e o cigarro, é separado um valor para os que usam o *crack*, e, para complementar, aqueles que consomem a droga fazem seu *mangueio*, especificamente à noite, quando o uso da substância é mais intensificado. No entanto, o uso do *crack* é realizado nas casas abandonadas da região, devido à grande circulação de pessoas no local durante o dia, além de uma viatura da polícia militar ficar estacionada nas imediações da praça.

Magrão, que é *morador de rua* em São Carlos, chegou à banca, cumprimentou todos que estavam presentes, tomou um gole de pinga e chamou Elias para conversar em um lugar mais afastado do agrupamento. Após alguns minutos, Elias voltou a onde estávamos, separou algumas moedas e saiu junto com Magrão. Perguntei o que havia acontecido e Roberto respondeu que eles foram fumar pedra (Diário de campo, 01/03/2011).

Como se trata de uma *banca* em que a maioria é composta por *trecheiros*, recorrer ao Albergue Noturno para dormir e alimentar-se é inviável, pois a instituição os acolhe no máximo por três noites, e o tempo que ficam na cidade além dos que são permitidos, eles dormem pelas ruas.

Devido às constates brigas que aconteceram na praça, as rondas policiais no lugar ficaram mais visíveis, e muitas vezes não permitiam que pernoitassem na praça. Durante a noite, os membros dessa *banca* se dividem. Francisco, por estar nas ruas do centro há mais

tempo, escolheu como lugar de pernoite os vãos existentes na Catedral. Elias, Cláudio e Roberto dormiam ao lado das barracas dos camelôs ou nas proximidades da rodoviária. Quando amanhecia o dia, retornavam à Praça dos Voluntários.

O motivo de caminharem até à rodoviária para dormirem estava relacionado à distribuição do jantar realizado por um restaurante que fica na região. Em relação ao jantar, Cláudio explicou que às quartas-feiras conseguem comida na Igreja São Sebastião, às quintas-feiras tem a distribuição de sopa pelos espíritas e nas sextas-feiras, entre meia noite e uma hora, distribuem-se pão, presunto e um copo de leite na rodoviária e na Estação, já nos outros dias os mesmos pedem nos restaurantes. Para ele, sábado e domingo são os dias mais difíceis para conseguir jantar, ou pedem nas casas ou ficam sem comida.

Figura 16: Tabela referente alimentação banca do mercado

Refeições/dias e lugares	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	sábado	Domingo
Café da manhã	Pedir nos comércios ou residências	Pedir nos comércios ou residências	Pedir nos comércios ou residências	Posto de rua			
Almoço	Pedir nos comércios ou residências	Pedir nos comércios ou residências	Pedir nos comércios ou residências	Pedir em residências			
Jantar	Pedir em restaurantes	Pedir em residências	Igreja São Sebastião	Pedir em restaurante Distribuição de pão com café	Distribuição de sopa nas ruas	Pedir em residências	Pedir em residências

Fonte: diários de campo

Os códigos morais (regras) na banca do mercadão

Não é apenas a divisão da bebida, cigarro e da maconha que faz com que um *trecheiro* ou *morador de rua* permaneça numa *banca*. É a maneira como se comporta e age na *banca* que vai garantir sua permanência ou não. Como apontou Everaldo, o “proceder, sua conduta, possibilita (ao *trecheiro* ou *pardal*) adentrar e permanecer em alguma *banca*”.

Como destacado na introdução, uma das primeiras regras para permanecer no agrupamento é a contribuição para a *banca*, ou seja, prover a *banca* com bebidas, comida, cigarros, drogas, roupas e etc., através da *intera*. É necessário que todos que estejam na *banca* em algum momento apresentem sua colaboração, seja através do *mangueio*, do *corre* ou da colaboração financeira, nesses casos através da venda de artesanato, como é o caso de Cláudio.

Durante a manhã quando se encontram na praça, e forma-se a *banca*, dá início a primeira *intera*, ou seja, a arrecadação do dinheiro que as pessoas têm para comprarem os primeiros corotes de pinga. Alguém recolhe o dinheiro e sai para comprar bebida. Após consumirem estes primeiros corotes, inicia-se o *mangueio* para a aquisição de mais bebidas. Na primeira *intera* contribuem aqueles que têm dinheiro, no entanto, aqueles que não o têm, em algum momento devem contribuir.

Ao realizar as *interas* ao longo o dia, aquele que ficou responsável pela compra da bebida deve retornar obrigatoriamente à *banca*. Se por acaso ele não aparecer com a bebida ou o dinheiro de volta será expulso, e no caso da *banca do mercado*, tratando-se de um *trecheiro*, infringir as regras da *banca*, significa ir embora da cidade. Como no exemplo a seguir:

Neno saiu para comprar um corote de pinga no posto de combustível, ao retornar à praça, estávamos conversando, ele abriu o corote, cada pessoa que estava presente tomou um gole. Enquanto ele segurava a bebida, estávamos observando Elias *manguear* uma mulher no meio da praça. Quando ele retorna, procuramos pelo corote e nada, Neno havia saído da praça levando a bebida. Todos ficaram revoltados dizendo que ele não retornaria a praça e nem ficaria mais na cidade (Diário de campo, 03/03/2011).

De todos que estava na Praça dos Voluntários no período que realizamos a pesquisa de campo, apenas Elias e Roberto percorriam o *trecho* juntos, o restante se conheceram na praça. Por ser um lugar de passagem para *trecheiros*, *moradores de rua* e pessoas que têm residência, mas em algum momento do dia param para tomar pinga com os demais membros

da *banca*, as relações que se estabelecem entre os participantes são momentâneas e, com isso, são constantes os conflitos entre os que frequentam a *banca do mercadão*.

Chegamos à banca por volta das 16 horas, estava lotada, tinha aproximadamente 11 pessoas, boa parte *trecheiros* esperando à hora para se dirigirem ao Albergue. Todos bebiam desde cedo e os ânimos estavam exaltados. Cláudio reclamava dos guardas municipais que aproveitavam a hora que dormiam para baterem nos moradores de rua e jogarem gás de pimenta. Wilson (que fica na banca da Estação estava bebendo essa tarde na praça) também reclamava da situação e repetia dizendo que o Centro POP era dos moradores de rua. Em um momento Cláudio cortava suas garrafas começou a cantar músicas em inglês. Wilson reclamava das músicas. A confusão aumentava entre os dois. Mudamos de lugar. Os outros pedem para parar com a confusão, estava chamando atenção das pessoas. Subitamente, Cláudio levanta, pega a tesoura e coloca no pescoço de Wilson o ameaçando. Francisco tentou intervir, mas não conseguiu, a tensão continuava, no entanto todos olhavam aquela situação. Ao ver o que podia acontecer, não aguentamos e entramos no meio da confusão, conseguimos acalmar Cláudio que largou Wilson, este nos acompanhou para outro lugar do centro (Diário de campo, 05/03/2011).

Retornando à praça após alguns dias do fato descrito acima, não encontramos Cláudio e nem Wilson na *banca* do mercadão. Segundo o relato de Elias, o primeiro deixou a cidade logo após a confusão e o segundo, por não ser a primeira vez que aprontava na praça, não era mais permitido ficar no lugar com os demais.

Ao remontamos o período dos anos 90 para buscarmos elementos que demonstrem a emergência da *circulação* enquanto uma política de atendimento gerenciada pelo governo municipal e parceria com o Serviço de Obras Sociais prática de atendimento para as pessoas que viviam nas ruas (*trecheiros/itinerantes*), salientamos a dificuldade para encontrarmos pessoas que vivenciaram essa situação no período citado, portanto nosso intuito de apresentar a *banca do mercadão* foi para mostrar a presença elementos constituídos da *circulação*, no dispositivo de gestão dos *moradores de rua*, atuando no dia a dia nos participantes desse agrupamento. A visibilidade provocada pela banca com o passar dos dias, ocasionada pelos constantes conflitos acionam assistentes sociais, educadores para dispersarem todos do local. Em relação aos *trecheiros/itinerantes*, esta dispersão se faz através da doação de passagens, atualizando as práticas de *circulação* nas ruas de São Carlos.

CAPÍTULO 2 – A *FIXAÇÃO*

Quem for de São Carlos leve para o Albergue e quem pertencer à outra cidade, distribua passagem e mande embora (Diário de campo 15/04/2010).

Neste capítulo objetiva-se prosseguir com o percurso da constituição das práticas de atendimento aos moradores de rua na cidade de São Carlos. A questão que norteará a discussão será o surgimento de um novo sujeito nas ruas do município, o morador de rua de São Carlos a partir dos seguintes eixos: 1) as transformações na política de assistência social na primeira década dos anos 2000; 2) o encadeamento dessas transformações na política municipal; 3) o conjunto dessas mudanças para a elaboração da “rede de atendimento” aos moradores de rua, que originou o que inicialmente classificamos de *fixação*.

O percurso utilizado para a construção de categorias de análise será as entrevistas com Vanessa que atuou como assistente social entre 2006 e 2009 na prefeitura de São Carlos no atendimento aos moradores de rua¹¹⁷. E a trajetória profissional do pesquisador como gestor e proponente de políticas de atendimento para o segmento. Por conseguinte, pretendemos

¹¹⁷ A entrevista realizou-se em novembro de 2011.

discorrer sobre os efeitos dessas transformações nas experiências cotidianas dos moradores de rua na cidade de São Carlos, especificamente na *banca da dona Sônia*.

2.1 “Construindo” o morador de rua de São Carlos

Em 2006 realizou-se um concurso na prefeitura para a contratação de assistentes sociais que complementariam o quadro de profissionais exigidos pelas novas diretrizes da política de assistência social, visando à implantação dos serviços assistenciais no município¹¹⁸. É nesse momento que Vanessa ingressa na prefeitura, permanecendo até meados de 2009. Ao chegar juntamente com mais cinco profissionais, foram apresentados alguns serviços para alocação dos novos contratados como: atendimento ao idoso, mulher vítima de violência, famílias e a *população de rua*¹¹⁹.

Após a apresentação dos serviços, explicou-se a urgência em relação a um profissional para atender os moradores de rua, não havia técnico referenciado naquele momento. A pressão para iniciar algum trabalho, segundo Vanessa, foi porque o governo municipal passava por fortes críticas devido às mortes de moradores de rua em locais públicos da cidade, entre os anos de 2004 e 2005.

Para Vanessa, trabalhar com uma população específica, no caso a população de rua, era a que mais lhe instigava enquanto profissional, “não sabia de nada, quem eram e como trabalhar”. E, ao assumir a referência do atendimento, destacou como primeiras estratégias: conhecer a rede de serviços ofertados, leitura da bibliografia específica e a elaboração de um diagnóstico que lhe mostrasse informações sobre a população que propunha intervir.

Os primeiros dias de trabalho foram difíceis em relação à aproximação com o novo público. Através do Albergue Noturno, Vanessa iniciou seus primeiros contatos que consistiu em conhecer os funcionários, a dinâmica de atendimento da instituição e as pessoas que eram atendidas no local. Ela também realizou rondas noturnas¹²⁰ acompanhada dos motoristas da instituição para mapear os principais locais onde se concentravam os moradores de rua.

Outra estratégia, visando à construção de vínculos, foi o contato com uma voluntária do Posto de rua¹²¹ que, ao saber da retomada dos acolhimentos na Secretaria de Cidadania e Assistência social, encaminhava os moradores de rua que freqüentavam as atividades do posto

¹¹⁸ Com as novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, no município de São Carlos, a partir de 2006 tem-se início a reorganização de alguns serviços como a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos bairros: Santa Felícia, Cidade Aracy, São José e Pacaembu.

¹¹⁹ O emprego do termo *população de rua* era utilizado pelos gestores em São Carlos no período.

¹²⁰ As rondas noturnas são ações realizadas pelos funcionários do Albergue desde o início dos anos 1990, ver primeiro capítulo.

aos domingos, informando-os sobre a presença de uma assistente social que realizava atendimentos em relação à orientação sobre documentação, problemas de saúde e passagens para outras cidades.

Ao elencar uma bibliografia específica sobre o tema, além de um contato frequente com o público atendido, Vanessa percebeu que, no contexto de São Carlos, existiam duas situações distintas em relação ao que considerava como população de rua: os *trecheiros/itinerantes* e os moradores de rua, sendo que estes últimos não eram prioridades para os atendimentos no Albergue Noturno. Assim apresentou-se uma primeira clivagem na definição do público que pretendia atender:

Naquele momento, se a proposta que eles me trouxeram foi trabalhar com a população de rua, foi o que pensei, o *itinerante* não era meu objetivo, pois a política para o itinerante era a passagem, meu atendimento seria resolver e acompanhar algumas situações [Vanessa].

No ano de 2007, passado os primeiros meses de atendimento, Vanessa contou com a ajuda de uma voluntária, que posteriormente tornou-se assessora. Juntas, elaboraram o primeiro diagnóstico cujo objetivo era apresentar o que se considerava como população de rua em São Carlos. Na elaboração dos dados, separaram as fichas de cadastro encontradas na Secretaria de Cidadania e Assistência Social e no Albergue Noturno, selecionaram as classificadas como *moradores de rua* e as informações obtidas nas abordagens. Em seguida, construíram um prontuário específico o qual forneceu os dados para o diagnóstico.

Dos 93 prontuários analisados, destacaram-se as seguintes variáveis: grupo etário, sexo, naturalidade, familiar na cidade, situação de saúde e escolaridade. Foram encontrados 79 homens e 14 mulheres. A idade predominante estava entre 25 e 59 e nove anos. Os dados que chamaram mais atenção foram em relação à naturalidade, pois 25 pessoas haviam nascido em São Carlos e 57 pessoas possuíam familiares na cidade.

Quando nós conseguimos montar o diagnóstico aí sim foi a mudança. Porque nós mostramos que a maioria das pessoas que viviam nas ruas estavam há mais de dois anos em São Carlos. A maioria era nascida em São Carlos. Então não dava pra se falar que eram *trecheiros* que não eram cidadãos são-carlenses, não dava pra se negar. Com esses dados a gente mostrou para prefeitura que se necessitava de um atendimento para o são-carlense [Vanessa].

¹²¹ Segundo Granado et al. (2008) o Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo” iniciou suas atividades em Maio de 2002, inspirado em trabalhos semelhantes realizados na cidade de São Paulo. O Posto de Rua acontece aos domingos no período da manhã. A entidade possui autorização municipal para a realização das atividades. É coordenado por voluntários que se reúnem na sede da USE – União das Sociedades Espíritas de São Carlos.

Outra questão que chamou atenção no primeiro diagnóstico, além dos moradores de rua de São Carlos, foi a forte dependência química do álcool e poucos usuários de crack, além dos conflitos familiares como uma das causas que levaram a viver nas ruas.

Simultâneos à apresentação dos dados do diagnóstico, segundo Vanessa, três fatores foram importantes para o processo de mudança em relação à política de atendimento. Primeiro foi a questão da visibilidade nos espaços públicos que chamava atenção, provocando reclamações constantes sobre a situação. O segundo fator se justifica pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade, que exigiu novas formas de atendimento aos moradores de rua¹²², e, como terceiro, a mudança do gestor da assistência que viabilizou o debate com o governo municipal.

Em 2007, aos poucos a Secretaria de Cidadania e Assistência Social tornou-se um lugar de referência para atendimentos como: os encaminhamentos para documentação, distribuição de roupas e, em alguns casos, doações de cestas básicas. O contato mais próximo da profissional com os moradores de rua mostrou a fragilidade em relação à saúde.

A saúde era o gritante. Como fazia anos que não tinha um atendimento específico para a população de rua, a pessoa não ia até um posto de saúde, sentar, fazer uma ficha de cadastro. A primeira situação foi encaminhar as pessoas para o serviço de saúde, mas esbarramos em outro problema. Não tinham onde guardar a documentação, nem onde dormir, pois o albergue oferecia três pernoites [Vanessa].

No período acima citado, o Albergue Noturno atendia aos moradores de rua e *trecheiros/itinerantes* entre os horários das 18 horas e 6 horas da manhã, oferecendo apenas três dias de pernoite. Aqueles nascidos ou com familiares na cidade não eram aceitos na instituição. Para Vanessa, esses critérios eram “uma tentativa de expulsão para ver se a pessoa ia embora da cidade ou voltava para a casa da família”.

Em relação às abordagens, Vanessa ressaltou que não existia um serviço estabelecido nas ruas. O fluxo das reclamações sobre a existência de mendigos ocorria da seguinte forma: as pessoas reclamavam na prefeitura que encaminhava as reclamações para o chefe de gabinete e em seguida, repassava para a secretaria de Assistência Social.

Existiam algumas situações em que se realizava o acolhimento diurno no albergue, sendo efetuados somente em casos extremos, aqueles considerados como prioritários pelo

¹²² Ressaltamos que em dezembro de 2005 foi incorporado na Lei Orgânica de Assistência Social a obrigatoriedade dos municípios desenvolverem projetos para a população de rua. Sobre a questão ver Silva (2009) e Ferro (2011).

gestor. Ao ser encaminhado para a instituição, permanecia no local até que suas condições físicas de saúde estivessem restabelecidas, recebendo, posteriormente, uma passagem para sair da cidade, ou voltar para as ruas.

Em casos específicos, as abordagens aos moradores de rua e acolhimento no albergue durante dia eram efetivados quando a cidade recebia a visita de autoridades como Ministros, Senadores, Secretários de Estado ou algum político ligado ao governo:

Existia a demanda do governo, de toda prefeitura, principalmente os cargos de chefia e secretários. A demanda crescia quando a cidade recebia uma visita de alguma pessoa pública do partido, então a solicitação era pra que nos locais em que a pessoa fosse passar, não tivesse a *população de rua*. Isso só mostra que quer esconder algo, um problema, que talvez seja uma carência do atendimento. Qual era a ordem? A ordem é “tira aquela pessoa do local”. Nesse caso o albergue era aberto durante o dia. Você podia trancar a pessoa lá dentro ou pedia pra pessoa sair do local onde se encontrava e mudar para outro. Nós tentávamos da melhor forma possível não atender esses pedidos, sem agredir o usuário, mas às vezes atendia-se demanda do governo [Vanessa].

Foi com a divulgação dos dados do diagnóstico e a troca do gestor municipal da Secretaria de Assistência que aos poucos aceitou-se a questão da existência dos moradores de rua de São Carlos, iniciando-se um debate sobre as mudanças nas formas de funcionamento do albergue, e a necessidade de um lugar para o atendimento diurno.

Era necessário um local que abrigasse a população de rua durante o dia, era o horário que poderiam ir a um posto de saúde, a um cartório regularizar sua documentação, visitar um parente, já que boa parte possuía família na cidade. Mas não tinha recurso destinado, não tinha um programa específico. Queriam solução e entendiam que as duas profissionais deveriam responder por uma política¹²³ [Vanessa].

Em consequência das inúmeras reclamações sobre a quantidade de mendigos nas praças, a incapacidade dos técnicos para intervir devido à falta de um espaço físico e a preocupação do governo quanto à repercussão da questão no período eleitoral que se aproximava, buscou-se como primeira alternativa, para reorganizar a “rede de atendimento” e adequar-se às novas demandas da população de rua na cidade, a contratação de um

¹²³ Os recursos existentes para o atendimento à população de rua consistiam no repasse de verbas do governo estadual, através da Secretaria de Desenvolvimento Social para a prefeitura, posteriormente repassado para o Albergue Noturno. Esse recurso era aplicado na compra de passagens para atender os *migrantes*. Em relação ao Governo Federal, a portaria do MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006 assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300 mil habitantes, para criação de serviços (acolhimento, apoio) à população em situação de rua. Para maiores informações ver Brasil (2011).

coordenador para o Albergue Noturno¹²⁴, com o intuito de viabilizar o diálogo entre a Secretaria de Cidadania e Assistência Social e a entidade.

Silmutâneo ao debate municipal sobre os moradores de rua, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentou a primeira pesquisa nacional sobre a população em situação de rua¹²⁵, realizada entre os meses de agosto de 2007 a março de 2008, considerando pessoas com 18 anos completos, em 48 municípios acima de 300 mil habitantes e 23 capitais, sendo que São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre efetuaram suas pesquisas em períodos próximos. Estimou-se cerca de 50.000 pessoas em situação de rua, destacando-se a predominância de homens (82%), em relação à idade, com 53% entre 25 e 44 anos, 67% são negros, 79% declararam que exerciam alguma atividade remunerada e apenas 15,7% pediam dinheiro como principal meio de sobrevivência. Além disso, 45,8% eram originários do município onde se encontravam e dos 54,2% dos entrevistados, 56% eram provenientes do mesmo Estado ou de cidades próximas de onde estavam.

Com o debate nacional, segundo Vanessa, reforçou a pressão para a elaboração de uma política de atendimento em São Carlos. O momento que vivia-se foi propício para que a gestora de assistência, visando garantir os primeiros recursos em relação à criação de uma nova instituição, buscou como estratégia discutir a temática no orçamento participativo¹²⁶. Em uma das reuniões do orçamento participativo, na região central, estiveram presentes a gestora da assistência social, os técnicos envolvidos no projeto e os moradores de rua, apresentou-se a necessidade da criação de um espaço e equipe para atendimento, além de um orçamento definido.

A gestora falou da importância de um lugar como referência para a população de rua, depois alguns moradores também falaram. O prefeito estava presente e se comprometeu a criar o lugar. A proposta da criação de um lugar e um orçamento para a população de rua foram aprovados. Acho que a gestora colocaria isso como principal fator para a construção da política para a população de rua em São Carlos [Vanessa].

¹²⁴ Sobre as mudanças ocorridas após a contratação do coordenador do Albergue Noturno, serão discutidas no tópico seguinte.

¹²⁵ Sobre esta pesquisa ver Brasil (2008) e Silva (2009).

¹²⁶ O Orçamento Participativo é um modelo de gestão pública que pressupõe a intervenção direta da sociedade na gestão financeira e orçamentária. No Brasil, as primeiras experiências desse modelo de gestão se iniciaram no final dos anos oitenta, nos municípios governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). As principais experiências foram nas cidades de Porto Alegre e Santo André. Na cidade de São Carlos, a experiência de gestão através do orçamento participativo iniciou-se em 2001 com a entrada do PT no governo municipal. Sobre esse debate ver Marino Júnior (2005).

Em julho de 2008, conseguiu-se um local para atendimento, e no dia 10 foi inaugurada Casa Dia¹²⁷ nas proximidades da rodoviária. A primeira equipe de atendimento foi composta por uma assistente social, um motorista (concursados), uma terapeuta ocupacional, uma psicóloga, uma assessora (contratados por prestação de serviços) e dois funcionários cedidos do albergue.

Para Vanessa, nesse momento duas questões foram essenciais para existência do Centro Pop: a primeira era definir qual o objetivo do serviço e a segunda qual o público atendido. Em relação ao objetivo, sabia-se que o mesmo deveria tornar-se referência para os *moradores de rua*. Um lugar para guardar os pertences, referência domiciliar, bem como para alimentação e higienização. No entanto, para a construção de um novo projeto de vida¹²⁸, como preconizava a Política Nacional de Assistência Social, além de alternativas de intervenção dentro da instituição, a equipe não tinha clareza das ações.

Nos primeiros meses de funcionamento, o novo serviço não conseguia atender a demanda que chegava todos os dias, principalmente em relação aos *trecheiros/itinerantes*. Para Vanessa, o trabalho do Centro POP deveria priorizar os moradores de rua de São Carlos, e, devido ao fluxo de pessoas que passavam diariamente pela cidade, tornou-se fundamental elaborar a primeira definição de quem era a população de rua.

A primeira definição baseou-se em dois critérios: o *tempo de rua* e *vínculos na cidade*¹²⁹. Sobre o tempo de rua entendia-se o tempo em que o indivíduo utilizava as ruas ou o albergue como lugar de pernoite, e, na medida em que aumentava esse tempo, a condição de morador de rua tornava-se estável. Esse critério teve como base os estudos de Vieira (1997) que elaboraram diferentes situações de vivenciar a rua, *como ficar na rua, estar na rua e ser da rua*.

Em relação aos vínculos com a cidade, compreendia-se a existência de alguma referência familiar ou domiciliar anterior à situação de rua em São Carlos. Esta discussão

¹²⁷ Nesse momento não existiam normativas referentes a serviços de acolhimento diurno para os moradores de rua, cada município organizava a partir de sua experiência, como exemplo na cidade de São Paulo que esses serviços diurnos eram denominados de casas de convivência. Em São Carlos optou-se por classificar a nova instituição de Casa Dia. Após participação nas reuniões estaduais e federal sobre a Política Nacional da População de Rua e as reorganizações nos serviços da cidade, o nome mudou para CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Unidade de atendimento à população de rua) e, em 2011 com a criação do Guia de Orientações do CREAS, o equipamento estatal de acolhimento diurno aos moradores de rua foram classificados como Centro POP. Sobre mais informações ver Brasil (2009; 2011).

¹²⁸ Na Política Nacional de Assistência Social, ao discorrer sobre as orientações em relação à população em situação de rua, não se especificava como deveriam ser pautadas as novas formas de atendimento, apenas referia-se à prioridade para propiciar o novo projeto de vida, “visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira enquanto sujeitos de direitos” (BRASIL, 2004, p.37).

¹²⁹ Nesse momento, a literatura que auxiliou na elaboração dos primeiros critérios do Centro POP foi Vieira (1997).

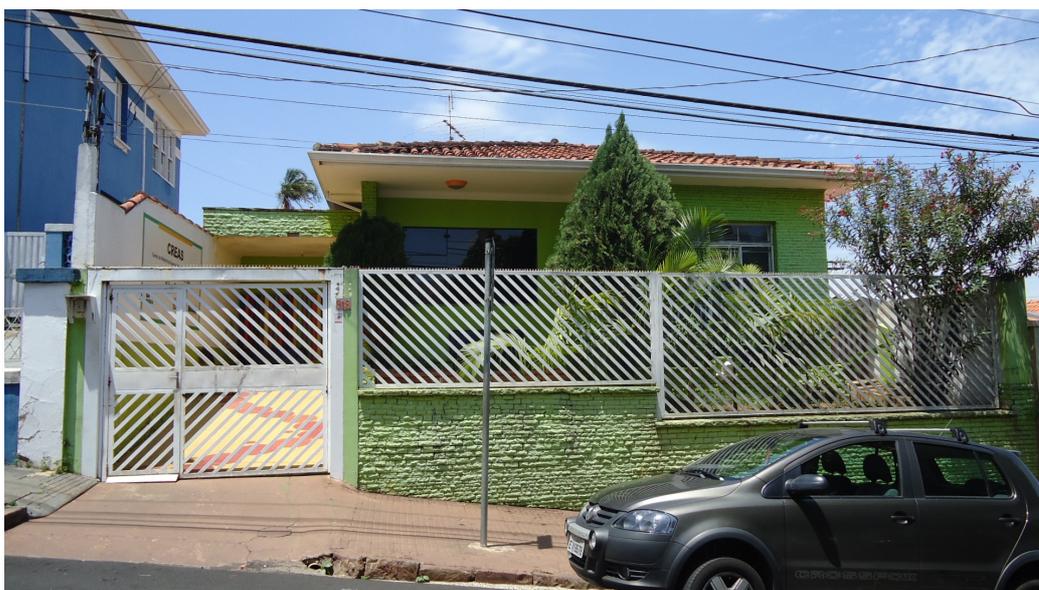
tinha como pressuposto a Política Nacional de Assistência Social, que destacava como o principal objetivo a garantia dos vínculos comunitários, assim justificava-se a utilização desse critério em relação ao público de referência para o Centro POP.

A preocupação em relação aos vínculos familiares na cidade de São Carlos para definirem quem seriam os moradores de rua faz parte de um dos principais eixos da política de assistência social no Brasil. segundo Castilho e Marloto (2010) após a Constituição de 1988 a família passa a ser o foco principal de ação das políticas sociais.

De acordo com Teixeira (2009), é no final dos anos 1990 que a preocupação com a família como foco de atuação, acentua-se nos serviços da assistência social primeiro através dos NAF'S (núcleo de apoio as famílias) entendendo o grupo familiar e a comunidade como “lugares naturais de proteção e inclusão social” (BRASIL, 1999, p.50). E segundo Teixeira (2009) esta reorganização propiciou a centralização na família como foco para a implementação de benefícios, serviços e programas ao longo dos anos 2000. Primeiro através do Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PNAIF) em 2003 e com a Política Nacional de Assistência Social em 2004, o plano nacional transformou-se em Plano de Atendimento Integral a Família (PAIF) que tem como objetivo a garantia da convivência familiar e comunitária dos membros da família.

Em 2005 destaca-se a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) através da matricialidade sociofamiliar evidenciando a primazia a atenção às famílias e seus membros a partir do seu território de vivência, com prioridades aqueles com registro de fragilidades, vulnerabilidades e a presença de vitimação entre seus membros (NOB/SUAS 2005 p. 28). Foi esse debate que norteou a primeira definição daqueles considerados como os moradores de rua de São Carlos a partir do tempo de rua, entendido como no mínimo seis meses vivendo nas ruas e a existência de familiares na cidade.

Fizemos um recorte e definimos que para ser considerado morador de rua de São Carlos era preciso estar nas ruas no mínimo seis meses. O *tempo de rua* foi a primeira classificação que adotamos para diferenciarmos dos *trecheiros/itinerantes*. Naquele primeiro momento também estabelecemos a relação *tempo de rua* e os vínculos na rua. Então nossa população foi no primeiro momento os alcoolistas, adultos que tinham vínculos com São Carlos. Seja familiar, um filho, um trabalho, alguma relação. Então a gente foi estabelecendo os critérios. Os critérios não eram tão rígidos, foram criados a partir de nossa prática [Vanessa].



2.2

Reorganizando a *fixação*¹³⁰

Minha chegada enquanto Coordenador no Albergue Noturno de São Carlos foi em maio de 2008. Nesse período atuava como gerente de projetos na Casa Transitória de Araraquara onde buscava construir um centro de referência, que funcionava experimentalmente no barracão anexo à instituição. Recebemos visitas de municípios da região como: Matão, Ribeirão Preto e São Carlos, este pela proximidade geográfica e pela semelhança da população de rua atendida pelos municípios¹³¹, de modo que iniciamos algumas discussões em conjunto, sobretudo as formas de atendimento para os *trecheiros/itinerantes*.

Os constantes contatos favoreceram uma aproximação com os gestores da cidade de São Carlos e, posteriormente, surgiram propostas para contribuir, por meio de uma assessoria, nas mudanças em relação às práticas de atendimento que a equipe gestora almejava naquele momento. Por estar alocado em um cargo comissionado na prefeitura de Araraquara, a

¹³⁰ Ressalto nesse tópico a narração em primeira pessoa do singular por tratar-se da minha trajetória profissional. Em alguns momentos recorro à utilização da primeira pessoa do plural para me referir à equipe do Centro POP ressaltando sobre as diretrizes de trabalho elaboradas coletivamente. E em alguns casos, como regras de convivência e oficinas, incluía-se a participação dos moradores de rua através das assembléias realizadas semanalmente na instituição.

¹³¹ Em 2006 diante de um levantamento sobre os moradores de rua e *trecheiros* na cidade de Araraquara, encontramos 145 pessoas em situação de rua no período, chamando atenção para os nascidos em Araraquara, em um total de 38%. Sobre a pesquisa ver Oliveira (2006).

estratégia adotada para garantir minha contratação foi pelo Serviço de Obras Sociais (SOS), entidade que gerencia o Albergue Noturno.

Finalizado os trâmites burocráticos, fui contratado como coordenador técnico. Minha presença no albergue visava aproximar o diálogo entre a entidade Serviço de Obras Sociais e a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. O objetivo que me levou a aceitar a proposta foi iniciar um processo de mudança no atendimento da instituição, semelhante ao que realizava em Araraquara. Ao entrar em contato com os primeiros dados que apresentavam o perfil dos moradores de rua, diagnosticou-se que uma parcela significativa não recebia atendimento na instituição, e minha atuação seria viabilizar estratégias de acolhida para esse novo público que aparecia.

Nas primeiras reuniões com os dirigentes da instituição, senti que debater sobre mudanças nas formas de atendimento prestado aos moradores de rua e *trecheiros/itinerantes* não seria uma tarefa fácil. Ouvia dos dirigentes da entidade, nas primeiras semanas de trabalho, relatos da experiência que acumularam com os moradores de rua, gerenciando a instituição há mais de quinze anos, e até aquele momento “funcionava muito bem”. Sentia que a fala recorrente “tenho mais de quinze anos de experiência” demarcava os limites e conflitos que minhas idéias poderiam causar. Compreendo que um jovem recém-formado, com 27 anos de idade (no período), pouca experiência na coordenação de um albergue (menos de três anos), causava incômodo para ocupar aquele lugar.

Ao ingressar enquanto coordenador, os primeiros dias foram para observar e compreender a rotina da instituição. O horário de atendimento acontecia a partir das 18 horas e encerrava-se às 7 horas da manhã, quando todos deveriam deixar o albergue e voltarem para as ruas. Caso precisassem de algum atendimento, dirigiam-se até a secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Para os *trecheiros/itinerantes* prosseguia-se a distribuição de passagens interurbanas, e em relação ao acolhimento noturno prevalecia a regra construída no final dos anos 1980, de três pernoites. Os *trecheiros/itinerantes* que chegavam ao albergue esperavam três dias para conseguirem as passagens, pois os embarques eram realizados apenas às terças e sextas-feiras.

Para as pessoas nascidas ou com familiares em São Carlos negava-se atendimento contínuo na instituição, sendo que a justificativa utilizada era que deveriam retornar para suas famílias, o albergue era um serviço destinado às pessoas de outras cidades. Contudo, existiam situações específicas em que a diretoria e os funcionários da instituição acolhiam pessoas

provenientes de São Carlos, desde que se apresentassem merecedoras do atendimento como no relato a seguir:

Bernardo com 59 anos de idade, orgulhava-se em dizer que morava no Albergue há seis anos. Nascido em São Carlos, precisou deixar o emprego para cuidar da mãe que estava doente. Após o falecimento dela, vendeu a casa onde morava para dividir a herança com os irmãos. Após essa situação “saiu para o mundo”, ficou sem residência fixa, sendo-lhe informado sobre a existência do Albergue. Foi acolhido por alguns dias, mas sua história acabou comovendo os funcionários e diretores da instituição que lhe concederam mais tempo, principalmente porque não demonstrava problemas com o álcool. Para assegurar sua permanência no local, antes de sair para as ruas todas às manhãs, ajudava na limpeza, e no final da tarde cortava verduras para a sopa, saía com o motorista para buscar doações e alimentos. Era sua disponibilidade em ajudar e seu comportamento que garantia a permanência na instituição (Diário de campo).

Com a apresentação do primeiro levantamento dos moradores de rua elaborado por Vanessa, iniciou-se uma pressão para que as pessoas com vínculos familiares na cidade fossem atendidas. A direção da entidade acolheu alguns casos solicitados pela prefeitura como os idosos e as mulheres que estavam pelas ruas.

Com o passar dos meses emergiram-se diversos conflitos com a diretoria da instituição em relação às propostas para ampliação do número de atendimentos às pessoas com vínculos em São Carlos, especificamente os jovens que estavam pelas ruas e procuravam por acolhimento. A direção alegava que a capacidade de vagas para pernoite não comportava a demanda crescente e para amenizar os conflitos, realizaram-se reuniões com os técnicos da prefeitura e a diretoria da instituição para que viabilizassem algumas mudanças.

Lugares para fixar: Centro POP e Albergue

Como destacado por Vanessa, O Centro POP surge a partir da confluência de vários fatores: 1) a visibilidade dos moradores de rua nas praças da cidade, causando incomodo à população e ao governo municipal; 2) a implantação do Sistema único de Assistência Social (SUAS), que orientava os municípios a estabelecerem projetos para a população de rua; 3) a necessidade em garantir atendimentos diurnos aos moradores de rua.

Com a abertura do serviço em julho de 2008, procuramos vincular os casos atendidos pelo Albergue para um acompanhamento no Centro Pop, nesse momento, todos que se encontravam na cidade, moradores de rua ou *trecheiros/itinerantes* foram cadastrados no

serviço como população de rua. Em várias situações, os *trecheiros/itinerantes* que chegavam à cidade após esse cadastramento queriam atendimento fixo no local, sendo recusado.

Na tentativa de resolução dessa questão, foi necessário definir o que considerávamos como a população de rua de São Carlos, ou seja, a urgência para elencar os primeiros critérios que definiram o público prioritário para atendimento nos serviços aos moradores de rua de São Carlos (*tempo de rua e vínculo com a cidade*).

Em 2009 muda-se a administração municipal¹³² e, conseqüentemente, a gestão da Secretaria de Cidadania e Assistência Social. Em janeiro do mesmo ano é criada a Divisão de Políticas de atendimento à população em situação de rua, assumi o cargo a convite da nova gestora, deixando a coordenação do Albergue. Com a criação de uma divisão, o Centro POP conseguiu recursos próprios, oriundos de repasse municipal e estadual¹³³.

Como ações prioritárias que a nova gestão elencou para a recém-criada Divisão: 1) retirar do Albergue Noturno o gerenciamento da política de distribuição de passagens, passando para o Centro POP; 2) a criação do serviço de abordagem nas ruas¹³⁴; 3) a mudança de local do Centro POP para a região central, especificamente em frente à Secretaria de Cidadania e Assistência social.

O serviço de abordagens nas ruas era realizado de forma esporádica, apenas quando solicitado pelo governo municipal para atender algum caso específico, no entanto, ao criar a Divisão com recursos próprios¹³⁵, foi possível a contratação de duas educadoras para realizarem o trabalho nas ruas da cidade¹³⁶ que consistia em saírem pelas ruas todos os dias mapeando os lugares em que se concentravam os moradores de rua, realizando as triagens a partir dos critérios que nós construímos e que fora adotado literalmente pela gestão, “Quem for de São Carlos levar para o Centro POP, quem for de fora dar passagem e manda embora”.

A instalação do Centro POP nas proximidades da rodoviária causou uma reação imediata por parte dos vizinhos do local, contrários à presença daquele serviço em uma região

¹³² Em 2001 Newton Lima, eleito prefeito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) assume o governo da cidade de São Carlos, sendo reeleito em 2004 e permanecendo no governo até 31 de dezembro de 2008. Em 2009, pertencente ao mesmo partido político, assume como sucessor o prefeito Osvaldo Duarte Filho (Barba).

¹³³ Sobre o repasse do governo federal, São Carlos não foi contemplado, o critério de co-financiamento dos Centro Pop destinava-se apenas para municípios acima de 250 mil habitantes.

¹³⁴ O Serviço de Abordagens na rua foi criado em São Carlos no início de 2009, sendo este regulamentado a partir da tipificação dos serviços socioassistenciais, que apresentou algumas diretrizes como a oferta do serviço de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem. Para maiores informações ver Brasil (2009b).

¹³⁵ Referente aos recursos financeiros destinados aos serviços de atendimento a população em situação de rua, a Secretaria de Cidadania e Assistência Social (2010) apresentou uma estimativa do seu orçamento anual para esse segmento de aproximadamente 600 mil reais. Nesse orçamento está incluído o repasse financeiro para o Serviço de Obras Sociais (Albergue Noturno) e o Centro POP (gastos com funcionários, passagens e todo o custeio da unidade).

¹³⁶ Sobre o serviço de abordagem de rua em São Carlos ver Martinez (2011).

residencial. Elaboraram um abaixo-assinado no qual denunciavam confusões entre os usuários nas ruas e o aumento de pessoas pedindo nas residências. O abaixo-assinado foi entregue para o vereador (base aliada do governo) que, em plena campanha eleitoral exigia nossa saída do local. Passada a eleição, o compromisso do novo governo que assumia foi a retirada do Centro POP, levando-o para região central, em frente à Secretaria de Cidadania e Assistência Social, local onde as reclamações cessariam, possibilitando dessa forma o controle sobre as ações dos técnicos e usuários.

Tínhamos o maior cuidado em relação a confusões nas imediações do Centro POP quando estávamos na Jacinto Favoreto. Conversávamos com todos para não pedirem nas casas próximas ao local, evitar confusão, principalmente logo que inauguramos o serviço. Guardas municipais, outras pessoas da prefeitura circulavam pela região para observar o que acontecia. Existiram alguns conflitos, mas nada que não fugisse do controle. Ao mudarmos para o centro, no primeiro conflito acusaram a equipe dizendo que era verdade o que acontecia quando estávamos próximo à rodoviária (Diário de Campo).

Em meio às mudanças ocasionadas pela nova gestão, participávamos (equipe e *moradores de rua*) juntamente com o Movimento Nacional da população de Rua, entidades e outros municípios, representando o Estado de São Paulo, da elaboração da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua¹³⁷. Discutíamos qual era o papel das outras políticas como Saúde, Educação, Habitação, bem como a reorganização dos serviços socioassistenciais, especificamente os albergues. Nesse momento trazíamos as questões debatidas em São Paulo para as oficinas com os moradores de rua e iniciávamos a elaboração do projeto do Centro POP, visando à articulação com as demais políticas municipais¹³⁸.

Com a implantação da Política Nacional da População em Situação de Rua no final de 2009, definindo por sua vez o que se considerava como pessoas em situação de rua e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais,¹³⁹ apresentando os serviços essenciais para o

¹³⁷ Referente ao processo de discussão sobre a Política Nacional da população em situação de rua ver Ferro (2011).

¹³⁸ Nesse momento também fomos convidados a participar do II Seminário Nacional sobre a população de rua, que teve como objetivo discutir a Política Nacional da População em Situação de Rua. Estavam presentes os representantes do Governo Federal, técnicos representando diversos municípios brasileiros, representantes de entidades sociais e o Movimento Nacional da População de Rua.

¹³⁹ Este documento tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial destacam-se: o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), o Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e o Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas). Mais informações ver Brasília (2009b).

segmento que, segundo o Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, definiu-se como população em situação de rua:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009b, p. 1).

Essa definição abrangente não contemplava a principal questão que vivenciávamos desde os primeiros dias de atendimento no Centro POP, o grande fluxo de *trecheiros/itinerantes* que passavam diariamente pela cidade, demandando em alguns casos, o atendimento na instituição alegando-se que também estavam em situação de rua e que tinham direitos ao atendimento. O critério dos seis meses, baseado no *tempo de rua* que inicialmente tentou organizar o fluxo de pessoas, não respondia às novas demandas que surgiam.

Para tentarmos resolver o impasse em relação aos *trecheiros/itinerantes* com a elaboração do plano de atendimento do Centro POP, no início de 2010, mudamos os critérios que definiam quem era a população em situação de rua em São Carlos. Partindo de um segundo levantamento com 65 usuários que frequentavam a instituição, apenas 8 pessoas não possuíam familiares na cidade de São Carlos. Assim definimos o público alvo a ser atendido pelos serviços de acolhida para população de rua a partir de critérios como *trajetória de rua*,¹⁴⁰ *vínculos familiares* e *comunitários*¹⁴¹ com a cidade de São Carlos. Assim, de acordo com o Plano de Atendimento do Centro POP:

Consideramos como população em situação de rua de São Carlos:
I – Pessoas de ambos os sexos com idade a partir de 18 anos que se encontram em situação de risco pessoal e social e que utilizam a rua como moradia ou sobrevivência; II – Pessoa natural de São Carlos ou proveniente de outra cidade que possua trajetória de vida na rua, vínculo familiar ou comunitário no município (SÃO CARLOS, 2010, p.4).

Em relação aos *trecheiros/itinerantes*, justificou-se que devido à grande circulação de pessoas pelo município, o trabalho consistia em buscar alternativas através de parcerias com

¹⁴⁰ Entende-se como trajetória de rua que a pessoa esteja vivendo nas ruas no momento em que procura a instituição ou tenha em sua história de vida experiências de situação de rua.

¹⁴¹ Em relação aos vínculos familiares e comunitários, primeiro pela presença de muitas pessoas em situação de rua com familiares em São Carlos, e também destacamos a Política Nacional de Assistência Social, que prioriza ações possibilitando a reconstrução desses vínculos considerados “rompidos”.

outros municípios, a questão tornou-se regional. Com isso, para aqueles que não estavam inseridos aos novos critérios, continuava-se a doação de passagens como a única alternativa de atendimento.

Como ressaltado anteriormente, a primeira mudança após o ingresso da nova gestão municipal e a criação da Divisão de Políticas de Atendimento à População em Situação de Rua, consistiu em gerenciar o atendimento de distribuição de passagens para os *trecheiros/itinerantes*. Disponibilizou-se de um auxiliar administrativo exclusivamente para essa demanda, que inicialmente acontecia no Centro POP, e posteriormente transferido para o Albergue Noturno. Ampliou-se o recurso para compra de passagens interurbanas, passando-se o atendimento a ocorrer de segunda à sexta-feira em diversos horários¹⁴², e, dependendo das situações, aos finais de semana.

A estratégia adotada na distribuição de passagens todos os dias tinha como objetivos: 1) controlar o fluxo de *trecheiros/itinerantes* na cidade, evitar o contato com os moradores de rua de São Carlos e a possibilidade de permanência na cidade; 2) com a diminuição do número de *trecheiros/itinerantes* pernoitando, ampliaram-se as vagas no Albergue Noturno para os moradores de rua da cidade¹⁴³.

As mudanças apresentadas resultaram na supressão da regra dos três pernoites para os dois seguimentos atendidos. Para os moradores de rua de São Carlos, o tempo de acolhida no albergue seria decidido em conjunto com a equipe do Centro POP, mediante o atendimento da instituição. Para os *trecheiros/itinerantes*, pernoitavam no Albergue, aqueles que chegassem após o horário estabelecido para a distribuição de passagens.

A partir da elaboração de quem seriam os moradores de rua de São Carlos, ancorada nos critérios elaborados pelos técnicos do Centro POP e a gestão da assistência, a entidade Serviço de Obras Sociais, que gerencia o Albergue Noturno, para garantir sua continuidade no convênio com a prefeitura, redefiniu o foco nos atendimentos. Criado para atender prioritariamente os *trecheiros/itinerantes* no final dos anos 1980, passou a atender

¹⁴² A ampliação do recurso financeiro para a Divisão de Políticas de Atendimento à População em Situação de Rua possibilitou expandir a distribuição de passagens para outras cidades. Em 2008 encaminhavam-se os *itinerantes* para as cidades de Araraquara e Itirapina. Em 2009, era possível encaminhar para Rio Claro e, em 2010, atendia-se com passagens para Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo.

¹⁴³ A distribuição de passagens diariamente para ampliar as vagas no Albergue aos moradores de rua de São Carlos foi necessária, uma vez que não existia nos planos da gestão para a expansão das vagas na instituição, tendo em vista que a estrutura física do local era a mesma desde sua inauguração. Ao longo dos anos, sofreu poucas alterações, o número de vagas foi ampliado de 20 vagas para 40, sendo 30 masculinas e 10 femininas. Para isso diminuiu-se o refeitório para a construção de mais um quarto masculino e aproveitou-se uma casa anexada ao local transformando-a em outro dormitório masculino. No entanto, é recorrente a utilização de colchões no chão para abrigar aqueles que procuram pelo serviço.

cotidianamente o novo sujeito que surgiu no espaço urbano da cidade: o morador de rua de São Carlos.

2.3 A gestão por fixação

Para compreendermos o dispositivo de gestão dos *moradores de rua* em São Carlos, percebemos que em meados dos anos 2000 muda-se chave explicativa sobre a questão, a concepção do morador de rua visto como um migrante desempregado não respondia as novas situações apresentadas no município. Aliado as transformações na legislação da política de assistência social, o morador de rua entendido como um excluído, sua permanência nas ruas explica-se como um momento transitório, e a inserção nas políticas de públicas possibilita a superação da situação.

É a partir das transformações na política de assistência social na primeira década dos anos 2000, e o encadeamento dessas mudanças no âmbito municipal, que propiciaram o surgimento de discursos e práticas que culminaram em um novo personagem o morador de rua de São Carlos.

Para compreendermos como se deu o processo de reconhecimento do morador de rua de São Carlos destacamos primeiro através das mudanças nas legislações federais como Sistema Único de Assistência Social e, posteriormente no ano de 2005, quando é inserido na Lei Orgânica da Assistência Social o desenvolvimento de ações municipais para a população em situação de rua e principalmente com a promulgação do decreto presidencial nº 7033 de 23 de dezembro de 2009 apresentando a política nacional de inclusão da população em situação de rua.

Simultâneo ao processo iniciado pelo governo federal, na cidade de São Carlos o momento de reconhecimento da existência desse novo sujeito foi quando se inverteram as normas no orçamento participativo as quais preveem que as demandas sejam lançadas pela população. No caso em análise, uma parte do próprio Estado, representado por técnicos e gestores, que reclamaram a existência e o reconhecimento de um grupo, demonstrando o nível de exclusão política que se encontravam os moradores de rua, estes não fazendo parte da agenda da política municipal. |

A resolução foi fixar o morador de rua a partir de critérios que exigem o reconhecimento de pertencimento a cidade através de vínculos familiares ou uma “rede de apoio” construída fora da vivencia nas ruas, critérios para justificar o reconhecimento do

pertencimento a um lugar, a uma comunidade humana. O resultado dessa transformação possibilitou a reorganização dos equipamentos de atendimento como a emergência do Centro Pop, um espaço físico primordial para a *fixação* do morador de rua de São Carlos e o Albergue Noturno que passou nas suas ações a intensificar a *circulação* dos *trecheiros/itinerante*.

A emergência desse novo sujeito nas ruas, amparado pelos discursos e práticas que justificam seu pertencimento e reconhecimento a um lugar, proporcionou uma clivagem entre aqueles que permanecerão ou não na cidade.

A gestão por *fixação* na banca da dona Sônia

Mediante as análises acima expostas que buscaram evidenciar como a mudança nas práticas de atendimento propiciou a emergência de um novo sujeito nas ruas de São Carlos e elementos para entendermos a *fixação*, procuraremos demonstrar e analisar como essas transformações influenciaram nas formas de se virar dos moradores de rua em São Carlos através da *banca da dona Sônia*.

Banca da dona Sônia

Lembro-me que em meados de 2008, por volta das 17 horas, estava no Albergue Noturno preenchendo fichas de atendimento de alguns usuários que chegavam à instituição. Percebi que viaturas da polícia militar traziam os *moradores de rua* e os deixavam na instituição. Ao encontrá-los perguntei o motivo daquela situação, a resposta era que polícia chegou à praça, obrigou a todos entrarem nas viaturas e irem para o Albergue. Chegou outra viatura com mais pessoas e perguntei ao policial o porquê daquela operação, ele respondeu que estava apenas cumprindo ordens. Aos poucos entendi, estávamos às vésperas de uma campanha eleitoral no município (Diário de campo, 23/04/2010).

Para entendermos como surgiu essa *banca*, discorreremos brevemente sobre o período em que mudou de *banca do Cemitério* para a *dona Sônia*, e, para isso, recorreremos às

memórias do pesquisador quando chegou a São Carlos no ano de 2008, os diários de campo escritos entre 2010 e 2011 e entrevista realizada com Índio, um dos participantes dessa *banca*.

A Praça Nossa Senhora do Carmo, conhecida como Praça do Cemitério, desde 2008 tornou-se um dos lugares mais frequentados pelos moradores de rua e *trecheiros/itinerantes*, além de alvo para constantes abordagens policiais. A circulação dos moradores de rua pela região compreende desde o acesso principal da cidade, ligando a rodovia Washington Luis à Avenida São Carlos, até à praça da rodoviária¹⁴⁴. Nessa região se encontra o Albergue Noturno, que até meados do ano de 2008 era a única instituição de atendimento aos moradores de rua na cidade, favorecendo a presença do segmento citado pela região destacada.

A organização do atendimento no albergue consistia em dispensar todos os que pernoitaram na instituição às 6 horas da manhã. Aqueles considerados como moradores de rua deveriam deixar o local, e os *trecheiros/itinerantes* esperavam atendimento que consistia em assinar os recibos de doação das passagens e, após esse procedimento eram liberados para se locomoverem até à rodoviária e aguardarem o embarque para a cidade de Araraquara e Itirapina. No trajeto, a Praça do Cemitério tornou-se ponto de parada para todos.

“Sou um dos mais velhos da banca”¹⁴⁵

Índio, 40 anos de idade no momento dessa entrevista, nasceu no estado Mato Grosso, e está nas ruas de São Carlos desde 2008. Permaneceu no *trecho* muitos anos. seu trajeto incluía outros países como o Paraguai e Bolívia. E em uma de suas passagens pela cidade de São Carlos, procurou o albergue para atendimento, sendo lhe informado que aconteceria após às 17 horas. Ao esperar o horário para acolhida¹⁴⁶, caminhou até à Praça do Cemitério onde encontrou várias pessoas, dentre elas, aqueles que se tornariam seus companheiros de *banca*: Josué, Ricardo e Elton¹⁴⁷.

¹⁴⁴ O território da *banca* e a “rede de apoio” construída pelos moradores de rua serão detalhados no tópico a seguir.

¹⁴⁵ Ressaltamos que a referência a ser um dos mais velhos da *banca* não está relacionada à idade, mas ao tempo de permanência na *banca*. Entrevista realizada em março de 2011.

¹⁴⁶ A organização do atendimento no albergue consistia em dispensar todos os que pernoitaram na instituição às 6 horas da manhã. Aqueles considerados como moradores de rua deveriam deixar o local, e os *trecheiros* esperavam atendimento que consistia em assinar os recibos de doação das passagens. Após esse procedimento, os *trecheiros* eram liberados para se locomoverem até à rodoviária e aguardarem o embarque para a cidade de Araraquara e Itirapina. No trajeto, a Praça do Cemitério tornou-se ponto de parada para todos.

¹⁴⁷ Sobre os perfis citados ver no tópico “os membros”.

De acordo com Índio, além da Praça do Cemitério, nas proximidades existiam outros lugares onde a *banca* se reunia como a Praça da Rodoviária, lugar que diversas vezes acampavam “conseguimos até lona para cobrir a barraca”. A mudança de local era estratégica devido às constantes abordagens nos locais.

Era escuro quando saía do Albergue, ficava esquina do Supermercado Jaú, na Avenida São Carlos e depois cada um ia pra um canto e depois voltava para a praça do cemitério. Paramos de ficar na praça quando teve uma briga de pessoas que não eram conhecidas do albergue que acabou em morte de um [Índio].

Após essa situação, a polícia reagiu fortemente no local, e por não poderem continuar na região do Cemitério, a *banca* mudou-se para uma mangueira localizada nos fundos de um posto de combustível na Avenida São Carlos, continuando nas imediações do cemitério e do Albergue. Com a abertura do Centro POP em meados de 2008, localizada nas proximidades da rodoviária, aos poucos os integrantes da *banca* voltaram a praça do cemitério, alternando a permanência nas ruas e a nova instituição.

Em 2010 ocorreu uma mudança nos membros da *banca*, principalmente a partir da formação do trem-bala¹⁴⁸. Em março do ano citado, existia um barracão na Avenida Getúlio Vargas que era frequentado por moradores de rua, travestis, traficantes e usuários de *crack*. Devido às constantes reclamações dos vizinhos do local, a prefeitura entrevistou, demolindo parte do barracão e ofereceu atendimento do Centro POP às pessoas que permaneciam no lugar. A maioria dos frequentadores mudou-se para outro local, no entanto, três pessoas foram inseridas no Centro POP e Albergue: Carla, Denis e Luciene, nascidos em São Carlos, sendo o último uma travesti.

Com a entrada das pessoas procedentes da Javep nas instituições, Daniel, que era *trecheiro*, agregou-se ao grupo formando o trem-bala (Carla, Denis, Daniel e Luciene), permanecendo na *banca da dona Sônia*, compondo a maior *banca* de moradores de rua de São Carlos. Os “trilhos” do trem-bala se estendiam ao trajeto Centro POP até ao Albergue, e todos os moradores de rua que frequentavam essas instituições e cruzavam o caminho do trem-bala, deviam estar de acordo com as ações impostas pelo “grupo”. As ações consistiam em extorquir dinheiro dos que tinham alguma renda, outros eram obrigados a *manguear* e entregar o dinheiro obtido aos membros do trem-bala. Segundo Índio, “eles eram muito

¹⁴⁸ Em relação ao período de formação do trem-bala optamos por não detalhá-lo, reviver essa situação nos diários de campo tornou-se um exercício difícil, foram momentos de grande conflito institucional entre os moradores de rua, técnicos e gestores.

violentos”. Essas situações levaram a diversos conflitos entre os usuários e os funcionários nas instituições, acarretando, após seis meses, o desligamento dos participantes do trem-bala.

Ao ficarem pelas ruas, sem atendimento no Centro POP e no Albergue, os membros do trem-bala escolheram a rotatória do Hospital Escola, ou como denominaram de “curva do S”, para dormirem e fixarem-se durante o dia. Devido à visibilidade provocada pela escolha do lugar, era constante a presença dos educadores sociais e guardas municipais para retirá-los:

Final da tarde no dia 29 de maio de 2010, foi solicitado para que entrevistássemos na rotatória do hospital Escola, pois o prefeito havia passado pelo local e viu que se concentravam muitas pessoas. Informamos que se tratava dos moradores de rua que estavam suspensos dos atendimentos devido às agressões ocorridas nas instituições. No entanto, era preciso que resolvêssemos a situação, o prefeito retornaria passar pelo local e reclamaria da situação novamente e para garantir que saíssem podíamos acionar a guarda Municipal. Nos dirigimos à rotatória e conversamos com o pessoal, eles se recusavam sair ao menos que pudessem retornar ao albergue para jantarem e pernoitarem. Para amenizarmos a pressão para a retirada do agrupamento, foi necessário convencer os funcionários do albergue os aceitarem aquela tarde. Chegando a um consenso, os que estavam na rotatória entraram no albergue, e naquela noite e o prefeito poderia passar tranqüilo pela região, pois não os veria novamente (Diário de campo, 29/05/2010).

Após diversas investidas dos guardas municipais para a retirada das pessoas da “curva do S”, o agrupamento mudou-se para a “terra do nunca”¹⁴⁹. Localizado em uma das principais vias de acesso da rodovia Washington Luiz à Avenida São Carlos, este lugar dispunha de árvores que ofereciam sombra o dia inteiro, servindo também como um bom esconderijo para a *banca*. Como lembrou Índio, “na terra do nunca ninguém perturbava”, “tinham tudo no local, até segurança”. Faziam suas refeições, dormiam, tomavam *pinga*.

Com a dissolução do trem-bala¹⁵⁰ e a diminuição dos conflitos que provocara, aos poucos os membros da *banca* deixam de ter a “terra do nunca” como um lugar de permanência e retornam para as proximidades do albergue, se estabelecem em frente ao bar da dona Sônia, originando assim o novo nome da *banca*.

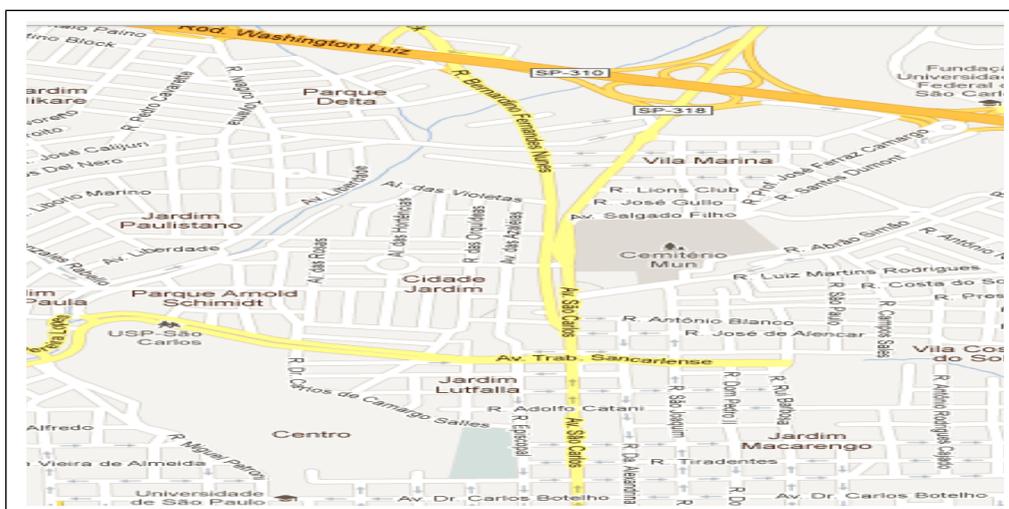
¹⁴⁹ A “terra do nunca” é o nome dado a uma ilha fictícia do livro Peter Pan. O nome do lugar foi uma inspiração ao desenho.

¹⁵⁰ A dissolução do trem-bala se iniciou a partir das constantes abordagens da polícia em relação ao grupo. Quando as abordagens se intensificavam, aqueles que não estavam desligados das instituições retornavam. No entanto, os membros do trem-bala tinham que buscar alternativas. Daniel foi preso por roubos na região central. Carla e Denis se mudam para o acampamento dos Sem-terra onde moravam os pais dela, que no dia 13 de agosto de 2010 foi assassinada por Denis, sendo este preso. Luciene vai para a linha, lugar onde se concentram usuários de *crack*, após a morte de Carla é aceita novamente nas instituições.

O território

Os moradores de rua que frequentam a *banca da dona Sônia* circulam por diversos lugares da cidade, porém, existe um território que é percorrido diariamente, relacionado à rede de apoio¹⁵¹ construída pelos participantes desse agrupamento. Esse território compreende os bairros Vila Marina, Tijuco Preto e Cidade Jardim. O trajeto percorrido diariamente se estende da “terra do nunca” (trevo de acesso à cidade) até às imediações do terminal rodoviário.

Figura 18: Mapa do território *banca da dona Sônia*



Fonte: google maps

No trajeto supracitado temos o bar da dona Sônia, lugar de encontro inicial dos membros da *banca*. Durante o dia, outros lugares também são elencados como pontos de encontro: a “terra do nunca”, rotatória do SAMU (Serviço Médico de Urgência) ou “curva do S”, em frente à APAE (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais), bar do Zé besouro e o

¹⁵¹ Classifico como “rede de apoio” a rede formada por todos os locais (residências, comércios, instituições, transeuntes) acionados pelos membros da *banca* para a sobrevivência no território. Em relação à “rede de apoio”, esta será discutida no tópico sobrevivendo no bairro.

Albergue Noturno durante o período da noite. Nas imediações do bar, também encontramos postos de combustível, churrascaria, lanchonete, cobertura do auto-elétrico.

O segundo lugar frequentado pelos membros da *banca* é a Praça do Cemitério, onde encontra-se o velório municipal, estacionamentos, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, churrascaria, bares, ponto de ônibus, semáforos, supermercados e quitanda, além da existência de residências e um barracão abandonado nas proximidades.

Os arredores do terminal rodoviário são caracterizados por um fluxo contínuo de pessoas devido ao embarque e desembarque de passageiros e ponto de integração dos ônibus urbanos. Nessa região temos restaurantes, lanchonetes, padaria, supermercado, as praças e residências.

Figura 19: “terra do nunca”



Os membros

Para a existência de uma *banca* é preciso um *território*, membros e suas regras. Para facilitar a compreensão referente às constantes mudanças em relação aos membros desta *banca*, eles serão apresentados em relação ao período que ingressaram no agrupamento.

Como mencionado, no início do ano de 2008 tínhamos como principais participantes: Elton com 36 anos, nascido em Americana está nas ruas de São Carlos desde 2008; Josué, 60 anos, vive em São Carlos desde os 20 anos de idade, pernoita no albergue há cinco anos; e Ricardo aos 45 anos no momento da pesquisa, também nasceu em São Carlos e viveu nas ruas da cidade entre 2007 e 2011 quando faleceu. No final do ano citado, após o ingresso nos atendimentos do Centro POP e no Albergue, agregou-se à *banca*: Valdir, 41 anos de idade, nasceu em São Carlos, passou 10 anos em uma penitenciária, ao sair da instituição retornou a casa dos familiares, mas devido a conflitos foi para as ruas. Aparecido, 45 anos, sempre viveu com seus familiares na região da *banca da dona Sônia*, após 2009 devido a problemas pessoais passou a dormir no Albergue Noturno e frequentar o Centro POP, situação que perdurou até o início de 2012 quando faleceu após uma briga na rua. E Júnior, com 33 anos em 2011, saiu de Mogi das Cruzes e após um tempo no *trecho*, fixou-se em São Carlos a partir de 2008.

Em 2009 juntam-se à *banca*: Pedro, 29 anos em 2011 nasceu em São Carlos e esta nas ruas desde o ano citado; Cláudia, 19 anos em 2011, veio para São Carlos quando recém nascida e em meados de 2008 foi para as ruas da cidade. Everaldo¹⁵² ingressou nesse período na *banca*; Joaquim, 50 anos, nasceu em Marília e veio para São Carlos há 30 anos trabalhar como agricultor, esta nas ruas desde 2009. Por ultimo Sandro¹⁵³.

Em 2010 entraram dos membros que formaram o trem-bala, juntando-se aos membros da *banca dona Sônia*: Luciene, 24 anos; Carla 31 anos Denis 28 anos, todos nasceram em São Carlos e ingressaram no Centro Pop após a desativação do barracão da Javep; Daniel, 24 anos, fixou-se na cidade nesse período. No mesmo ano ingressou o casal Marta e Tiago, ela com 32 anos, nascida em Franca, chegou a São Carlos em meados de 2010, onde permaneceu até 2012 quando faleceu. Tiago, 25 anos de idade, nasceu em São Carlos, conheceu Marta no *trecho*. Em 2011, Alex com 33 anos, também nascido em São Carlos, passou a viver nas ruas, sendo acolhido pelo Centro Pop juntou-se aos membros da *banca*.

Cabe ressaltar a presença de cachorros na *banca*: Negão e Pingo. Segundo Júnior, Pingo chegou primeiro, pertencia a um *trecheiro* que o abandonou, “era muito bravo e ninguém podia passar a mão em sua cabeça. Aos poucos foi acostumando na *banca* e ficou”. Negão também abandonado por um *trecheiro* que passava por São Carlos fora acolhido por Ricardo.

¹⁵² Perfil apresentado na introdução.

¹⁵³ Perfil apresentado na introdução.

Um dia na banca da dona Sônia

A formação

Como todos os membros da *banca* dormem no Albergue Noturno e frequentam o Centro POP, a formação inicia-se a partir das 8 horas da manhã,¹⁵⁴ quando deixam a instituição. Todas as manhãs, ao saírem do Albergue, eles atravessam a Avenida São Carlos e caminham até ao bar citado, localizado na mesma rua. Ao chegarem frente ao bar, iniciam a primeira *intera* para a compra da *pinga*. Nessa *intera*, é comum alguns guardarem dinheiro da noite anterior para garantirem ao menos a primeira garrafa, as demais serão adquiridas ao longo do dia através do *mangueio*.

Formada a *banca*, alguns tomam o primeiro gole de *pinga* e retornam ao Albergue, pois a partir das 8 horas e 30 minutos os transportes das instituições citadas realizam o traslado para o Centro POP. Outros membros continuam na *banca* e quando se aproxima 10 horas, caminham até ao Centro POP para chegarem às 11 horas, limite estabelecido para conseguirem almoçar no local. Aqueles que não vão para a instituição, passam o dia no território da *banca*.

No período da tarde, após o horário do almoço, alguns retornam à *banca*, ou esperam o horário das 16 horas 30 minutos em que o transporte os leva novamente ao Albergue. Chegando ao local, alguns não entram na instituição, seguem para o encontro com os companheiros da *banca*, ficando na *banca* entre 18 horas e 19 horas, quando recorrem ao Albergue para o jantar e o pernoite.

Vivendo no bairro

O cotidiano dos membros da *banca da dona Sônia*, em relação à vida nas ruas (alimentação, lugar para dormir, condições para as necessidades fisiológicas, roupas, dinheiro para *pinga*, cigarros e drogas) ocorre em razão da prática do *mangueio*, do *corre* e da dependência institucional (Centro POP e albergue). Usualmente esses membros intercalam a frequência entre as instituições e a permanência na *banca*.

A regularidade com que demandam das instituições lhes garante o atendimento para as necessidades básicas¹⁵⁵. Em relação à alimentação, àqueles que dormiram no Albergue

¹⁵⁴ Em 2010 amplia-se o horário de atendimento diurno no albergue, passando das 6 horas da manhã para até às 8 horas.

¹⁵⁵ Serviços ofertados como a distribuição de alimentação, lugar para higiene pessoal e acolhimento noturno são requisitos obrigatórios que a Política de Assistência deve garantir à população em situação de rua, como previsto

Noturno, é servido o café da manhã às 7 horas. Ao se locomoverem até ao Centro POP, às 9 horas é oferecido outro café para os que estão na instituição e para àqueles que dormiram nas ruas. Entre os 11 horas e meio dia é servido o almoço. No período da tarde, após as 15 horas distribui-se outro café e, ao retornarem ao Albergue, a partir das 19 horas servi-se o jantar.

No Centro POP e no Albergue, dispõe-se de banheiros para a higiene pessoal e da distribuição de roupas, calçados, produtos de higiene (barbeadores, sabonetes e xampus) para todos os usuários¹⁵⁶ dos serviços. Cabe ressaltar que aos finais de semana, o Albergue estende o horário de atendimento, servindo almoço e jantar aos sábados e domingos.

A alternância entre as instituições assistenciais e a rua é uma característica dos *moradores de rua* que participam dessa *banca*. Tal alternância sé dá por dois motivos, o primeiro quando decidem ficar pelas ruas e não frequentarem o Centro POP e o Albergue durante alguns dias da semana, o segundo quando estão suspensos das instituições¹⁵⁷. Ao ficarem pelas ruas, no território da *banca da dona Sônia*, os membros acionam diversas *táticas* para suprirem suas necessidades fora das instituições. Uma das primeiras *táticas* que destacamos é o *mangueio* e o *corre*, que garantem alimentação, *pinga*, cigarros e drogas para a *banca*.

Quando a *banca* se forma no período da manhã e parte dos membros decidem ficar pela rua, iniciam-se os primeiros *mangueios* para a aquisição de bebidas, alimentos e utensílios para a preparação dos mantimentos que conseguirem:

Quando decidiram ficar pela rua, se iniciou uma divisão de tarefas para a realização do almoço na “terra do nunca”. Elton se empolgou e contribuiu com um pacote de suco. Joaquim saiu em busca de lenha para fazer o fogo. Santista, 28 anos, que veio de Ribeirão Preto e está nas ruas de São Carlos desde 2010, ficou para pedir água no bar do Zé Besouro. Luciene, Marta e Tiago saíram juntos para *manguear* nas residências próximas ao cemitério. Júnior saiu sozinho. Elton foi pedir panelas nas casas próximo ao bar da dona Sônia e conseguir dinheiro no caldo de cana. Sandro, Valdir e Aparecido se dirigiram aos semáforos da Avenida São Carlos para conseguirem dinheiro. Chegando às proximidades do cemitério, encontramos Aparecido e Sandro *mangueando* nos faróis da Avenida São Carlos com a rua dos Jasmins e Valdir *mangueava* no estacionamento do supermercado Jaú¹⁵⁸. Fomos à praça acompanhados por Índio enquanto esperavam o

na Tipificação dos Serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009).

¹⁵⁶ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004), o termo *usuário* é utilizado para referirem-se às pessoas atendidas pela rede socioassistencial.

¹⁵⁷ O motivo da suspensão de um usuário está relacionado às agressões físicas ou verbais, roubos a outros usuários ou aos funcionários nas dependências das instituições.

¹⁵⁸ Nesse dia Valdir estava com pinos e parafusos expostos na perna, andando com ajuda de muletas. Ressaltou que sua situação ajudava a conseguir dinheiro no local onde estava. Seu discurso no mangueio consistia em pedir dinheiro na rua para comer, pois na situação que se apresentava não conseguia trabalhar. No entanto, se estivesse sem as muletas o pedido seria para comprar bebida e as pessoas doariam.

restante do grupo. Marta e Luciene apareceram na praça com temperos e verduras que ganharam na quitanda. Também conseguiram R\$ 2,00 e cigarros pedindo às pessoas que passavam pela praça. Com um tempo outros retornaram, contribuíram na *intera* para a compra de *pinga* e complementar o almoço. Como resultado do *mangueio* pela manhã: *mangueio* no farol e nas pessoas que passavam pela praça e ruas próximas R\$ 30,00. Com esse dinheiro compraram cigarros e dois litros de cachaça (no bar ao lado da praça), carne moída e de porco, e um refrigerante (supermercado). No *mangueio* nas residências e comércios conseguiram arroz, feijão, verduras (cebolas, tomates, alho e batatas), milho verde, macarrão, óleo, uma lata de sardinha, um molho de tomate. Finalizado o *mangueio* nas ruas, seguimos para “terra do nunca”. Por último chegou Júnior com cigarros, *pinga* e dinheiro (Diário de Campo, 23/02/2011).

Como apresentado, ao optarem por não frequentar o Centro POP, os que estavam presentes na *banca* acionaram a “rede de apoio” (comércios, residências, transeuntes) para conseguirem alimentos e dinheiro para a *pinga* e cigarros. Ao transitarem frequentemente pelo território da *banca* os membros fixos se tornaram conhecidos da vizinhança, possibilitando constantes doações como exemplo na quitanda que com frequência distribui verduras para Luciene e Marta. Ou em uma residência próxima ao cemitério que entrega arroz cozido todos os dias para Índio, bem como no caldo de cana, onde Elton consegue dinheiro emprestado quando precisa, e por fim nos bares próximo a Praça do Cemitério onde Júnior adquire sua *pinga*, pagando-a posteriormente. Também é recorrente comprarem as primeiras *pingas* no *bar da dona Sônia*, e efetuarem o pagamento da bebida após os *mangueios* realizados nas ruas.

Para realizarem suas necessidades fisiológicas, os recorrem aos banheiros públicos do velório municipal, além de conseguirem água gelada e cafezinho. Ao lado do velório existe um estacionamento e, para Índio, “quando morre alguém importante é bom porque conseguimos dinheiro olhando carros”. Vale destacar também que na região da praça, todos os dias, a partir das 14 horas, uma churrascaria vende por R\$ 5,00 o churrasco que sobram nos espetos para os moradores de rua.

No dia 19 de fevereiro de 2011, estávamos na praça do cemitério Índio, Luciene, Júnior e eu. Esperávamos o pessoal da pastoral de rua passarem pelo local para conseguirmos marmitas. Passava das 13 horas e nada do pessoal da pastoral chegar com almoço. Para conseguirmos comer, Índio explicou que após as 14 horas eles compravam os churrascos que sobravam dos espetos por R\$ 5,00. Juntamos algumas moedas e Júnior tentou comprar, no entanto não venderam antes do horário estabelecido. Luciene levantou-se e mostrou que conseguia comprar a carne por apenas R\$ 2,00 e antes do horário previsto. Ela chegou à frente da churrascaria, ficou parada na porta de entrada. Um garçom veio atendê-la e após alguns minutos retorna com o

churrasco. Com o restante do dinheiro compramos pão e um suco que foi preparado com água gelada dos bebedouros do velório municipal (Diário de Campo, 19/02/2011).

Aos finais de semana a rotina é a mesma, a diferença consiste na distribuição de alimentos por entidades religiosas. Aos sábados, a partir das 11 horas, um grupo de voluntários da Pastoral de Rua percorre as principais *banca*s de São Carlos (*estação, Vila Prado, Mercado e Dona Sônia*) distribuindo marmitas e refrigerante para os moradores de rua e *trecheiros/itinerantes* que se encontram nos locais citados.

Era aproximadamente 11h30 e nos encontrávamos sentados em frente ao bar da dona Marli quando se aproximaram 4 jovens (dois homens e duas mulheres) que traziam várias marmitas e um refrigerante. Os que estavam na *banca* logo reconheceram os jovens, Elton apressou-se para pegar a comida e foi distribuindo para todos. Uma das moças falou que havia procurado por eles no cemitério, como não encontrou ninguém, veio na APAE e depois desceu até o bar. Perguntei a que igreja pertenciam, uma das moças respondeu que a igreja Nossa Senhora de Fátima. Após distribuírem as marmitas, despediram-se e foram embora (Diário de Campo, 05/02/2011).

Aos domingos, a partir das 9h da manhã, o grupo espírita do Posto de Rua Eurípedes Barsanulfo¹⁵⁹ atende aos moradores de rua e *trecheiros* e não moradores de rua na Praça da Catedral. O posto de rua é composto por voluntários que preparam as refeições que serão servidas no local. Nesses encontros são oferecidos café da manhã e almoço, a distribuição de roupas e kit de higiene pessoal para os participantes, além da realização de corte de cabelo no local.

A noite, quando não estão nas dependências do Albergue, os locais preferidos para dormirem são: a “terra do nunca”, a cobertura do auto-elétrico e em frente à APAE. A “terra do nunca” é escolhida como lugar de pernoite quando o número de pessoas presentes é relativamente grande. Em frente a APAE é um local mais seguro porque tem câmeras ao lado, ressaltou Índio. Porém, quando os dias são chuvosos se concentram embaixo da cobertura do auto-elétrico.

Em relação ao jantar, a *tática* que utilizada é pedir comida nas residências no território por onde transitam: nas churrascarias e no restaurante próximo à rodoviária. Em alguns dias da semana o jantar é distribuído por entidades assistenciais. Como exemplo: nas quartas-feiras o jantar é oferecido pela igreja São Sebastião, às quintas distribuem café, leite e pão nas

¹⁵⁹ Sobre o Posto de rua, ver os trabalhos de Granado (2008) e (2010).

proximidades da rodoviária, e às sextas-feiras, outro grupo espírita¹⁶⁰ entrega sopa e cobertores pelas ruas da cidade.

O relógio marcava 21 horas. Estávamos conversando embaixo da cobertura do auto-eleto. Júnior chegou para ficar no local, não queria dormir no albergue, saiu para *manguear* e usar *pedra*. Enquanto conversávamos parou um carro onde estávamos e ofereceram sopa, pegamos 4 vasilhas, colheres descartáveis, pães e cobertores. Ao perguntar se pertenciam a alguma igreja, a resposta foi que pertenciam a um grupo espírita, no entanto não revelaram o nome do grupo, apenas que distribuía sopa todas às sextas-feiras. Entregaram dois cobertores a Luciene e se despediram. Jonas (30 anos de idade, seis anos no trecho e alguns dias havia chegado a São Carlos, tornou-se o novo companheiro de Luciene) saiu para manguear e retornou com meio corote de *pinga* e pedras de *crack*. Luciene não queria fumar, mas não resistiu. Fizeram o cigarro misturando com o *crack* que chamam de *mesclado* ou *pitilho* (Diário de Campo, 25/02/2011).

Em relação ao *mangueio* a noite é prioritariamente para o consumo de *crack*, como ressaltou Júnior, “é o mais da hora, o povo tem medo da gente e solta a moeda mais rápido”. Na maioria das vezes é efetuado individualmente, abordando as pessoas que estão paradas ou dentro de carros. Alex explicou é preciso “estar atento a todas as oportunidades”, “tem de tudo” como: “pegar o que está fácil de gente caída na rua”. Também é recorrente convites para relações sexuais, principalmente com homens que surgem em suas andanças nas noites. Como exemplificou Alex:

A semana passada ele passou pelo estacionamento de uma lanchonete conhecida quando viu um homem caído com R\$ 60,00 (sessenta reais) na mão e a porta do carro aberta. Pegou o dinheiro dele e foi embora. Outra vez, encontrou com um homem na rua que o abordou. Foram a um motel, chegando lá, recebeu R\$ 50,00 (cinquenta reais) para deixar o homem vê-lo tomar banho enquanto se masturbava (Diário de Campo).

Nesta *banca*, o *crack* é consumido pelos mais jovens: Alex, Luciene, Júnior, Tiago, Marta, Pedro e Everaldo. A intensidade do uso é diária, sendo tal substância adquirida pela prática do *mangueio*. Ao *manguearem*, primeiro eles separam o dinheiro da comida e da bebida e, em seguida, para a *pedra*. Após conseguirem o dinheiro para as pedras, usualmente duas pessoas saem para comprá-las em *biqueiras*,¹⁶¹ nas proximidades do território da *banca*. Ao retornarem, juntam-se aos outros que esperavam pelas *pedras* e saem para consumi-las, seja em casas abandonadas ou na “terra do nunca”, sendo que nestes locais o *crack* é

¹⁶⁰ Ao acompanhar a *banca* no período da noite, fomos abordados por dois homens que distribuía sopa nas ruas, perguntamos qual igreja ou entidade eles faziam parte, apenas informaram que pertenciam a um grupo espírita.

¹⁶¹ Nome dado aos locais onde compram as drogas como maconha e *crack*.

consumido em cachimbos. Ao estarem em lugares visíveis, como na “curva do S”, Praça do Cemitério ou em frente ao *bar da dona Sônia*, usam o *crack* misturado ao cigarro.

Os códigos morais (regras) na banca da dona Sônia

Para Alex, as *bancas* se formam pelo interesse que os moradores de rua, *trecheiros/itinerantes* e não moradores de rua têm em relação ao consumo de *pinga e drogas*, no caso *crack* e *maconha*. E o que mantém as pessoas “unidas”, de acordo com Everaldo, é a contribuição que cada um oferece à *banca*. Para permanecer em uma *banca* é preciso respeitar algumas regras existentes nos agrupamentos que, aliadas à participação dos membros na provisão da *banca*, se apresentam como um dos fatores para pensarmos nos posicionamentos hierárquicos dentro da *banca*.

Como apresentado anteriormente, a primeira regra existente em uma *banca* é a obrigatoriedade da participação na *intera*, ou seja, todos os participantes devem contribuir em algum momento com dinheiro, bebidas, cigarros e drogas, conseguidos, em sua maior parte, com o *mangueio*. A segunda regra consiste na divisão dos produtos obtidos pelos pedidos com todos os participantes da *banca*. Como destacou Índio, “todos dão o que tem, quando acaba, saímos para *manguear*. Primeiro o da comida, a bebida e depois a fumaça”. Aqueles que não participam da *intera* são cobrados, podendo ser até expulsos da *banca*.

Aparecido, chega à *banca*, bebe e vai embora, não coloca nada, mas se procurar em sua bolsa encontra dinheiro, cigarro e *pinga*. Se ele continuar assim, não vai ficar na *banca* [Alex].

Outra situação que deve ser evitada na *banca* é a provocação de conflito entre os membros. No entanto, os conflitos são diários, principalmente quando os ânimos estão exaltados devido ao consumo de álcool. Quando os conflitos surgem, muitas vezes é uma palavra mal entendida, uma lembrança do dia anterior, uma brincadeira. Porém, estas brigas devem ser resolvidas entre os envolvidos. Em alguns momentos, os conflitos fogem ao controle dos membros da *banca*.

Estávamos na “terra do nunca”, certo momento Luciene levantou-se para preparar parte do almoço. Jonas, que me foi apresentado como o novo marido de Luciene, cantava junto com tia Raquel, visitante da *banca* e possui residência nas proximidades. De repente vimos Luciene arremessar um chinelo na direção dos dois, começando o primeiro conflito do dia. Ela ameaça jogar óleo quente em Raquel, esta revida com xingamentos e todos que estavam presentes apenas olhavam a discussão. Perguntei a Júnior

porque não separavam as duas, ele respondeu “elas que resolvessem seus problemas”. Após vários xingamentos, Luciene parou e sentou-se ao lado de Jonas, Raquel mudou de lugar, ficando um pouco mais afastada (Diário de campo, 23/02/2011).

E talvez, por fim, as duas regras mais importantes são: “não *caguetar*” e “não sumir com o dinheiro da *intera*”. *Caguetar* significa comentar com alguma pessoa, que não faz parte da *banca*, sobre situações que ocorreram no agrupamento. Essas situações variam desde o cotidiano da *banca* até às relações amorosas, traições conjugais, bem como aos pequenos furtos nas ruas, nas instituições, em situações mais graves em relação roubos em residências e raramente aos homicídios nas *bancas*. Conforme Pedro, “*caguetou*, não tem jeito, a gente cata o folgado, ele apanha”.

Outra situação é ao conseguirem dinheiro para a *intera*, alguém do grupo se dispõe a recolhê-lo e sair para comprar *pinga* e *crack*. Aquele que saiu, necessariamente deve retornar à *banca* com os produtos que serão compartilhados por todos. Se acaso não voltar com a *pinga* e a *pedra*, pode ser expulso. Alex lembrou o que aconteceu com um dos membros do grupo:

Um dia fizeram uma *intera* e Everaldo saiu para comprar *pedra*, mas ele “deu milho” duas vezes. A primeira vez foi embora com R\$ 20,00, fumou sozinho. Na segunda vez, sumiu com R\$ 5,00. Após isso o pessoal da *banca* queria pegá-lo e ele não voltou mais ao Albergue [Alex].

Pelo fato de todos os membros da *banca da dona Sônia* estarem inseridos na rede de atendimento aos *moradores de rua*, representando a maioria dos frequentadores do Centro POP e do Albergue, uma das primeiras consequências para aquele que foi expulso da *banca* é o afastamento temporário das instituições. Cabe ressaltar que esse afastamento não é realizado pelos técnicos, mas é entendido como uma sanção da *banca*, e para aquele que foi expulso, é uma forma de evitar agressões na instituição. Ao isolar-se da “rede de atendimento”, como alternativa tem-se a mudança para outra *banca* (mais comum), ou em caso específico, o retorno para casa dos familiares.

Como exemplo destaca-se Everaldo que ao ser atendido no Centro POP e no albergue durante dois anos, sempre se recusava a manter qualquer contato com os familiares, justificando-se nos atendimentos com a assistente social que não havia nenhuma possibilidade de retorno à casa dos pais, bem como não almejava “sair da rua” naquele momento. E ao ser expulso da *banca da dona Sônia* e sofrer constantes ameaças pelos membros, a *tática* adotada para evitar tais confrontos foi o retorno à casa dos pais. Permaneceu afastado do Centro POP

pó um determinado período e aos poucos voltava ao Centro POP para visitar alguns amigos, e quando os conflitos amenizaram, retornou para *banca da dona Sônia*.

Classificações internas na banca

Se perguntarmos para qualquer morador de rua ou *trecheiro/itinerante* sobre a existência de um chefe ou líder na *banca* a resposta será negativa. Porém, a participação dos membros na provisão da *banca* através do *mangueio* é um dos fatores que permite sobre os posicionamentos hierárquicos. Em alguns momentos esses posicionamentos são redefinidos pela imposição da força física em relação aos outros membros da *banca*. No entanto, é o critério de partilha e provisão que cotidianamente organiza tais posições.

Os critérios que definem as posições dos membros na participação em uma *banca* estão relacionados às contribuições que cada membro apresenta para a manutenção da mesma. Como definições encontradas, especificamente na *banca da dona Sônia*, destacamos primeiro aqueles que são ruins de *mangueio*, sendo conhecidos como os *pés-de-breque*. Em seguida o *chupim*, aquele que frequenta a *banca* apenas para beber e raramente contribui na *intera*, só participa quando é cobrado. O *lagarto* é aquele que foi usado para trazer a *pinga* e após entregá-la na *banca*, não lhe é permitido consumi-la com os demais. E, finalmente tem-se o *considerado*, que é aquele “malandro”, sendo o melhor *mangueador*.

Em relação ao *considerado*, Alex e Everaldo mostram que os melhores *mangueadores* são aqueles que mais contribuem, e, dependendo da oferta que traz para *banca*, lhe garantirá mais “amigos”. O *considerado* presenteia com *pinga* e drogas e faz “presa”, ou seja, está sempre junto com os membros da *banca*. Ao sair para *manguear*, o *considerado* vai sozinho ou acompanhado com os melhores *mangueadores*, e, ao voltar, traz *pinga* e cigarros para todos. Ao mudar de local durante o dia, ou seja, ir para a “terra do nunca”, à Praça do Cemitério ou à “curva do S”, os outros membros o acompanham. Segue abaixo um relato sobre o *considerado*:

Passava-se das 13 horas, estávamos sentados em frente ao bar da dona Sônia. Depois de consumirem vários corotes de *pinga*, Elton cantava em voz alta, incomodando os que estavam presentes. Júnior pediu que ele parasse de cantar e nada. Após alguns minutos, Júnior levantou-se, deu dois chutes em Elton. Este parando de cantar no mesmo momento. Júnior voltou-se para os outros e falou “encontrei o botão do volume”. Também disse que não queria continuar ali e saiu em direção à praça do cemitério. Alguns se levantaram e o acompanharam, outros foram *manguear* e Elton sozinho, tentava entrar no albergue (Diário de campo, 29/01/2011).

Na *banca*, formada em sua maioria por homens, é pequena a presença de mulheres moradoras de rua ou *trecheiras*. Quando estas participam de uma *banca*, normalmente estão acompanhadas por algum membro. Ao chegarem a uma *banca*, tornam-se motivos de disputa entre os homens que buscam por uma companheira, pois, segundo Alex, “uma mulher sozinha na *banca* não é respeitada”. Por isso que ao chegarem à *banca* buscam por companheiros para garantirem a proteção em relação aos possíveis ataques¹⁶².

Para os homens, ter uma mulher na rua como companheira é um diferencial no posicionamento na *banca*. Classificadas por serem boas *mangueadoras*, dificilmente retornam de mãos vazias. Um exemplo interessante ocorreu em 2010, quando Pedro tinha Cláudia como companheira. Ao ficarem na *banca*, ele exigia que ela *mangueasse* todos os dias devido a facilidade em obter sucesso no *mangueio*. Sua posição na *banca* enquanto *considerado* estava atrelada aos recursos conseguidos por Cláudia e à divisão com os outros membros da *banca*. Como ressaltou Pedro:

Antigamente eu dominava um pouco. A Cláudia saía para pedir. Se ela não pedisse, levava uns croque. Ela não sabia fazer arroz e nem fritar um ovo. Falava pra ela lavar a louça e nada. Então mandava ela para trabalhar na rua. Aí voltava com carne, arroz, macarrão e dinheiro e eu fazia a comida pra *banca*. Quando queria fumar saía para fazer meus corres, ela ia junto, mas não fumava [Pedro].

Ao discorrermos sobre o aparecimento do morador de rua de São Carlos e emergência da *fixação* enquanto prática de gerenciamento, o objetivo do capítulo foi trazer elementos capazes de pensar como as mudanças nas práticas e atendimento repercutiram na organização do segmento na cidade citada.

As mudanças ocorridas práticas de atendimento possibilitaram a construção de novas relações sociais entre os membros das *bancas*, os territórios por onde circulam e com os agentes de intervenção, produzindo uma “rede de apoio” (instituições, comércios e pessoas que vivem no território de circulação da *banca*). Estas novas relações, baseadas nos critérios estabelecidos para definir os legítimos a “rede de atendimento” e, por conseguinte, a cidade só foi possível ao pertencimento e reconhecimento desses moradores de rua a um lugar, a uma comunidade.

Estas novas situações cederam aos participantes da *banca da dona Sônia* uma maior capacidade de autonomia em relação a sua organização e vida na rua. O pertencimento a cidade de São Carlos, a base para a *fixação* e, elemento do dispositivo de gestão, possibilitou

¹⁶² Sobre mulheres moradoras de rua ver Izalene (2005), Brognoli (1996), Frangela (2004) e Martinez (2011).

uma relativa autonomia de vida nas ruas para os membros da *banca da dona Sônia*, perceptível através das constantes mudanças de locais no território por onde circulam como o cemitério, “curva do S”, “terra do nunca”, sejam motivadas pelos agentes estatais: funcionários do Centro Pop, guardas municipais e policiais militares, ou para garantir a vida nas ruas¹⁶³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa procuramos trazer novos elementos que contribuíssem para ampliação do debate em relação aos moradores de rua, especificamente no interior paulista. Apresentamos os mecanismos que possibilitaram a emergência do *dispositivo* de gestão dos *moradores de rua* na cidade de São Carlos e como as mudanças nas práticas de atendimento ao segmento influenciaram seu cotidiano e suas maneiras de como se organizar na cidade, a partir sobretudo, de análise das *bancas do mercado* e *dona Sônia*. Recorrendo às interpretações de Foucault (2008) e ao conceito de *dispositivo* (FOUCAULT, 2006), apresentamos elementos que compõem a gestão contemporânea dos *moradores de rua* no Estado de São Paulo e, com alguma segurança, em outras regiões do país.

Entendendo o *dispositivo* como uma rede articulada de componentes heterogêneos, que possui uma gênese histórica e um conjunto de práticas que se conectam por meio de relações de força no espaço e no tempo, procuramos descrever esse processo através da organização dos capítulos da dissertação. Sabemos que as práticas que originaram o *dispositivo* são anteriores ao período analisado, final dos anos 1980 até primeira década dos anos 2000. Entretanto, a escolha desse período se deve ao início de uma preocupação política quanto aos moradores de rua, tomados como uma questão para o governo municipal. Ressaltamos que não foi objetivo da pesquisa construir generalizações, pois essas

¹⁶³ Ao apresentarmos as *bancas* em São Carlos, através da classificação dos moradores de rua entre as *bancas de pinga* e as *bancas de pinga e drogas*, o perfil apresentado entre os membros fixos de tais agrupamentos sugere uma mudança no perfil dos moradores de rua. nas *bancas de pinga*, encontramos moradores de rua mais velhos, seja em idade ou no tempo em que vivem nas ruas. Nas *bancas de pinga e droga*, especificamente no caso da *banca da dona Sônia*, é composto por moradores de rua mais jovens. Essa mudança no perfil dos moradores de rua em São Carlos, observados nas *bancas* torna-se um indicativo para novas pesquisas.

investigações estão baseadas em práticas locais e num momento específico. Ainda assim, a comparação com outros modos de gestão contemporânea dessas populações urbanas será, seguramente, uma forma futura de desenvolver as análises traçadas preliminarmente aqui.

O conhecimento produzido ao longo do período estudado, aliado às experiências cotidianas de técnicos e gestores, possibilitou a emergência de um saber sobre a questão da existência de homens e mulheres que vivem nas ruas. Se as categorias de migrantes e desempregados foram base para as primeiras pesquisas e intervenções, num segundo momento operou-se uma mudança na chave explicativa da questão, uma vez que as categorias de exclusão e vulnerabilidade nortearam os debates e serviram de base para a elaboração das políticas de intervenção social, especificamente na assistência social a partir do final dos anos 1990 e no decorrer da primeira década dos anos 2000.

No primeiro capítulo, através da trajetória profissional dos interlocutores entrevistados que atuaram na rede de atendimento municipal para os moradores de rua, foi possível expor subsídios que compõem o *dispositivo* de gestão dos moradores de rua, que classificamos no primeiro momento de *Circulação*. Migração e desemprego se tornaram os elementos discursivos que deram suporte às explicações sobre a existência dos moradores de rua, nesse momento classificados como *migrantes/itinerantes*. A influência desses discursos, na cidade de São Carlos, traduziu-se através das práticas de atendimento dos profissionais entrevistados, e como efeitos a produção de uma “rede de proteção” organizada ao longo dos anos 1990, como a reativação do Albergue Noturno, os atendimentos no Departamento de Proteção Social, nas plataformas de embarque na Estação Ferroviária, o transporte clandestino e o transporte rodoviário bem como as rondas nas ruas, tiveram, como principal objetivo, impossibilitar a presença dos *trecheiros/itinerantes* nas ruas, por conseguinte não permitindo a construção de relações com a cidade.

Para compreendermos a presença dos elementos acima apresentados, nas ruas de São Carlos em período recente, recorreremos à etnografia dos membros da *banca do mercadão*, composta em sua maioria por *trecheiros/itinerantes*. Ao chegarem a São Carlos e para conseguirem viver nas ruas da cidade por alguns dias, o centro tornou-se a melhor opção. Como vimos, a participação na *banca do mercadão* lhes proporcionou uma interação com o território da *banca*, conhecer lugares onde alimentar-se e dormir, enfim, apropriar-se das *táticas* de vida na rua que dependem primordialmente do *mangueio*. A transitoriedade dos membros, e a consequente presença constante de “desconhecidos” no agrupamento é um dos motivos para diversos conflitos, como foi apresentado. Ao romper com os códigos morais do

agrupamento, traduzidos em regras, na *banca do mercado*, os *trecheiros/itinerantes* perdem essa rede de apoio que a *banca* lhes oferece. O resultado é, forçosamente, deixar a cidade, voltar ao *trecho*. Nesse momento a rede de proteção, Centro Pop e Albergue, é acionada para garantir que deixem a cidade, refazendo assim elementos elaborados na *Circulação*. Seguindo as análises de Arendt (2009), as práticas desenvolvidas e apresentadas são possíveis porque o *dispositivo* de gestão conferiu uma situação aos *trecheiros/itinerantes* que é a de não pertencerem a nenhum lugar no mundo, de modo que não possam ser reconhecidos por nenhuma comunidade humana. Resta-lhes circular entre elas.

No segundo capítulo, partindo das trajetórias profissionais de Vanessa e do pesquisador enquanto gestor da política de atendimento aos moradores de rua do município de São Carlos, buscamos demonstrar como essas trajetórias se entrelaçaram com as transformações nas políticas assistenciais do país, e a repercussão em nível local que produziu um novo sujeito nas ruas da cidade, o morador de rua de São Carlos. Nesse momento ressaltamos uma importante mudança no *dispositivo* de gestão dos *moradores de rua*: o pertencimento a um lugar através dos vínculos familiares e comunitários.

O processo de mudança do *dispositivo* que classificamos nesse momento de *fixação*, emerge da necessidade em responder à questão apresentada por Vanessa, pois as práticas vigentes de circulação de pessoas para outros municípios não respondiam às novas situações existentes. A “rede de proteção”, constituída de Centro Pop e Albergue, foi necessária para a reorganização do gerenciamento dos novos sujeitos que vivem nas ruas de São Carlos. Estes tornaram-se equipamentos necessários para o desenvolvimento da vida pública municipal, pois o objetivo principal destes equipamentos foi o de minimizar os efeitos perversos da vida na rua e possibilitar, para aqueles que desejassem sair dessa situação, um lugar de apoio para resolução das suas necessidades imediatas. Garantiam-se assim seus direitos sociais como descrevem as normativas apresentadas. As expectativas de Vanessa e do pesquisador/gestor baseavam-se nessas premissas quando buscaram implantar e reorganizar tais serviços. A consequência desse movimento foi a construção de uma *população* no sentido foucaultiano¹⁶⁴.

Noutro plano, entretanto, esperava-se outros resultados a partir da existência desses equipamentos. Precisava-se de um lugar para enviar todos os “indesejados” da cidade. O Albergue tornou-se um lugar primordial para *circular* “os de fora” e o Centro Pop para *fixar*

¹⁶⁴ Para Foucault (2004) a noção de população surge na Europa na passagem do século XVIII para o XIX permitindo pensar o homem tanto como uma espécie biológica e como um corpo que trabalha e que vive. Essa noção nasce como uma questão de administração perante a gestão pública. E segundo De Luca (2007) recorrendo a Foucault a população é criada para ser gerida, mensurada, classificada enquanto um domínio de gestão e segurança.

“os de casa”. Assim, mesmo com todo o debate público sobre a questão dos moradores de rua como uma questão nacional, a partir de 2005, bem como a luta de Vanessa desde 2006 no município, que incluía a necessidade de equipamentos para atender aos moradores de rua, o Centro Pop nasceu no momento de uma eleição municipal, cuja preocupação principal foi a de garantir um lugar para enviar as pessoas que se encontravam pelas ruas em que as práticas de *circulação*, para outras cidades, não surtiriam os efeitos desejados. Desde os primeiros dias de atendimento foi constante a presença de viaturas da guarda municipal trazendo ao local todas as situações encontradas nas ruas. Com a emergência da *fixação*, percebemos que nesse jogo de expectativas, os serviços de proteção social Centro Pop e Albergue, ganharam importância para a vida da cidade: tanto como garantia de direitos, um lugar para permanência, quanto também uma extensão da rua para os membros da *banca da dona Sônia*, como apresentado no segundo capítulo.

Com a elaboração dos critérios que definiram o público-alvo dos serviços Centro Pop e Albergue, estabeleceu-se quem seriam os moradores de rua. E, esse processo lhes conferiu um lugar e um reconhecimento, justificando o acesso às políticas públicas municipais bem como a relativa aceitação dos membros da *banca da dona Sônia* no espaço urbano. A entrada nos serviços citados, no caso dos moradores de rua, teve como efeito a dependência institucional como destacado nas pesquisas de De Luca (2007) e Pereira (2012), assim ressaltamos que a *fixação* não apenas produziu os moradores de rua de São Carlos, mas os manteve nessa situação, pois como observamos, a vida na rua dos membros da *banca da dona Sônia* está ligada a dependência de tais instituições.

Assim como Foucault (2006), ao afirmar que o poder não é necessariamente repressivo, nota-se que existem pontos de resistência dentro da rede; as *bancas* são esses pontos como pontos no *dispositivo* de gestão que se construiu. Como percebemos na pesquisa, a *banca* não se configurou como o espaço da desordem, do descontrole; diferentemente, tornou-se um lugar no qual se produzem vínculos e relações sociais através elaboração de regras internas, a classificação de hierarquias nos agrupamentos e as relações com *território* por onde circulam, como exemplo, a compra de bebidas e cigarros em um bar cujo pagamento é efetuado após os *mangueios* realizados nas ruas, situação impensável para um *trecheiro*.

A *Circulação e Fixação* compõem o *dispositivo* contemporâneo de gestão dos moradores de rua de São Carlos. Esse *dispositivo* produz *territórios* como as unidades de atendimento, Albergue e Centro Pop, e as *bancas do mercado e dona Sônia*. Estas últimas se transformam em locais de intervenção do próprio Estado e resistência a ele.

Conseqüentemente, construiu-se simultaneamente usuários da política de assistência social, inseridos em programas de atendimentos, ao mesmo tempo diferentes tipos de moradores de rua: os *trecheiros/itinerantes* e os moradores de rua de São Carlos que integram os membros fixos e flutuantes dos agrupamentos. A *Circulação* produziu e encarcerou o *migrante-itinerante* nessa condição. A *Fixação* produziu o morador de rua fixo, ou seja, *circular e fixar* aprisionou e produziu uma nova ordem.

Nessa perspectiva, nos foi permitido refletir acerca dos questionamentos que perpassaram a pesquisa como, em um território situado (DAS e POOLE, 2008) percebemos os efeitos das práticas de gestão na vida cotidiana dos moradores de rua. Em primeiro lugar na organização das *bancas mercadão* e *dona Sônia* e suas diferentes *táticas* de vida na rua, desenvolvidas nas suas andanças constantes o delineamento de determinados territórios da cidade, os diversos discursos elaborados para conseguir dinheiro, comida, roupas, bebidas, drogas, etc., e, em segundo lugar, nas próprias práticas de intervenção elaboradas pela administração municipal. Efeitos conectados de práticas políticas voltadas para um problema recente.

Ao pensarmos pela perspectiva elaborada por Das e Poole (2008), as autoras nos possibilitaram avançar no debate elaborado pela “exclusão”. Ao conceber o Estado em termos de *funcionalidade ordenadora*, os grupos *marginais*, especificamente os *moradores de rua* e seus *territórios*, passam a ser vistos como espaços potenciais da desordem, do descontrole, locais em que, portanto o Estado pode atuar em sua capacidade central, a instaurar a ordem, redefinindo assim modos de regular e legislar que então servirão para todos. No entanto, o que vimos foi a emergência dos *territórios* das *bancas* marcados paradoxalmente pela construção de novas relações sociais entre seus participantes e a cidade, alheias àquilo que, normativamente, deveria acontecer desde a intervenção estatal. Ao argumentarmos que o Estado produz suas “margens” como mecanismo necessário ao seu funcionamento, tomando como constructos analíticos a *circulação* e *fixação* como elementos *dispositivo* de gestão dos moradores de rua, sugerimos a produção de uma gestão compartilhada do problema em questão, realizada agora entre moradores de rua, *trecheiros*, técnicos e gestores municipais.

Ao participarmos da elaboração e implantação de políticas para os moradores de rua em um período de cinco anos, reconhecemos que a rua é o lugar da miséria, da violência e do abandono, que denunciam, por sua vez, as desigualdades históricas da sociedade brasileira. Enquanto gestores, é preciso pensar em alternativas para a superação desta situação de privação. Entretanto, como motivação fundamental do ingresso nas atividades de pesquisa, é

relevante trazer novos componentes que ampliem a compreensão sobre o viver nas ruas, que não sejam entendidos apenas pela “falta de...”. O viver na rua, pode também ser visto como a capacidade humana da transformação, pois nela se constroem laços afetivos como amizades e amores, novos rearranjos e experiências na cidade. Talvez, assumirmos que em algum momento, esta capacidade criativa transformar-se-ia numa alternativa de vida que, reconhecida como válida, tenderia minimizar as mazelas a que, contemporaneamente, seus atores estão submetidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Nels. **The Hobo: sociology the homeless men**. Chicago: University of Chicago press, 1923. Tradução francesa: **The hobo: sociologie du sans-abri**. Paris: Armand Colin, 2011.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARANHA, Valmir. Os albergues de migrantes no interior do Estado de São Paulo: programas de ação social ou política de circulação de pessoas. **Travessia- Revista do migrante**. São Paulo, 1996.

ARRETCHE, Marta. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: FAPESP, 2000

ARAGÃO, Márcia Beatriz Carneiro. Um perfil dos migrantes que recorrem aos albergues da região de Sorocaba. In: **Travessia - a revista do migrante**. São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Carlos Henrique. Migrações e vidas na rua. In: BURNSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BARBOSA, Aline Ramos. **População de Rua em São Carlos-SP: aspectos sobre exclusão social, contratualismo e cidadania**. 2007. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos

BARROS, Joana S. **Moradores de rua – pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRANCO, Maria Luíza Castello. Cidades Médias no Brasil. In: ESPOSITO et al. **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 1993.

_____. **Estatuto do idoso**. Brasília, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua**. Brasília 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação dos Serviços Sócioassistenciais**. Brasília, 2009b.

BROGNOLI, Felipe Faria. **Trecheiros e pardais: estudo etnográfico de nômades urbanos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 1996. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

BELINCK, Manoel. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. São Paulo: Vozes, 1977

BURNSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAMARO, Et. Al. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

CUNHA, José Marcos Pinto. População e mobilidade espacial: características e transformações dos fluxos migratórios nas regiões paulistas. In: **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: Unicamp, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998

_____. As armadilhas de exclusão social. In: Wanderley, Luis Eduardo W (org). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ 2008.

CEFAI, Daniel. Qu'est-ce que l'ethnographie? Quelques débats récents em sciences sociales. 2010a. No prelo.

_____. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica dos moradores de rua em Paris. **Lua Nova**. n. 79. São Paulo: Centro de Estudos da Cultura Contemporânea, 2010b.

DAS, Veena & Poole. Deborah. El estado y SUS márgenes. Etnografías comparadas. In: **Cuadernos de Antropologia Social**. Nº 27, pp. 19-52, Buenos Aires, 2008.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ESCOREL, Sara. **Vidas ao léu: trajetória de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FELTRAN, Gabriel De Santis. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**: editora Unesp : CEM/ Cebrap, 2011.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Participación social en la construcción de la política nacional para la población en situación de calle en Brasil: alcances y límites**. Congresso 2010 de la Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA), Totonto Canadá, de 6 a 9 de octubre.

FOOT WHYTE, Willian. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Segurança, território e população**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANGELA, Simoni Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FURINI, Luciano. **População de rua**. In: MELAZZO et al. **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Unesp, 2010.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2005.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GRANADO, Karina. **População em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos: a água nas interações do cotidiano**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

_____. Et al. **Trabalho voluntário em prol da população de rua: o caso do Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo” no município de São Carlos – SP**. In: **Anais do Seminário Nacional**

sobre População em Situação de Rua. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração:** experiências de meninos nas ruas. São Paulo, companhia das Letras, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade:** entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio:** pobreza e política social. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança mundial e pobreza:** do consenso de Washington ao consenso da oportunidade. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, Thereza Calvet. Violência e/ou política. In: PASSOS, Izabel C. Friche (org). **Poder, normalização e violência:** incursões foucaultianas para atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MAGNI, Claudia Turra. **Nomadismo urbano:** uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994

MARINO, JÚNIOR, João. **O orçamento participativo e pode local** – um estudo sobre Araraquara, Franca e São Carlos no período de 1999;2002. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

MARTINEZ, Mariana Medina. **Andando e parando pelos trechos:** uma etnografia das trajetórias de rua de São Carlos. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Situação de rua e modernidade:** a vida das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós – graduação em Psicologia da Faculdade São Marcos. São Paulo, 2010.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. IN: **Revista Katal**, v. 13, n.2, p. 173-180, julho/dezembro, 2010.

MELAZZO et al. **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Unesp, 2010.

MOREIRA, T. A. S. O ato de nomear: da construção da categoria de gênero até a abjeção. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIV, Nº 4, t.4. Rio de Janeiro, 2009.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. **Nomadismos contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____ et al. Errância e normalização social: um estudo sobre andarilhos de estrada. In: **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 4, p. 641-648, outubro/dezembro 2009.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. JUSTO, José Sterta. Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. In: **Revista Reflexão Crítica**, V. 13, nº 3, Porto Alegre, 2000.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Dos excluídos necessários ao excluídos desnecessários. In: BURNSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NEVES, Delma. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**. São Paulo, v. 4 p. 28-36, 1983.

_____. Comentários In: ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo. Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de. **Vidas sombrias na morada do sol**: um estudo sobre a população de rua em Araraquara SP. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2006.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. In: **Revista História, ciência e saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 135-158, jan-mar. 2007.

PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; COSTA, Bruno Lazzatotti Diniz. Relações intragovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 211-235, junho 2011.

PASSOS, Izabel C. Friche (org). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEREIRA, Luiz. **Populações marginais**. Luiz Pereira (Org.). São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PEREIRA, Luiz Fernando de Paula. **Texto de Qualificação**. Sobre dispositivo de gestão e vínculo: estudo das relações sociais entre moradores de rua e funcionários da assistência social. São Carlos. Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2012.

PERILLO, Sônia Regina. Novos caminhos da migração no Estado de São Paulo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 10(2), 1996.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2008.

RANGEL, Maria Cristina. **Restos humanos em mobilidade**: a casa de passagem de Presidente Prudente e a mobilidade do (não) trabalho – 1988 a 1996. Dissertação (Mestrado em geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec/ Associação rede rua, 2005.

SÃO CARLOS (Município). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. JUN/2007 -**Diagnóstico para Habilitação do município de São Carlos no Sistema Único de Assistência Social**. Relatório interno (não publicado).

_____. – MAI/2010. **Plano de Atendimento à População em situação de rua**. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Unidade de Atendimento a população em situação de rua. Relatório interno (não Publicado).

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal. **Lei 12.316** de 16 de Abril de 2007.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Record, 2001.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: **Georg Simmel**. MORAES FILHO, Evaristo. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Moradores de rua**. São Paulo: Polis, 1992.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura de Souza. **Desigualdade e exclusão social**. 1995

SPOSATTI, Aldaíza. **A menina Loas**. 2003. Disponível em <http://www.ceas.sc.gov.br/downloads/sposati.doc>. Acessado em 15 de janeiro de 2012.

_____. O modelo brasileiro de proteção social não-contributiva: concepções fundantes. In: *Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/183075por.pdf> . Acesso em 20 de março de 2012.

STEFANI, Célia Regina Baider. **O sistema ferroviário paulista**: um estudo da evolução do transporte de passageiros sobre trilhos. Dissertação (Mestrado Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ciências na Faculdade de filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

STOFFELS, Marie-Grislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luis. V. 13, n. 2, p. 255-264 – jul/dez 2009.

TIENE, Isalene. **Mulher moradora de rua**: entre vivência e políticas públicas. São Paulo: Alínea, 2005.

WHYTE, Willian Foot. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

VALÊNCIO, Norma Felicidade. et. al. Pessoas em situação de rua do Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.7, n21, pp 556-605, dezembro de 2008.

VIEIRA, Maria Antonieta Costa. ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1997.

Jornais citados

O Estado de São Paulo, 04/03/1993. *Consórcio vai dar atendimento aos migrantes*.

A Folha, 04/01/1995. “Prefeito de Araraquara institui prêmio para quem denunciar andarilhos”.

Primeira Página, 01/02/1995. “Operação recolhe itinerantes”.

Diário de Rio Claro, 01/02/1995. “Perua de São Carlos traz migrantes para Rio Claro”.

Primeira Página, 19/03/1999. “Mendicância toma conta das ruas do centro”.

Primeira Página, 10/02/2011. “PM realiza várias operações na cidade”.

Primeira Página, 19/02/2009. “Homem sofre queimadura em 80% do corpo”.